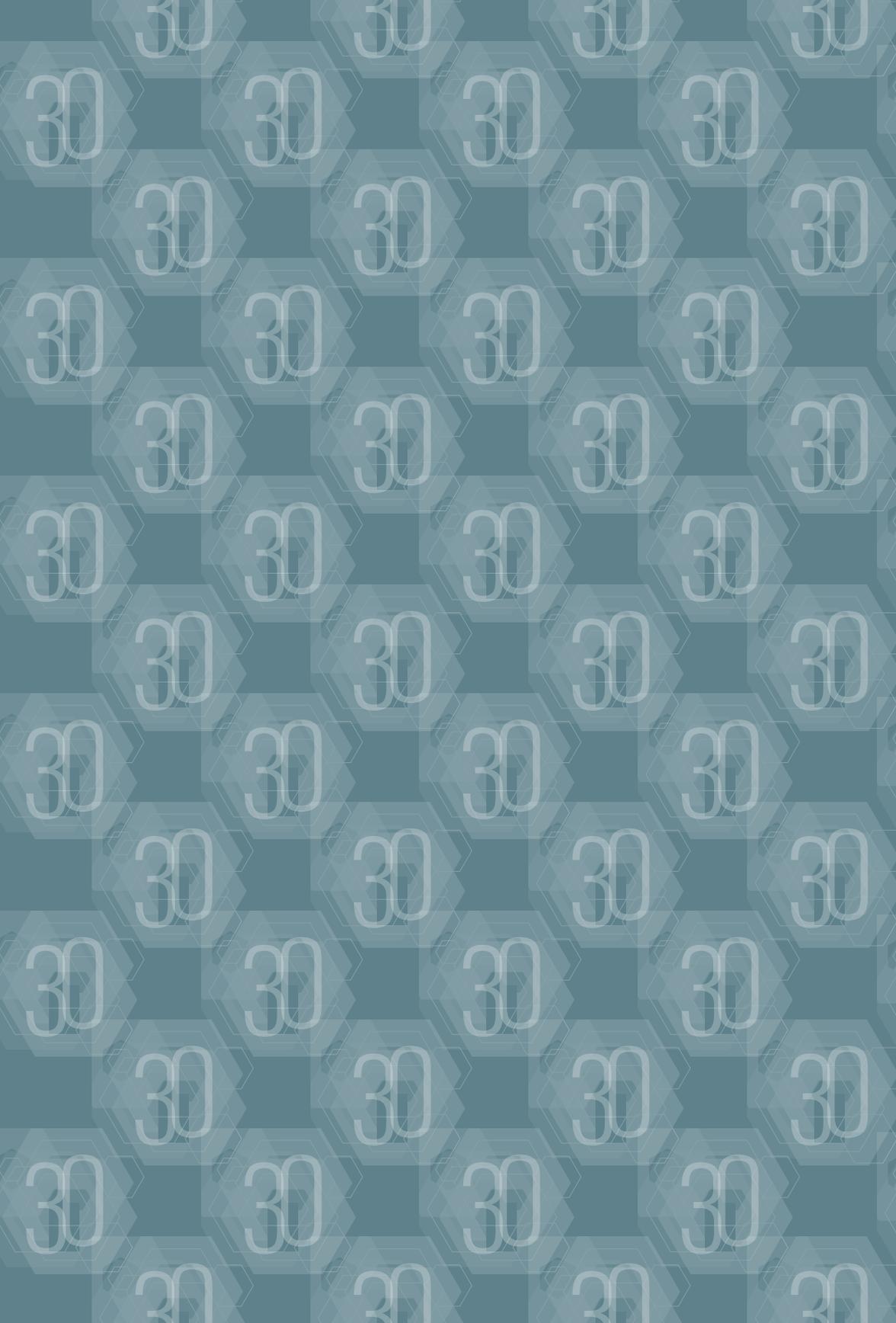
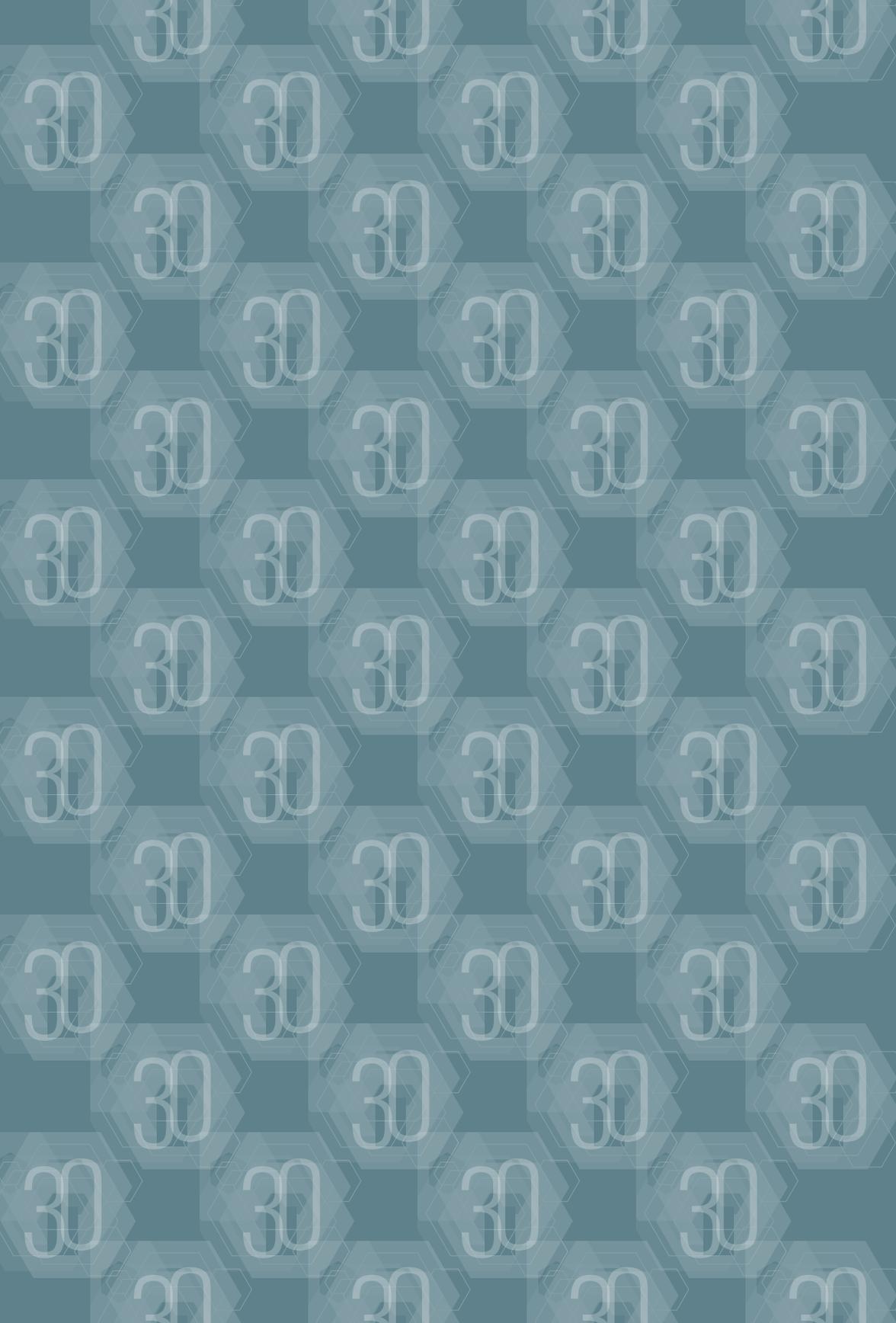


ABIFINA 30 ANOS:  
UMA HISTÓRIA PELO  
DESENVOLVIMENTO  
NACIONAL

30







Direitos Autorais 2016 - ABIFINA  
Todos os direitos reservados  
É expressamente proibida a reprodução desta obra,  
no todo ou em partes, sem autorização da ABIFINA

# ABIFINA 30 ANOS: UMA HISTÓRIA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL



## Comissão Editorial

Produção | ABIFINA

Coordenação | Nelson Brasil de Oliveira e Marcos Henrique de Castro Oliveira

Revisão | Luana Rocha

Capa e projeto gráfico | Dupla Design

Equipe de colaboradores | Claudia Craveiro, Luciana Bitencourt e Lucielen Menezes

Impressão | Walprint Gráfica e Editora

1ª EDIÇÃO - 2016 | 500 exemplares | Rio de Janeiro - Brasil

---

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades  
Av. Churchill nº 129 salas 1102 e 1201 - Centro Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: 55 (21) 3125-1400 - [info@abifina.org.br](mailto:info@abifina.org.br) - [www.abifina.org.br](http://www.abifina.org.br)

# CORPO DIRIGENTE (2016/2018)

## CONSELHO ADMINISTRATIVO

### PRESIDENTE

Ogari de Castro Pacheco

### VICE-PRESIDENTES

1º Vice-Presidente - Nelson Brasil de Oliveira  
2º Vice-Presidente - Reinaldo Felipe Nery Guimarães  
Vice-Presidente de Planejamento - Jean Daniel Peter  
Vice-Presidente Farmacêutico - Dante Alario Junior  
Vice-Presidente de Biodiversidade - Peter Martin Andersen  
Vice-Presidente Farmoquímico - Nicolau Pires Lages  
Vice-Presidente da Cadeia Química - Lélío Augusto Maçaira  
Vice-Presidente de Biotecnologia - Akira Homma  
Vice-Presidente Agroquímico - João Sereno Lammel

### DIRETORES

Diretor de Relações Institucionais - Odilon José da Costa Filho  
Diretora de Propriedade Intelectual - Letícia Khater Covesi  
Diretor de Biotecnologia - Gilberto Hauagen Soares  
Diretora do Regulatório Farmo - Gabriela Corrêa Miotti  
Diretora do Regulatório Agro - Thais Balbao Clemente Bueno de Oliveira  
Diretora para Assuntos da Biodiversidade - Cristina Dislich Ropke

### CONSELHO GERAL

Artur Roberto Couto	Ronald Lamounier Rubinstein
Hayne Felipe da Silva	Sérgio José Frangioni
César Martins Fraga	Walker Lahmann

### CONSELHO CONSULTIVO

Alberto Ramy Mansur	Luiz Carlos Borgonovi
Alcebíades de Mendonça Athayde Júnior	Marcelo Rodolfo Hahn
Antônio Joaquim Werneck de Castro	Marcos Henrique de Castro Oliveira
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira	Pedro Wongtschowski
Fernando Adolpho Ribeiro Sandroni	Poliana Emília Botelho Silva
Gabriela Mallmann	Telma Christina Santos Salles
José Gomes Temporão	

### CONSELHO FISCAL

Juliana de Carvalho Assis  
Milton César Olympio  
Renato Maziero

# SUMÁRIO

## ABIFINA 30 ANOS: UMA HISTÓRIA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

PREFÁCIO .....	7
AGRADECIMENTOS .....	8

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA por Pedro Wongtschowski .....	11
DEPOIMENTOS DE ENTIDADES PARCEIRAS NESSA HISTÓRIA .....	16
QUANDO A MEMÓRIA VIRA HISTÓRIA .....	22

### **A HISTÓRIA**

QUÍMICA FINA, O FIEL DA BALANÇA COMERCIAL .....	25
A “SONHÁTICA” CONSTITUIÇÃO DA ABIFINA .....	43
A DESILUSÃO DOS ANOS 1990 .....	67
POLÍTICA NOVA, VIDA NOVA. A RETOMADA DO CRESCIMENTO .....	85
O LEGADO .....	109
PARA OS PRÓXIMOS 30 ANOS, MAIS SOBERANIA E PRESENÇA GLOBAL .....	155
PALAVRAS FINAIS .....	172
GALERIA DE FOTOS .....	173



# PREFÁCIO



André Telles

Parece que foi ontem...

...e trinta anos se passaram desde que um grupo de sonhadores empresários brasileiros reuniu esforços para criar a ABIFINA – entidade ímpar na representação e defesa da indústria nacional voltada para o Complexo Industrial da Química Fina.

As dificuldades enormes, as barreiras aparentemente intransponíveis, os incontáveis percalços não foram suficientes para impedir o avanço e a consolidação da entidade.

Ao longo desses trinta anos acumulamos importantes vitórias e sempre marcamos posição em favor do bem maior: o do Brasil.

Não me atrevo a nominar aqueles que devotadamente trabalharam durante esse tempo todo, pois poderia ser injusto ao esquecer alguém, mas certamente estarão presentes ao longo desta edição.

Seria mais injusto, todavia, se não mencionasse aquele que foi, na maior parte do tempo, paixão e alma que mantiveram a chama de esperança por um Brasil melhor, por uma ABIFINA pujante: Nelson Brasil.

A todos que colaboraram nesse tempo, nosso mais sincero agradecimento e, ao Nelson, a homenagem de nosso respeito maior.

**Ogari de Castro Pacheco**  
Presidente da ABIFINA

# AGRADECIMENTOS

Nenhuma história se faz ou se conta sozinha.

Este livro foi possível graças a pessoas que

contribuíram com depoimentos prestados

à redação desta obra para lembrar

acontecimentos fundamentais na trajetória

da química fina brasileira, como relatado

nas páginas a seguir. A estas pessoas,

a ABIFINA registra sua eterna gratidão:

Adelaide Maria Antunes  
Akira Homma  
Alberto Ramy Mansur  
Alcebíades Athayde Junior  
Carlos Eduardo Sanchez  
Celso Luiz Antunes Amorim  
Clarice Pires  
Cristina Dislich Ropke  
Dante Alario Junior  
Dirceu Barbano  
Eduardo Costa  
Eduardo E. Gouvêa Vieira  
Eliane de Souza Fontes  
Ernesto Carrara Jr.  
Fernando Sandroni  
Jaime Rabi  
Jardel Massari  
Jean Daniel Peter  
João Parolin  
José Augusto Fernandes  
José Correia da Silva  
José Gomes Temporão  
Lélio Augusto Maçaira  
Leodonio Schroeder  
Leticia Khater Covesi  
Luciano Galera  
Luiz Carlos Borgonovi  
Luiz Antônio Elias  
Manoel Zauberman  
Marcelo Abdo  
Marcia Martini Bueno  
Mario Santos Moreira  
Maurizio Billi  
Mauro Sodrê Maia  
Nicolau Pires Lages  
Norival Bonamichi  
Odnir Finotti  
Ogari de Castro Pacheco  
Otto Vicente Perrone  
Patrick Fairon  
Paulo Roberto Cruz  
Pedro da Motta Veiga  
Pedro Lins Palmeira Filho  
Pedro Marcos Barbosa  
Pedro Wongtschowski  
Peter Martin Andersen  
Robert Caggiano  
Sandra Polónia Rios  
Sara Kanter  
Sergio Frangioni  
Sergio Xavier Ferolla  
Telma Salles  
Thais Clemente  
Valdemir Correa Passos  
Vânia Maria Lindoso  
Walker Lahmann  
Zich Moysés Júnior



# ANÁLISE DA SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA



Arquivo Oxiteo

**Pedro**Wongtschowski

A indústria brasileira atravessa uma fase das mais difíceis. Nos últimos 35 anos, viu sua participação no PIB decrescer de 44,1% (1980) a 22% (2015), após passar por um pico de 48% em 1985. A involução foi ainda mais marcante no caso da indústria de transformação: 33,7% do PIB em 1980, 26,5% em 1990, 17,2% em 2000 e 10,4% no primeiro semestre de 2015, com um pico de 35,0% em 1985.

Ocorre que o desenvolvimento econômico e social é um processo concomitante ao desenvolvimento industrial, implicando não apenas a ampliação do peso da indústria na estrutura produtiva do País, mas também o aumento de sua complexidade com maior diversidade e sofisticação de seus processos e produtos.

A razão disso é que a indústria estabelece um sistema de progresso técnico que transborda para além de suas fronteiras, agindo também sobre outros setores e estimulando a transformação do modo de vida das pessoas. Tipicamente são as ações inovadoras da indústria que permitem o progresso técnico e o aumento da eficiência e da produtividade dos setores de serviços e da agricultura.

A indústria faz de sua produção um indutor de demanda para outros setores e para si mesma. Segundo a matriz insumo-produto elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para 2011, do total de insumos utilizados pela indústria de transformação brasileira, 43,2% tinham origem em outros setores que não a indústria (30,6% de serviços e 12,6% de produtos agrícolas). Esses insumos utilizados pela indústria representavam 46,4% da produção do setor agrícola e 9,9% do setor de serviços.

Por outro lado, os produtos industriais também constituem insumos importantes para a agricultura (49,5%) e para os serviços (22,8%). No setor agrícola, destacam-se fertilizantes e defensivos agrícolas. No caso dos serviços, os principais produtos industriais utilizados são combustíveis, alimentos e bebidas, produtos químicos (produtos de limpeza, por exemplo) e equipamentos de transporte.

Em função do dinamismo da indústria e sua influência sobre o restante da estrutura produtiva, seu crescimento é capaz de puxar o PIB como

um todo. Entre 1980 e 2014, em todos os anos em que a economia brasileira cresceu a um ritmo superior a 3,5%, a indústria cresceu mais ou muito próximo disso em dez deles; o dinamismo da indústria de transformação ficou abaixo do crescimento do PIB, quando este superou 3,5%, em apenas quatro anos. No mesmo período, entre 1980 e 2014, toda vez que o crescimento anual do PIB brasileiro foi inferior a 1%, a indústria de transformação esteve em recessão.

O progresso tecnológico e os efeitos multiplicadores da indústria fazem dela o principal gerador de valor agregado. O valor agregado por trabalhador criado pela indústria em 2013 foi de R\$ 43,8 mil, 210% superior do valor agregado por trabalhador do setor de serviço (R\$ 20,8 mil), 166% superior ao do comércio (R\$ 26,4 mil) e 329% superior ao da agricultura (R\$ 13,3 mil).

Apesar de representar um pouco mais de 10% do PIB, a contribuição da indústria de transformação na arrecadação de impostos é bem superior a essa fração; os impostos pagos pela indústria de transformação, em 2012, representavam mais de 30% da arrecadação.

A indústria também contribui mais do que proporcionalmente na geração de empregos. Apesar da trajetória cadente, em função do retrocesso industrial que o Brasil testemunha nos últimos anos, a indústria de transformação ainda responde por 16,5% do total de empregos no País (2014). A indústria apresenta a maior participação de empregados com carteira assinada: 86,2% do total de empregos na indústria. O setor de serviços (exceto administração pública), que é um grande empregador, proporciona carteira assinada em 73,2% dos seus postos de trabalho. Essa parcela no setor agrícola é menor, 43,2%, e atinge um valor intermediário na construção, de 61,3%.

Finalmente, a distribuição de emprego industrial por escolaridade mostra que é a indústria de transformação que remunera melhor os seus

funcionários com escolaridade mais elevada, especialmente aqueles que realizaram pós-graduação. Os salários desses profissionais são 72% superior aos da média do País.

Com relação à indústria química nacional, este foi o principal setor industrial brasileiro entre 1992 e 1994, medido como participação no PIB industrial. Em 2014 a indústria química é apenas o quarto setor industrial brasileiro, participando com 9,67% do PIB industrial. O faturamento líquido da indústria no mesmo ano foi equivalente a US\$ 156,7 bilhões.

Ocorre que, ao longo dos últimos anos, o crescimento da demanda foi atendido por importações. A produção doméstica está praticamente estagnada desde 2006. As importações de produtos químicos passaram da faixa de US\$ 10 a 12 bilhões anuais (entre 1997 e 2003) para US\$ 46 bilhões em 2013 e 2014. Como consequência, o déficit comercial do setor passou do entorno de US\$ 6 bilhões anuais (entre 1997 e 2003) a cerca de US\$ 32 bilhões em 2013 e 2014. Os produtos importados, que atendiam a cerca de 20% do consumo aparente em 1999, atenderam, em 2014, a cerca de 35% do consumo aparente. Em decorrência dos baixos investimentos do setor e da pressão das importações, a indústria operou em 2015 a menos de 80% de sua capacidade instalada – para comparação, o uso médio da capacidade instalada da indústria em 2007 foi de 87%.

Esse cenário é especialmente lamentável porque, em maior ou menor proporção, todos os segmentos industriais utilizam insumos oriundos da indústria química; por isso mesmo, diz-se que a indústria química é a base da sustentabilidade do desenvolvimento industrial.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encomendou recentemente a uma consultoria internacional um estudo para identificar o potencial de diversificação da indústria química

brasileira. O relatório final, publicado em 2014, indica que, para 21 segmentos de mercado, o País tem condições de fabricar produtos internacionalmente competitivos.

A maior parte desses segmentos pertence ao complexo de química fina, como a fabricação de insumos para o setor de cosméticos e higiene pessoal, defensivos agrícolas, aditivos alimentícios para animais, produtos químicos para exploração e produção de petróleo. E todos eles possuem – entre outras características – mercados domésticos relevantes no contexto global. Segmentos da indústria química que agregam valor a matérias-primas locais disponíveis e competitivas também apresentam atratividade. Esse é o caso da fabricação de aromas, sabores e fragrâncias, derivados de celulose, aditivos alimentícios para humanos, derivados do silício, tensoativos, derivados do butadieno e do isopreno, derivados de aromáticos, poliuretanos e seus intermediários, lubrificantes, fibras de carbono, poliamidas especiais, poliésteres de alta tenacidade, oleoquímicos e químicos com base em fontes renováveis.

Na ocasião dos 30 anos da ABIFINA, o presente relato procurou indicar, em primeiro lugar, a relevância de indústria brasileira para o desenvolvimento do País. Em segundo lugar, buscou sumarizar o papel da indústria química e as oportunidades que estão disponíveis para seu crescimento.

Estou convicto de que, uma vez restabelecidas as condições macroeconômicas que viabilizem o crescimento do País, a indústria em geral e a indústria da química fina em particular voltarão a florescer.

Sabemos todos que, se isso não ocorrer, o crescimento do País será efêmero e não teremos condições de melhorar o padrão de vida de todos os brasileiros.

# DEPOIMENTOS DE ENTIDADES PARCEIRAS NESSA HISTÓRIA

## INFLUÊNCIA NA AGENDA NACIONAL E INTERNACIONAL

FIRJAN

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) historicamente abre espaço para a ABIFINA em seus debates. A entidade, inclusive, compõe seu Conselho de Tecnologia.



A indústria de química fina e biotecnologia encontra-se presente na cadeia de valor de vários outros setores industriais. Representa, por exemplo, uma das grandes vantagens competitivas da economia do estado do Rio de Janeiro, que nesse setor assumiu o protagonismo nacional. O crescimento do parque industrial de química fina só foi possível graças a uma inestimável contribuição da ABIFINA em suas três décadas de atuação. E que beneficiou não apenas o setor, mas todo o desenvolvimento econômico nacional.

A ABIFINA esteve presente em eventos nacionais e internacionais de extrema importância para as empresas brasileiras, desde a Constituição de 1988 até negociações no âmbito do comércio internacional.

Teve ainda uma atuação de destaque, ao longo dessas três décadas, em questões envolvendo a propriedade intelectual.

A ABIFINA contribui, ainda, para a formulação de políticas públicas e a capacitação tecnológica de empresas. A participação e influência da entidade podem ser vistas nas grandes iniciativas governamentais em políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior.



Não se pode deixar de mencionar, igualmente, a colaboração da ABIFINA na elaboração da Lei do Bem, de incentivos fiscais para empresas que investem em Pesquisa & Desenvolvimento, e no estabelecimento do marco regulatório do setor químico-farmacêutico.

Nada mais justo do que resumir essa história em um registro documental, que guardará para sempre a contribuição da ABIFINA para o progresso da indústria e o desenvolvimento do Brasil.

Que esses 30 anos sejam lembrados e sirvam de exemplo e iniciativa para os próximos anos que virão.



**Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira**

Presidente da Firjan

# PROTAGONISMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## PRÓGENÉRICOS



Nesses 30 anos, a ABIFINA não apenas acompanhou as importantes transformações por que têm passado nosso País, como foi protagonista em situações

fundamentais para o desenvolvimento do setor da química fina nacional e dos mercados que dependem de suas soluções para operar, como é o caso da indústria farmacêutica.

Desde o princípio, a ABIFINA firmou-se com uma agenda estratégica absolutamente voltada para questões centrais como inovação, produção local, propriedade intelectual, investimento produtivo, desenvolvimento de marcos regulatórios na síntese química e biotecnologia. Portanto, a entidade já tem garantida posição de destaque no futuro da política industrial brasileira.

Mais recentemente, a entidade foi decisiva na criação do Complexo Industrial da Saúde, além da política das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Tais iniciativas configuraram-se nas principais portas para o desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional e toda sua cadeia, o que certamente beneficiará o governo brasileiro e toda a sociedade por meio da promoção do acesso a produtos de alta complexidade.

Como membro do Conselho Consultivo da ABIFINA e presidente-executiva da PróGenéricos, acompanhei de perto todas as iniciativas da ABIFINA

A Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) compartilha com a ABIFINA o incentivo a políticas públicas e ações que visem ampliar o acesso a medicamentos no Brasil.

visando ressaltar o papel da indústria brasileira na construção de uma nova realidade tecnológica por meio da inovação, na geração de riquezas, na promoção de uma saúde pública de qualidade e no bem-estar social.

Não poderia deixar de destacar a importância da contribuição do vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, que desde a década de 1980 vem protagonizando as principais conquistas da entidade, tendo em seu currículo a construção do posicionamento em questões como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e outras batalhas internacionais com objetivo de negociar barreiras tarifárias e questões de propriedade intelectual.

Nelson Brasil foi ainda decisivo na articulação das políticas atuais de desenvolvimento tecnológico-industrial e do uso do poder de compra do Estado para o desenvolvimento da indústria nacional. Sua história confunde-se com o que de mais importante foi pleiteado e alcançado com apoio da ABIFINA.

Que esses 30 anos de grandes vitórias sejam inspiradores para a entidade seguir protagonizando o desenvolvimento industrial brasileiro e, consequentemente, contribuindo para que o Brasil seja cada vez mais um País desenvolvido e para que os frutos deste desenvolvimento sejam compartilhados com nosso povo.



## Telma Salles

Presidente-executiva da PróGenéricos

# LEMBRAR O PASSADO PARA SONHAR COM O FUTURO

FARMABRASIL



A indústria farmacêutica está em festa com a ABIFINA. Em nome da FarmaBrasil, do Grupo NC e de nossas empresas, em especial da EMS e de nossos mais de 50 anos de história de superação, pioneirismo e reinvenção, temos a grata satisfação de afirmar que alcançamos grandes voos, empreendemos e realizamos inéditas conquistas também graças à nossa parceria com a ABIFINA.

Recordar é preciso. É saudável. E é fundamental. Principalmente neste momento de comemoração. Faz um enorme bem olhar para trás e perceber os avanços que nos trouxeram para uma realidade em que a indústria farmacêutica nacional passou a assumir a liderança do mercado no Brasil e a fazer frente às multinacionais. É extremamente gratificante comprovar a modernização de nossas leis, de nossas fábricas, de nossos processos, de nossas gestões, de nossas discussões, de nossa militância em nome da qualidade de vida da população. Em nome do maior acesso a medicamentos de qualidade. Chega a ser emocionante vislumbrar um horizonte formidável em que podemos ainda atuar, apostando em inovação, em lançamentos antes impensáveis, em tecnologias de primeiro mundo que poderão estar em nossa expertise em bem pouco tempo.

A FarmaBrasil  
representa empresas  
farmacêuticas de capital  
nacional, sendo parceira  
da ABIFINA em fortalecer o  
diálogo entre a indústria  
e o governo.

Ao resgatar essa memória, estamos refletindo nosso cenário hoje. Bastante promissor. Enxergamos um futuro audacioso, em que a biotecnologia se coloca como um desafio e como um alento, um anseio positivo, que nos move e nos faz trabalhar e sonhar ainda mais com o que é possível alcançar. Mas também – e talvez principalmente – estamos lembrando e reforçando o caminho que a ABIFINA nos ajudou a trilhar nesses últimos 30 anos. Esta que é a protagonista de trajetórias bem-sucedidas de desenvolvimento do País, em especial daquelas que se referem à indústria farmacêutica. A ABIFINA está onde se realizam os principais embates. E está onde se encontram as decisões e soluções mais acertadas. O Complexo Industrial da Saúde e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), por exemplo, são algumas de suas contribuições que merecem ser citadas pelo que representam de revolução e evolução em um modelo de acesso mais amplo à saúde.

O Grupo NC e nossas empresas estão em festa com a ABIFINA. Somos gratos pelas vitórias, pelas condutas assertivas e firmes em questões cruciais, pela ousadia que nos aproxima e que também nos contamina, fazendo-nos agir com o mesmo vigor no dia a dia. Parabéns à entidade e aos seus representantes. Estamos prontos para que, ao lado da ABIFINA, tenhamos outras muitas e significativas lutas vencidas. Nós não fugiremos das próximas e inevitáveis batalhas. Eis que aprendemos com a Associação essa lição para o sucesso.



## Carlos Eduardo Sanchez

Presidente dos Conselhos Administrativos da FarmaBrasil e do Grupo NC



# QUANDO A MEMÓRIA VIRA HISTÓRIA



Este livro tem uma dupla missão. A primeira é revelar a história de uma entidade que contribuiu para as transformações da química fina brasileira nos últimos 30 anos. A segunda é mostrar essa relação a contrapelo: de que forma a evolução do setor instigou essa entidade a construir os atributos pelos quais é hoje reconhecida. Uma instituição ética, conciliadora e aguerrida na defesa do interesse público, da produção local, da inovação tecnológica e da soberania do Estado Nacional.

A criação da ABIFINA em 1986 resultou de uma conjuntura política e econômica. Nas duas décadas anteriores, a política industrial brasileira foi governada por uma visão de industrialização baseada no conceito

cepalino de substituição de importações – para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o caminho do desenvolvimento sustentável na região seria os países atenderem seus mercados finais fechados com produtos fabricados internamente, a partir das matérias-primas locais, em vez de importar produtos prontos.

Os dois choques do petróleo (1973 e 1979) e o esgotamento das reservas cambiais do Brasil (já nos anos 1980) culminaram no período decretado, a posteriori, como a “década perdida”. A democracia brasileira renasceu em meio à crise. A política de substituição de importações foi intensificada, vista como tábua de salvação nesse mar revolto. Foi assim que se acirraram os conflitos de interesse entre a indústria de capital nacional e os defensores de uma maior abertura do País para as corporações estrangeiras. De certa forma, essas tensões foram o motor ideológico fundacional da ABIFINA. Mais que isso, elas continuaram a governar a vida do complexo industrial da química fina nacional e da própria ABIFINA nos diversos cenários posteriores.

É possível agrupar a dinâmica da indústria de química fina no Brasil nesses 30 anos em duas conjunturas. A primeira, característica dos anos 1990, buscava uma abertura comercial que rompia radicalmente com o passado desenvolvimentista cepalino. Essa visão aderiu, talvez acriticamente, à tese mundialmente repercutida do “Fim da História”. Para o sociólogo norte-americano Francis Fukuyama, a vitória do capitalismo sobre o comunismo tornou a democracia liberal, com seu Estado mínimo, o último modelo capaz de levar à evolução da sociedade. Não restariam alternativas: o Estado indutor do desenvolvimento estaria fadado à extinção.

Essa visão propagou a onda neoliberal entre as nações do Ocidente, acompanhada do fenômeno avassalador da globalização econômica e financeira. A segunda conjuntura que afetou a indústria de química fina contrapôs-se a esse movimento, a partir do início do século XXI, tentando justamente retomar a trajetória desenvolvimentista, com um Estado mais

ativo nas questões socioeconômicas. Todas essas dinâmicas tiveram forte repercussão na vida da ABIFINA e, por isso, são marcos nesta obra.

Curiosamente, o movimento pendular verificado entre as duas conjunturas dentro do próprio capitalismo contrariou a profecia de Fukuyama. Não, a História não acabou. Ela segue dinâmica, e conflituosa, guiada em grande parte por brilhantes personagens que, por sua pouca (ou nenhuma) fama, passam ao largo das narrativas oficiais. É a partir das memórias de discretos protagonistas da história brasileira que este livro desvela para o público os 30 anos de atuação da ABIFINA, no contexto da constituição da indústria de química fina no Brasil.

As realizações da entidade são um somatório de iniciativas individuais de pessoas de grande valor profissional, comprometidas com o desenvolvimento do Brasil. Pessoas sonhadoras, enfim, mas com pés bem firmes no chão para alcançar os objetivos almejados. Suas lembranças estão orgulhosamente impressas nestas páginas.

Especialmente no cenário prolongado de diminuição relativa do peso da indústria na economia, deixar registrada a trajetória institucional da ABIFINA é uma contribuição necessária à tal História (com “H” maiúsculo mesmo). Esta que é intrinsecamente volúvel e que abrirá, em seu transcurso, espaço para novos personagens. Eles precisarão olhar para trás antes de se lançarem nos seus próprios erros e – em maior quantidade, espera-se – acertos.

Novas gerações também estarão à frente da ABIFINA. Elas enfrentarão o grande desafio de preservar a relevância de uma indústria nacional cada vez mais comandada pelas finanças globais e que perde terreno para outras modalidades econômicas. Por esse motivo, o capítulo final do livro é um exercício de projetar os próximos 30 anos da entidade. Quais caminhos a seguir nesta persistente caminhada em busca de um país soberano, mais produtivo e inovador na área da química fina brasileira?

QUÍMICA FINA,  
O FIEL DA BALANÇA  
COMERCIAL

1

A corrida pelo desenvolvimento parece ser uma sina brasileira. Treinamos, ganhamos velocidade... e paramos. Em 150 anos, o País urbanizou-se, industrializou-se, cresceu. Sentiu as dores desse crescimento. E encolheu-se. Foi assim ao longo de toda a história republicana do Brasil. Em meio a esse esforço, os debates sobre os caminhos a percorrer vivem em eterno retorno: qual deve ser o papel do Estado, o setor a dinamizar a economia, os incentivos mais eficazes, o grau de proteção possível do mercado interno. Na falta de um indispensável Planejamento de Estado de longo prazo, em vez de corrermos nesse sentido, acabamos presos ao fatídico “voo da galinha” – jargão dos economistas brasileiros para os curtos sobressaltos de crescimento do País.

Não faltaram esforços para o Brasil libertar-se das amarras deixadas pela industrialização tardia. Mesmo ainda estando longe do ideal almejado por toda a sociedade, há que se reconhecer: o País melhorou. Parte dessa valorosa história de superação deu certo – assim ela é vista em algumas empresas-modelo, parcerias público-privadas e centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento.

Cada época deixou sua contribuição. Mas as décadas de 1960 e 1970 foram muito especiais no fortalecimento de uma indústria nacional altamente estratégica em um mundo movido a petróleo. A indústria química e, mais especificamente, a petroquímica muito se valeram da política de substituição de importações naquele momento, seguindo as recomendações da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). A ideia era que o Brasil passasse a fabricar para consumo interno os produtos que importava.

O governo oferecia a investidores nacionais ou estrangeiros mecanismos indutores, basicamente a proteção por tarifas aduaneiras, incentivos fiscais e creditícios. Além disso, o Brasil usava regimes especiais de importação, com severos controles administrativos. Era uma política industrial abrangente, com muitos ministérios participando de sua

formulação e implementação. O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDI)<sup>1</sup> era o centro articulador.

Os empresários nacionais ou estrangeiros que quisessem instalar fábricas no País com incentivos governamentais deveriam aprovar seus projetos no CDI. Com isso, poderiam negociar benefícios fiscais e creditícios com outras agências nacionais e regionais, contando com a garantia do mercado local.

O jovem CDI chegou para articular a atuação de seus pares mais experientes. Desde a década de 1950, o Conselho de Política Aduaneira (CPA)<sup>2</sup> determinava as alíquotas de importação, cotas para aquisição de produtos e seus impostos, e a similaridade dos importados com os produtos nacionais. Por sua vez, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex)<sup>3</sup> analisava pedidos de importação e concedia licenças para produtos que não concorressem com o que se fabricava, ou se pretendia fabricar, no País.

A Cacex também gerenciava as importações dos bens de capital necessários para a implantação das fábricas. O órgão atuava em articulação com a Associação Brasileira das Indústrias de Base (ABDIB), inclusive supervisionando acordos com investidores e fixando os percentuais de equipamentos e materiais que deveriam ser adquiridos no mercado local.

Os incentivos fiscais eram concedidos pelo Ministério da Fazenda. Em outra frente, estavam os financiamentos do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Entidades financeiras regionais também tinham seu papel, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o

---

<sup>1</sup> O órgão foi criado pelo Decreto no. 65.016, de 18/8/1969, no âmbito do Ministério da Indústria e Comércio.

<sup>2</sup> Criado pela Lei nº 3.244 de 14/08/1957, no âmbito do Ministério da Fazenda.

<sup>3</sup> Ligada ao Banco do Brasil e instituída pela Lei nº 2.145, de 29/12/1953.

Banco do Nordeste. Estados e municípios reforçavam a política nacional de industrialização. Ofereciam incentivos fiscais e a infraestrutura para a instalação das fábricas.

Esse foi o arsenal montado pelo governo para fomentar a industrialização nacional e combater a importação crescente. O alvo era reduzir o déficit na balança comercial – objetivo que ditou as regras das políticas seguintes, por anos e anos. Nos anos 1960 e 1970, se havia uma atividade com potencial de diminuir as compras externas, esta era a indústria química – um setor tecnologicamente dinâmico e que fornece insumos para outros segmentos industriais.

Portanto, a indústria química recebeu prioridade no sistema de incentivo. A política da época buscava tanto incentivar o surgimento de produtores nacionais como atrair empresas estrangeiras para o Brasil. Facilitar a aquisição e transferência de tecnologias por indústrias locais era outro objetivo.

Grandes empresas químicas estrangeiras vinham-se estabelecendo no País desde a década de 1940. Esse movimento intensificou-se com as políticas mais agressivas de industrialização com proteção do mercado interno, adotadas nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel. Para evitar os impostos de importação e manter presença no mercado interno, essas companhias instalaram no Brasil fábricas de seus produtos finais mais rentáveis. Porém, importavam as matérias-primas básicas de suas matrizes, bem como lá mantinham seus centros de P&D.

Nos anos 1960, já eram atuantes no Brasil empresas químicas e farmacêuticas como Bayer, Monsanto, Hoechst, Degussa, Solvay, Rhone Poulenc, Basf, Carlo Erba, Dupont, Rohm and Haas, Pfizer, Merck, Johnson&Johnson. A produção de petroquímicos era razoavelmente diversificada, graças ao apoio da Petrobras, empresa estatal criada em 1953. Mas a capacidade desse segmento era insuficiente para atender

a um mercado interno em desenvolvimento. Era evidente a carência de produtos petroquímicos básicos, de primeira e segunda gerações, além de insumos químicos essenciais como cloro-soda, amônia, fertilizantes etc.

Para expandir a produção nacional, o governo criou em 1967 a Petrobras Química S/A (Petroquisa), como forma de permitir à estatal do petróleo participar de investimentos privados na petroquímica. A ideia central era articular a Petroquisa, representando o setor público, com empresas privadas nacionais e estrangeiras, no que ficou conhecido como “modelo tripartite” de investimento. Sob esse modelo, foi inaugurado em 1972 o primeiro polo petroquímico brasileiro, um empreendimento de grande porte localizado no município de Mauá, região metropolitana de São Paulo, perto da Refinaria de Capuava, da Petrobras.

O crescimento da petroquímica muito se beneficiou do bom momento econômico que o País viveu entre 1968 e 1974, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, quando a Petrobras era presidida por Ernesto Geisel. Nesse período, o governo criou dois planos econômicos abrangentes. O I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi lançado em 1971, estruturando as iniciativas que já vinham sendo realizadas. Em 1974, já no mandato do presidente Ernesto Geisel, foi instituído o II Plano Nacional de Desenvolvimento, mobilizando investimentos públicos e privados.

Com os PNDs I e II, o governo investiria nos principais pontos de estrangulamento que limitavam o crescimento da economia: infraestrutura, bens de produção, energia, exportação. E, evidentemente, produtos químicos. Estava contemplado também um aspecto extremamente relevante para um País que desejava uma melhor distribuição de renda: o incentivo ao desenvolvimento regional para diminuir a concentração de indústrias no eixo Rio-São Paulo.

Dentro do II PND, a Petroquisa foi encarregada de planejar e liderar a implantação do segundo polo petroquímico. Na linha de descentralizar

o desenvolvimento econômico, o polo foi construído na Bahia, no município de Camaçari, região da Grande Salvador, entrando em operação em 1978. As empresas ali instaladas obtinham seus insumos básicos da Refinaria Landulpho Alves, da Petrobras, no Recôncavo Baiano.

Para cuidar do empreendimento local, a Petrobras criou mais uma subsidiária, a Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene). À nova empresa coube planejar, executar e coordenar as atividades do Polo de Camaçari, além de fornecer petroquímicos de primeira geração e serviços. Em última análise, a Copene foi a verdadeira gestora do polo. A empresa era formada por capital da Petroquisa e das demais empresas do polo. Estas, por sua vez, tinham seu capital proveniente de grupos privados nacionais, estrangeiros e estatais

O Rio Grande do Sul foi o local eleito para receber o terceiro polo petroquímico do País. Planejado na segunda metade da década de 1970, o Polo Petroquímico do Sul iniciou as operações em 1982, articulado à Refinaria Alberto Pasqualini, da Petrobras. Em pouco mais de duas décadas, o Brasil construiu três polos petroquímicos de grande porte com fábricas em escala competitiva e tecnologia moderna. A estrutura atendia integralmente ao mercado interno e gerava excedentes para exportação.

Naqueles idos de 1970, o País fizera seu “milagre econômico” e, com ele, a política industrial vingou. Mas, como que para testar a fé brasileira, o final da década chegou trazendo um cenário apocalíptico. Os dois choques do petróleo – item de peso na pauta de importações –, em 1973 e 1979, desequilibraram as contas externas. Os investimentos em petroquímica já tinham conseguido reduzir consideravelmente as compras externas de produtos do setor. No entanto, a balança comercial brasileira ainda era pesadamente deficitária em produtos químicos de maior valor agregado. Havia espaço para o País substituir as importações de princípios ativos farmacêuticos, produtos técnicos para defensivos agrícolas e toda gama de especialidades químicas.



Polo Industrial de Camaçari

Centro de Documentação e Memória Ultra

Foi assim que as políticas públicas começaram a se voltar para o segmento conhecido como “complexo industrial da química fina”. Este termo foi proposto na década de 1970 pelo consultor americano Charles H. Kline para classificar um grupo de compostos químicos produzidos especialmente para serem usados por outras indústrias, uniformizando as diversas denominações usadas até então. Esse grupo de substâncias inclui, por exemplo, cloro, soda, ácido nítrico (as chamadas *commodities* verdadeiras), resinas petroquímicas (*pseudocommodities*), cloro-benzeno, metilamina, bem como “intermediários de síntese e de uso”, produtos

requeridos para se fabricarem medicamentos, defensivos agrícolas, adesivos, antioxidantes, ou seja, as “especialidades da química fina”.

O subgrupo das especialidades de uso possui alto grau de conteúdo tecnológico, sendo por isso tão importante. É o caso dos fármacos (princípios ativos dos medicamentos). Segundo Ernesto Carrara Jr., que foi secretário-executivo do CDI, em 1974 o órgão já começava a dar prioridade em seus incentivos aos fármacos usados nas drogas constantes da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). Essa é uma lista, atualizada até hoje, que indica quais são os medicamentos essenciais para uso na rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde – SUS). Com a medida do CDI, o governo garantia mercado às novas fábricas de fármacos, enquanto executava a política de saúde.

O conjunto de estímulos do CDI provocaria a primeira reversão no panorama da química fina no País. Entre 1975 e 1981, as empresas nacionais respondiam por mais de 60% dos investimentos aprovados pelo Conselho, com destaque para projetos de antibióticos e de insulina. Em 1982, os produtos da química fina eram aproximadamente 12% das importações totais do País. Portanto, os resultados obtidos eram relevantes, mas ainda não tinham o impacto desejado na dependência externa.

### Investimentos em química fina e fármacos em projetos aprovados pelo CDI (Em US\$1.000 de 1988)

Setor	Média Anual (1965-1974)	Média Anual (1975-1984)	Média Anual (1985-1989)
Química Fina	9.737	69.206	116.993
Fármacos	6.411	24.994	35.093

Fonte: CDI/GS-III

Além dos incentivos oferecidos pelo CDI, a química fina constituiu-se no Brasil a partir de investimentos das empresas petroquímicas que queriam verticalizar a produção. Otto Vicente Perrone, em “A Indústria Petroquímica no Brasil” (IBP, 2010), explica como a Copene ajudou a estruturar essas operações. Segundo o autor, a empresa registrava altos lucros, porém os dividendos pagos a seus acionistas minoritários não chegavam a encher os olhos. Foi então que esses empresários uniram-se para criar, em 1980, a Nordeste Química S/A (Norquisa). Perrone lista os empreendimentos decorrentes: na Bahia, foram criadas a Carbonor, a Química da Bahia, a Nitronor e a Nitroclor; no Rio de Janeiro, estava a Nortec; em São Paulo, a Enia; e em Alagoas, a Alclor. A Norquisa estava para a química fina nacional como a Petroquisa estava para a petroquímica.

A estratégia da Norquisa era articular a formação de investimentos público-privados, aproveitando as matérias-primas de primeira geração do Polo de Camaçari. Lá eram produzidos eteno, propeno, butadieno, benzeno e tolueno. Além disso, o polo fabricava insumos para as reações químicas, como cloro, soda, ácido nítrico, amônia e hidrogênio. O objetivo era, a partir desses insumos, construir moléculas mais complexas para fazer princípios ativos de uso como componentes para produtos finais de consumo industrial, como defensivos agrícolas, medicamentos e corantes. Isso contribuiria para a verticalização da indústria química.

Do ponto de vista do governo, o desenvolvimento da química fina seria crucial. A área farmacêutica estaria no cerne da estratégia, devido à dependência do País da importação de medicamentos mais modernos e eficazes, bem como sua importância para o atendimento da população brasileira via SUS. Segundo dados do CDI, em 1981 as importações do setor da química fina foram superiores a US\$ 1 bilhão. O setor farmacêutico respondia pela maior fatia, cerca de US\$ 370 milhões, seguido pelo de defensivos agrícolas, com US\$ 270 milhões.

Também interessava ao governo reverter o quadro descrito por Marcus Alban Suarez em “Petroquímica e Tecnoburocracia” (Editora Hucitec,

1986): dos 600 laboratórios produtores de fármacos e de intermediários para o mercado farmacêutico existentes no Brasil em 1982, 520 eram nacionais e 80 eram estrangeiros. A maioria dos nacionais era de pequeno porte. Os 50 maiores detinham 80% do mercado e, desses, apenas cinco eram nacionais.

Visando coordenar a estruturação do parque farmoquímico no Brasil, o CDI criou, em outubro de 1981, atendendo à decisão do Ministro da Saúde Wilson Fadul, o Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica (Gifar)<sup>4</sup>. O Gifar trabalhou na elaboração do Programa Nacional da Indústria Químico-Farmacêutica (Profarma) que, após anos de debates e negociações, foi engavetado por causa das fortes disputas que suscitou no meio da indústria.

Como alternativa, o CDI publicou a Portaria Interministerial nº 4, em 3 de outubro de 1984, conforme Carrara explica:



Projetos de química fina aprovados pelo CDI, em implantação ou já em execução, estavam sendo ameaçados pelas multinacionais ao manterem no País instalações próprias para esses mesmos produtos ou com importações acima da demanda nacional, para inviabilizar a substituição das importações. Tal circunstância movimentou o governo, principalmente os órgãos de segurança nacional, sensíveis ao exemplo recentemente ocorrido com a Argentina, quando, durante a Guerra das Malvinas, teve embargado seu acesso a medicamentos, em especial antibióticos, e se socorreria nos fabricantes nacionais brasileiros. Nossa resposta seria a Portaria Interministerial

<sup>4</sup> Criado pela portaria Interministerial nº 12, envolvendo os Ministérios da Saúde (MS), da Indústria e Comércio (MIC), e da Previdência e Assistência Social (MPAS).

nº 4. Esse instrumento era mais poderoso que as ações propostas no Profarma. Ele conferia ao CDI, entre outros dispositivos, o poder de aprovar ou não qualquer projeto que visasse à produção de fármacos (e também de inúmeros outros produtos sujeitos à vigilância sanitária), competência essa que não estava condicionada por quaisquer objetivos ou diretrizes. E assim a Portaria nº 4 prosperou e representou o principal marco na história da química fina do País, a partir de 1984. Essa portaria também previa que o CDI poderia indicar quais produtos deveriam ter sua importação dependente de autorização pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, eliminando-se, assim, a outra ponta da reação à substituição das importações.



*Ernesto Carrara*



Outra ação de grande relevância apontada por Carrara foi um levantamento promovido pelo CDI em milhares de guias de importação, para identificar, classificar e quantificar quais eram os produtos de química fina importados. Neles residiriam as oportunidades de investimento nacional. Mas um problema foi encontrado. As denominações para um mesmo fármaco eram diversas (a dipirona, para pegar um exemplo comum, tinha uma dezena de nomes técnicos diferentes). Então o CDI, com a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, instituiu as Denominações Comuns Brasileiras. Elas deveriam estar identificadas em todos os rótulos, bulas e prospectos de medicamentos, acabando com a hegemonia dos nomes de marca que amarravam consumidores e médicos. Essa seria a pedra fundamental da futura política de genéricos, criada posteriormente no final dos anos 1990.

Ao acompanhar a narrativa até aqui, é possível o leitor imaginar que a história da química fina no Brasil estava resguardada das tormentas dos anos 1980. Não foi assim. Investidores nacionais e fazedores de políticas públicas lutaram brava e persistentemente, assombrados por um ambiente econômico, político e ideológico instável. No início daquela década, o *Federal Reserve* (Fed, banco central norte-americano) elevou drasticamente suas taxas de juros, atraindo capitais do mundo inteiro e estreitando a liquidez, sobretudo dos países emergentes. Outros bancos centrais de países desenvolvidos seguiram esse movimento.

As múltiplas implicações da decisão do Fed são bem sintetizadas pela economista Jennifer Hermann, no artigo “Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa”, publicado no livro “Economia Brasileira Contemporânea” (Elsevier, 2011):

“O aumento dos juros americanos contribuiu para aumentar seus déficits em conta corrente de duas formas: (1) através da retração das importações dos países industrializados (entre eles os Estados Unidos, historicamente, grande comprador de produtos brasileiros); e (2) através do aumento das despesas com a dívida externa, já que grande parte dela fora contratada a taxas flutuantes (revistas a cada seis meses), indexadas à *prime rate*. Ao mesmo tempo, os juros mais altos dificultavam a captação de novos empréstimos pelos países já endividados: além de atrair recursos para os países industrializados, aumentavam o risco atribuído (pelos investidores estrangeiros) aos países devedores, porque implicavam maiores despesas com a dívida já contratada e maiores custos de ‘rolagem’ da dívida vincenda.”

A atitude do Fed vinha na esteira de profundas e drásticas mudanças na administração da economia americana promovidas por Ronald Reagan. O então presidente republicano defendia a diminuição do papel do Estado na economia, redução de impostos e uma extensiva liberalização dos mercados como forma de apoiar o crescimento econômico.

A política de Reagan não se havia desenvolvido sem base teórica. A nova corrente de pensamento econômico liberal da Universidade de Chicago pregava, em meio ao aparecimento das empresas globais, que os mercados livres seriam capazes de encontrar as soluções ótimas para os problemas da economia. A interferência do Estado deveria ser mínima, inclusive nas transações internacionais de comércio. Tornou-se vilão, o Estado produtor passaria a ser um Estado regulador – mero garantidor de contratos e dos direitos de propriedade. À iniciativa privada, caberiam a produção e o comércio.

A nova corrente liberal (que ganhou fama entre os brasileiros pelo termo neoliberalismo) mais tarde afetaria profundamente a economia brasileira. Porém, ainda na década de 1980, a questão era mais pontual: como lidar com a dívida externa. Afinal, o Brasil havia financiado seu desenvolvimento nas décadas anteriores com empréstimos estrangeiros.

Crise cambial, desarranjo econômico, dívida externa, pressões internacionais pela adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Junte-se a isso uma Assembleia Nacional Constituinte que definiria as regras de funcionamento do País redemocratizado, adicionando, portanto, incertezas para os agentes econômicos. Foi em meio a essa mistura explosiva que o presidente José Sarney tomou posse em março de 1985. Seu governo seria lembrado como um dos períodos mais difíceis da história brasileira.

No entanto, toda história tem múltiplas facetas. Para a química fina, a crise foi a oportunidade de se fortalecer a partir dos instrumentos públicos de incentivo, podendo, em contrapartida, dar sua contribuição para o País virar aquele jogo. José Correia da Silva, fundador e primeiro presidente da ABIFINA, recorda com saudosismo o momento que vivenciou como dirigente de empresa – era a época de ouro da química fina brasileira:



Entre 1984 e 1985, o Brasil assinou vários acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas nunca cumpriu as metas fixadas nas cartas de intenção. O termo *Waiver* (perdão) ficou conhecido no noticiário econômico. Nessa época, demonizou-se o FMI entre os brasileiros, diante das exigências do organismo para se renegociar a dívida, o que arrojava a economia. Agravou-se o quadro econômico e o esforço exportador radicalizou-se com apoio de todos os organismos de governo.



André Telles

Iniciava-se o período das cotas de importação e cada empresa foi obrigada a aumentar sua verticalização. Nos setores farmacêuticos, de corantes, defensivos etc., operava-se um milagre econômico. Dezenas de fábricas dos mais diversos insumos foram montadas às pressas, num frenesi de investimentos. Sob a batuta do Ministério da Indústria e Comércio, de seu Conselho de Desenvolvimento Industrial e da Petrobras, iniciou-se a aquisição de tecnologias estrangeiras e a formação de pessoal brasileiro.

A Academia respondeu ao desafio e, com investimentos e competência, formou milhares de profissionais para atenderem à demanda de empresas nacionais e estrangeiras, mantendo uma oferta condizente com o esforço empreendedor daqueles anos.

*José Correia*



Apesar de manter parcialmente alguns incentivos concedidos à indústria, a partir do final dos anos 1990, o governo aderiu à noção de Estado

mais alinhada à proposta dos economistas de Chicago, conhecida como *Consenso de Washington*, cumprindo assim a cartilha do FMI. O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND)<sup>5</sup> dizia: “O I PND da Nova República difere dos planos anteriores também na concepção de desenvolvimento. Este governo parte da tese de que cabe ao setor privado o papel de destaque na retomada do crescimento. O Estado retorna, portanto, às suas funções tradicionais, que são a prestação dos serviços públicos essenciais e as atividades produtivas estratégicas para o desenvolvimento nacional de longo prazo e complementares à iniciativa privada.”

Começa-se, então, a abandonar o suporte intensivo do governo à substituição de importações, pois o Estado deveria focar-se apenas na proteção à indústria nascente – tese mais aceitável na comunidade internacional. Carrara conta que o CDI queria estender à química fina a experiência bem-sucedida no setor de defensivos agrícolas, com a aplicação de tarifas gradativas no imposto de importação, escalonando-as em função dos índices de nacionalização praticados nas etapas de produção no País. Outra ação considerada necessária era adoção de instrumentos *antidumping*. Mas o tratamento que seria dado aos laboratórios farmacêuticos nacionais era controverso dentro do próprio governo, refletindo a divergência na concepção de desenvolvimento que se iniciava no País. Reservar ou não o mercado interno às empresas de controle nacional. Essa era a questão.

A Central de Medicamentos (Ceme) e a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e Comércio (MIC) concordavam que as empresas nacionais deveriam ter algum grau de preferência no acesso ao mercado público e, se possível, exclusividade. Apesar de compartilhar dessa visão, o CDI considerava que a preferência deveria ser direcionada para fármacos (seguindo a Portaria nº 4) em vez de

---

<sup>5</sup> Lei 7.486, de 6 de junho de 1986.

medicamentos. Já a área econômica do governo, lembra Carrara, nem queria falar do assunto.

O ex-secretário-executivo do CDI relata que, diante desses impasses, o órgão orientava a Ceme – que gerenciava a compra dos medicamentos da Rename e os fornecia à rede nacional de saúde pública – a adotar dois processos. Para os medicamentos cujos fármacos não tivessem produção interna ou esta fosse insuficiente, as licitações seriam mantidas. Para os casos em que houvesse produção interna por empresas nacionais, eles seriam adquiridos diretamente – ou por licitação, quando tivesse mais de um fabricante.

A proposta era apoiada pelos produtores de fármacos que não fabricavam medicamentos. Por outro lado, contrariava a indústria farmacêutica, assim como órgãos do governo atuantes na área. Carrara revela a decisão do CDI à época:



A questão estratégica central, que seria politicamente avaliada e assim decidida, resultaria em não se explicitar nos novos instrumentos normativos quanto à preferência pela empresa de efetivo controle nacional para o setor de química fina, utilizando-se para tal fim as próprias diretrizes gerais do I PND-NR, atuando-se, entretanto, de forma pragmática, a fim de neutralizar as pressões externas.

*Ernesto Carrara*



Estratégico para a sustentabilidade econômica e para a política de saúde pública, o setor da química fina constituiu-se no Brasil a duras penas. Superou importantes embates entre setor público e privado; entre empresas nacionais e multinacionais; entre as visões desenvolvimentista e liberal; entre defensores e detratores da concessão de patentes farmacêuticas

(debate ainda inicial e que se acirraria nos anos 1990). Como gestor público no CDI, Carrara viveu de perto os conflitos de interesse entre as empresas farmacêuticas no País, situação bastante ilustrativa do clima institucional daquele tempo:



Fugia à logica das empresas estrangeiras, que dominavam o mercado, produzirem internamente os fármacos e intermediários que utilizavam, pois era de seu interesse continuar a importá-los, não só para vender a produção de suas matrizes. Tal estratégia possibilitava ainda a realização, mesmo com prejuízo nas operações internas – mas preservando o lucro nas matrizes –, da prática de *dumping* para alijar os eventuais concorrentes nacionais. A ameaça de algum produtor local poderia levar à opção de produzir internamente ou até comprar o concorrente. Os laboratórios nacionais tinham seu acesso limitado ao mercado privado, pois seus produtos, embora similares, eram preteridos na prescrição médica em relação aos medicamentos de referência feitos pelas marcas estrangeiras. Portanto, a esses laboratórios interessava que o governo lhes reservasse o mercado governamental, se possível ampliado, permitindo-lhes assim ganhar escala e, eventualmente, buscar a verticalização pela produção dos fármacos que consumiam.

Ernesto Carrara



Carrara complementa que “aos empresários do setor químico ou petroquímico que não possuíam participação no mercado de medicamentos interessava a produção de fármacos *per se*, pela substituição das importações, desde que o governo criasse barreiras à entrada das multinacionais e à importação de similares, garantindo-lhes assim o mercado interno. Dadas as características vigentes no mercado farmacêutico brasileiro, várias estratégias seriam aventadas pelo governo e muitas delas efetivamente

transformadas em ações concretas. Quanto aos atores e a identificação de oportunidades de investimento, pode-se dizer que, em primeiro lugar, era necessário promover o interesse de expressivos grupos privados nacionais, notadamente dos setores químico e petroquímico, em investir na produção de fármacos e intermediários, como atividade afim. Além disso, ao mesmo tempo, incrementar a capacitação econômico-gerencial dos laboratórios nacionais, visando integrarem-se verticalmente com a produção daqueles insumos. Para tanto, os instrumentos das compras governamentais e das tarifas de importação deveriam ser aperfeiçoados para estimular a produção.”

As divergências em relação aos rumos que o governo deveria seguir em sua política industrial levaram o setor produtivo a se organizar em entidades associativas que pudessem ser porta-vozes de seus interesses. A ABIFINA é criada nesse contexto, passando a conciliar demandas transversais às farmacêuticas, às farmoquímicas e aos laboratórios públicos. Manoel Zauberaman, da Inpal Química, relembra as demandas que provocaram a formação da entidade:



Empresas de São Paulo e do Rio de Janeiro que atuavam no campo da química fina e das especialidades químicas queriam unir forças para que o governo se sensibilizasse quanto à formação de uma política de Estado para fortalecer o setor. Naquele tempo, ele era considerado de prioridade estratégica, inclusive devido à Guerra das Malvinas, quando as maiores potências industriais criaram um embargo de insumos estratégicos à Argentina, entre os quais fármacos e especialidades químicas. Um grupo de empresas, então, resolveu formar a ABIFINA, que viria a se tornar parceira na formação da política industrial para o setor de química fina, fármacos e defensivos agropecuários.

Manoel Zauberaman



A "SONHÁTICA"  
CONSTITUIÇÃO  
DA ABIFINA

2

Não foi somente o caos econômico que os anos 1980 trouxeram. O Brasil engatinhava na democracia e aprendia a dar seu brado retumbante. Na música, explodia o Rock Brasil, embalado pela cultura pop mundial, deixando para trás o dualismo direita-esquerda com o fim do comunismo. Nas artes plásticas, a Geração 80 experimentava novas linguagens e firmava nomes como Adriana Varejão e Beatriz Milhazes, hoje expoentes internacionais. O fervor criativo também contagiava a política. Os partidos reorganizavam-se de maneira a refletir a pluralidade de ideias daquele tempo. O movimento sindical cresceu e subiu no palanque. Militantes exilados retornavam ao País para lutar outras lutas. Exigindo seu direito de voto, o povo foi para as ruas gritar: “Diretas Já!”.

A necessidade de expressão era irrefreável. No meio empresarial, a liberdade de manifestar posições também clamava por ser exercida. Diversas entidades associativas começaram a ser criadas e seriam ponto de encontro para discussões acaloradas sobre o futuro do País. As empresas de capital nacional precisavam de instituições para defender suas demandas frente ao governo e, ao mesmo tempo, fazer a interlocução com as multinacionais e suas representações.

No complexo industrial da química fina, a diversidade de segmentos produtivos, interesses e visões levou os empresários nacionais de pequeno e médio porte a constituírem associações de acordo com seus ramos específicos de atividade. Assim, em 1983, foram criadas a Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica Farmacêuticos (Abiquif) e a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac). E, em 1986, surgiu a Associação das Empresas Nacionais de Defensivos Agrícolas (Aenda).

As entidades então criadas representavam distintos segmentos do complexo industrial da química fina, surgindo, assim, a necessidade, constatada por um grupo de empresários nacionais, de ser criada uma entidade com visão nacionalista e representativa de todo o complexo industrial da química fina. A professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Adelaide Antunes identifica um desses motivos:



A indústria de química fina abrange uma série de segmentos cujas características requerem recursos humanos altamente qualificados em termos de embasamento teórico, como também experientes na área de desenvolvimento industrial em *scale-up* e em especificação e qualidade de produto, proteção industrial e comercialização. Portanto, é uma indústria altamente complexa quando comparada à de *commodities*. Contar com uma indústria de química fina traz ao País desenvolvimento, valor agregado e soberania, mas, para tanto, o País tem que ser parceiro no risco e na incerteza, próprias ao desenvolvimento desse setor.



Adelaide Antunes



Outras necessidades comuns ao setor podem ser listadas: o acesso a novas tecnologias, um ambiente macroeconômico favorável, a criação de programas de fomento à inovação e à produção, e a própria inter-relação entre os elos da cadeia produtiva com uma visão exclusivamente voltada aos interesses nacionais.

Dentro dessa perspectiva, não tardaria para que empresários nacionais representando a posição de 16 indústrias brasileiras fundassem a Associação Brasileira da Indústria de Química Fina (ABIFINA). Então, em 18 de junho de 1986, no salão de eventos do Plaza Hotel em São Paulo, surgiu a nova entidade, com o compromisso de defender os interesses das indústrias nacionais da química fina, e, assim, representá-las perante o governo, o Legislativo e a imprensa. Buscaria também articular os diversos atores que pudessem contribuir para o fortalecimento do setor industrial. Mas, e acima de tudo, propôs-se a um objetivo ousado: zelar

pela nacionalização crescente do mercado produtor da química fina no Brasil, a começar pelos seus insumos ativos, na visão cepalina.

Otto Perrone, que foi presidente de grandes empresas estatais como Petroquisa, Copene e Norquisa, relata a partir de sua experiência como a ABIFINA foi constituída para atender à configuração do setor:



No início dos anos 1980, o Brasil já possuía um parque industrial diversificado e era um grande produtor das principais *commodities* petroquímicas. Contava também com uma produção significativa de outros produtos químicos, como fármacos, defensivos agrícolas, cosméticos, corantes etc. Porém, estava concentrada na formulação de produtos finais e com baixo índice de integração. Daí que a pauta de importação de produtos químicos continuava elevada. Em grande parte, essa pauta era constituída por especialidades químicas, como intermediários orgânicos, insumos da indústria farmacêutica e fitossanitária, enzimas e aditivos, pigmentos corantes e alvejantes, defensivos agrícolas, ou seja, um sem-número de produtos de alta densidade tecnológica e alto preço unitário, muitos deles comercializados com base em ‘performance’, os quais recebiam a denominação genérica de química fina. Para representar esse segmento e defender os seus interesses foi fundada a ABIFINA.



Caprese e Alagalo - ComindCOM - UFRJ

Otto Perrone



Se Alanac, Abiquif e Aenda tinham posicionamentos setoriais específicos, a ABIFINA pretendia defender os interesses da química fina em todos os

setores componentes desse complexo, em nome das empresas de capital nacional. Como a entidade carecia de recursos para ter uma sede própria, seu primeiro presidente eleito, José Correia da Silva, a abrigou em sua empresa, Formil Química, localizada em São Paulo. Em 1991, sob a presidência de Nelson Brasil, a ABIFINA mudaria sua sede para o Rio de Janeiro, passando a funcionar nas instalações cedidas pela Carbonor, empresa da qual Brasil era diretor. Aqueles primeiros anos de atuação da nova entidade foram de intensas atividades, como lembra Correia:



Éramos poucos. Mas com tanta energia trabalhamos que, muito rapidamente, a recém-nascida entidade amealhou uma série de novos associados. Participávamos ativamente de todos os foros em que se discutia a produção local de química fina, seja no governo, nas universidades, no Congresso Nacional, nas entidades congêneres de representação industrial e no exterior, notadamente nas reuniões da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevideú, Uruguai. Na qualidade de maiores produtores regionais, o Brasil tinha que constantemente defender-se das tentativas de exportação privilegiada de pseudoprodutores instalados nos países vizinhos, que buscavam burlar os sistemas de controle das importações existentes no Brasil. Não é possível enumerar quantas reuniões realizamos com membros do Executivo Federal, Legislativo e academia. A tarefa era dividida entre todos os diretores e demais associados. Logramos atingir muito rapidamente a mídia e propagar nossas reivindicações. Paulatinamente, foi sendo absorvida, em todas as camadas de formadores de opinião, a importância do desenvolvimento de uma sólida base produtiva local – independentemente da origem de capital – com domínio de todas as fases da industrialização.

*José Correia*



A composição do primeiro corpo de associados refletia o caráter abrangente da ABIFINA, contemplando representantes de indústrias fabricantes de produtos farmoquímicos, farmacêuticos, aditivos, intermediários de síntese e até de biotecnologia. Segundo Fernando Sandroni, as empresas vinculadas à Norquisa (da qual foi diretor) aderiram de pronto à nova associação. Em sua visão, tais empresas deram nova musculatura à ABIFINA, uma vez que a entidade era constituída majoritariamente por empresas de pequeno ou médio porte, “mas que, juntas, conseguiram fazer uma associação bastante forte e produtiva nos meados dos anos 1980”.

Dante Alario Jr., presidente técnico-científico da farmacêutica Biolab e vice-presidente da ABIFINA, foi uma das figuras mais ativas nesse período histórico. Ele justifica a criação da entidade e recorda como foi sua evolução:



André Telles

Antes da ABIFINA, não havia uma entidade nacional que auxiliasse na coordenação de ações que propusessem transformar o Brasil em um País produtor de insumos. As iniciativas eram individuais, isoladas e desprovidas de uma proposta que envolvesse os vários órgãos governamentais e os respectivos ministérios. Desde sua criação até nossos dias, a industrialização é uma das principais pautas da ABIFINA, da qual tenho a honra de ter participado incansavelmente. Pertence ao próprio DNA da ABIFINA sua visão desenvolvimentista sobre temas como patentes, política industrial, inovação e compras governamentais. O histórico da associação lhe conferiu a credibilidade que todos desejam, mas poucos possuem. Até porque credibilidade não é encontrada, nem doada ou oferecida, mas, sim, conquistada.

Dante Alario



## Ato Público defende política industrial e tecnológica nacional e condena anteprojeto do Governo sobre patentes

Em ATO PÚBLICO realizado dia 10/06 pelo Clube de Engenharia EM DEFESA DA POLÍTICA INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA NACIONAL, ficou clara a preocupação das entidades com as implicações das proposições encaminhadas ao Congresso pelo Governo Collor no sentido de alterar a legislação concernente à política industrial e tecnológica, de modo a atender as pressões internacionais.

Ao abrir a reunião, o Diretor Técnico do Clube de Engenharia, Eng.º Fernando Uchôa, classificou de associada a forma adotada com vista as modificações do Código de Propriedade Industrial e do Plano de Informática.

Até o fechamento desta edição (25/05), mais de 20 entidades já haviam assinado documento condenando o projeto do Governo sobre propriedade industrial, por verem nele uma ameaça ao futuro da Nação Brasileira.



A partir da esquerda: Dante Alarío, Nelson Brasil, Eloan dos Santos, Fernando Uchôa, Maria Augusta Tibiriçá e Benito Paret.

Jornal do Clube de Engenharia, julho/1991. A partir da esquerda: Dante Alarío, Nelson Brasil, Eloan dos Santos, Fernando Uchôa, Maria Augusta Tibiriçá e Benito Paret.

Muito da personalidade da ABIFINA deve-se ao “seu Athayde” – maneira carinhosa como o criador da Libbs Farmoquímica e Farmacêutica era chamado até pelos mais próximos. Alcebíades Athayde sempre acreditou na união de esforços em torno de objetivos comuns. Por isso, sua empresa Libbs foi uma das fundadoras da entidade, sendo atualmente a única empresa que se manteve todo o tempo associada à ABIFINA. Como relata Marcia Martini Bueno, diretora de Relações Institucionais da Libbs, o empresário participou ativamente da associação, ajudando a estruturar seu trabalho interno, costurando acordos, aproximando pessoas. Sobretudo, provocando discussões de temas relevantes para a indústria farmacêutica nacional. Essa marca pessoal de Alcebíades Athayde ficou impressa na identidade da ABIFINA, que é reconhecida por sua capacidade de agregar diferentes atores para a busca de soluções. O filho de “seu Athayde”, Alcebíades Athayde Junior, atual presidente da Libbs, relata que o ideário da entidade faz parte da herança deixada pelo pai:

“

Ele foi um dos primeiros empresários a entender que os princípios ativos farmacêuticos eram essenciais para o desenvolvimento dessa indústria e, conseqüentemente, estratégicos para o Brasil. Sem participar da pesquisa e desenvolvimento dessas substâncias, a autonomia e a competitividade das empresas nacionais ficariam comprometidas. O que estava em jogo era o próprio destino da economia brasileira e seu desenvolvimento. A necessidade de levar essa mensagem ao governo e à sociedade em geral e a preocupação em preparar as companhias do setor para esse novo momento foi o que levou à criação da ABIFINA.

A ABIFINA nasceu – e ‘seu Athayde’ sempre reforçava esse ponto – para defender a indústria nacional e despertar as autoridades e a sociedade para a importância da tecnologia e da inovação para a consolidação da indústria brasileira em geral e da farmacêutica em particular. Desde então, a entidade tem mantido seu propósito de defesa da indústria nacional, apesar de todas as dificuldades. Já naquela época, em 1986, ‘seu Athayde’ enxergava que o caminho para as empresas brasileiras tornarem-se competitivas e enfrentarem os grandes grupos do setor no mundo seria a inovação.

*Alcebiades Junior*

”

Outra fundadora da ABIFINA foi a Billi Farmacêutica. Criada em 1972 pelo imigrante italiano Galliano Billi, essa empresa veio posteriormente a se transformar na Eurofarma, hoje uma das principais farmacêuticas de capital nacional. Conforme Maurizio Billi, herdeiro do grupo e atual presidente da Eurofarma, a ABIFINA contribuiu para a tradição construída pela família:



Nos anos 1980, todos os segmentos atuantes no mercado nacional precisavam de uma entidade que os representasse, que compartilhasse interesses, lutasse pelos seus direitos e deveres, que regulamentasse o setor. A nossa associação à ABIFINA deu-se exatamente por esses motivos. Somos dependentes de insumos e a favor do Brasil. Para nós é estratégico que mais e mais provedores nacionais desenvolvam-se. Participar da entidade nos possibilita estar próximo dessas questões para contribuir neste avanço. Os interesses são comuns e o benefício, mútuo, para que o mercado farmacêutico brasileiro de forma ampla seja mais competitivo.



Maurizio Billi



A trajetória da ABIFINA também se enlaça à da associada Blanver Farmoquímica, segundo depoimentos de Sergio José Frangioni e Valdemir Correa Passos. Para eles, com o mesmo entusiasmo que começaram há mais de 30 anos o projeto de fabricar excipientes no Brasil em substituição aos importados, apoiaram, por meio da Blanver, o pioneirismo de vários empresários em fundar uma associação que representasse as empresas brasileiras. Os executivos da Blanver dizem que “a ABIFINA superou a expectativa desde o início”, especialmente considerando que “os obstáculos iniciais eram muitos e quase insuperáveis para empresas numa atividade industrial sem tradição no Brasil”.



Walker Lahmann, atual diretor-executivo da Eurofarma, confirma que o papel exercido pela ABIFINA tem sido de grande relevância para o avanço do setor farmacêutico no País, o que justifica a confiança depositada pela companhia na associação: “Como associado, cremos na capacidade de interlocução da entidade e no comprometimento com as empresas que representa”. Para Alberto Ramy Mansur, ex-superintendente de Desenvolvimento da Norquisa e ex-presidente da Copesul, a ABIFINA institucionalizou-se “alicerçando toda sua estratégia de comunicação, e de opinião, em argumentos teóricos com bases tecnológicas, escolhendo ‘a dedo’ seus pareceristas e geradores de opinião com posicionamentos estritamente técnicos”.

Em seu primeiro ano de atividades, a ABIFINA já tinha um corpo de associados ativo, um espaço – ainda que cedido – para funcionar e os princípios norteadores formalizados em seu estatuto social. Aquele era o momento de definir a linha de ação. Ao mesmo tempo, a entidade precisava chamar a atenção da sociedade para a necessidade de o País verticalizar as cadeias produtivas da química fina. Da mesma forma, precisava mostrar que a transferência de tecnologia seria decisiva para que a indústria local se qualificasse para fabricar os produtos que até então eram importados.

Assim, a ABIFINA pioneiramente lançou, em pleno período da Assembleia Nacional Constituinte, seu primeiro Congresso Nacional da Química Fina, denominado I QUIMIFINA.

Foram quatro edições, entre 1987 e 1991.

A primeira delas foi realizada em Brasília em 1987, recebendo na sessão de abertura o ministro de Ciência e Tecnologia Renato Archer. Correia detalha esse momento:



Anais dos Congressos QUIMIFINA



A ABIFINA era um porto seguro para as empresas que iniciavam suas produções locais, e a defesa dos anseios dessas empresas nos trouxe a grata satisfação de contribuir para o desenvolvimento de um número expressivo de empreendimentos que até hoje têm reflexos na formação de nosso parque produtivo, assim como na carreira de muitos profissionais. E com essa disposição realizamos o I QUIMIFINA. Com a presença das mais altas autoridades dos três Poderes, os mais destacados representantes da academia, principais executivos das empresas nacionais e de capital estrangeiro e forte apoio da mídia, o QUIMIFINA consolidou as bases sobre as quais se desenvolveriam as atividades da cadeia produtiva da química fina.

Por quatro longos dias, realizamos palestras e debates com uma grande participação de convidados para discutir os rumos que nosso setor deveria trilhar nos próximos anos. O entusiasmo daquele momento foi coroado por uma intensa presença de representantes da ABIFINA nas Comissões Parlamentares que, justamente naquele momento, elaboravam nossa Constituição e, aos grupos temáticos de ciência e tecnologia, indústria e desenvolvimento, levamos nossa contribuição. Com orgulho, pudemos dividir com centenas de parlamentares as nossas teses, muitas aceitas e até hoje presentes em capítulos da memorável Lei Magna. A presença maciça de estudantes universitários de química, engenharia química, biologia, veterinária, farmacêutica, administração e economia prenunciava a importância do tema na sociedade brasileira.

*José Correia*



A iniciativa ganhou tamanha a relevância que o II QUIMIFINA, realizado em São Paulo em 1988, conquistou um feito quase impensável: a partici-

pação do então presidente da República, José Sarney, na sessão de encerramento. Os trabalhos foram abertos pelo senador Mauro Benevides, presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Cientes de que da Constituição de 1988 dependeriam todas as decisões de Estado posteriores, os dirigentes da ABIFINA dedicaram-se a formular propostas para o texto constitucional, cujo debate deu-se nesse II QUIMIFINA.

As discussões levantadas no evento permitiram à entidade influenciar a redação do artigo 170 da Constituição, que trata dos princípios gerais da atividade econômica e estabelece o “tratamento favorecido para as empresas brasileiras de *capital nacional* de pequeno porte”. Essa disposição, constante do inciso IX, teve nova redação com a Emenda Constitucional nº 6, de 1995, ficando assim: “o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte *constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País*”.

Outro mecanismo muito batalhado pela ABIFINA foi o artigo 171. Ele definia como empresa nacional aquela constituída exclusivamente por capitais nacionais, com controle efetivo e em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País. Estabelecia ainda que o poder público daria tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional na aquisição de bens e serviços. A Emenda Constitucional nº 6, adotada sob inspiração neoliberal vigente nesse período, revogou integralmente esse artigo.

As mudanças ocorridas em decorrência da Emenda Constitucional nº 6 desconstruíram a possibilidade de o Estado brasileiro adotar políticas de proteção às empresas de capital nacional, tal qual outros países haviam feito, e ainda fazem. Contraditoriamente, um dos que adotaram políticas protecionistas mais claras e abrangentes durante seu período de industrialização foram os Estados Unidos, berço do atual liberalismo econômico. O motivo é simples. Com um pouco de observação, é possível notar que as empresas enraízam investimentos, lucros e aprendizados em seus respectivos países, investindo no exterior basicamente apenas unidades

produtivas para atender ao mercado local. Assim, as multinacionais mantêm seus principais centros de pesquisas, sedes e setores de inteligência em suas nações de origem.

Na mutilação à Constituição brasileira cometida em 1995, salvou-se o artigo 219, que também havia sido defendido pela ABIFINA durante a Constituinte. Ele diz: “O mercado interno integra o *patrimônio nacional* e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal”. Um pequeno detalhe que fez toda a diferença. O “mercado interno como bem da nação” tornou-se um dispositivo determinante, 20 anos depois, para estratégias que permitiram ao Brasil usar o poder de compra do Estado para impulsionar empresas nacionais, visando ao nosso desenvolvimento econômico.

A lição que ficou da experiência de construção da Constituição Cidadã foi que a criatividade pulsava também nas indústrias e suas associações. Elas buscaram “pensar fora da caixa” – pegando emprestado o termo corporativo da moda nos anos 2000 – para defender o que achavam ser o modelo ideal de desenvolvimento. Esse bem-sucedido exercício democrático instigou voos mais altos.

Estando resolvido o tema da Constituição, o III QUIMIFINA, desta vez realizado em Porto Alegre em 1989, lançou o debate público sobre outra questão balizadora das políticas públicas: a propriedade intelectual. Nessa terceira edição do evento, que teve a participação do embaixador Sebastião do Rego Barros, começou a estreita colaboração da ABIFINA com o Ministério das Relações Exteriores. A parceria iria-se fortalecer durante a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), realizada entre 1986 e 1994.

Já o IV QUIMIFINA, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1990, inovou ao trazer um convidado internacional para mostrar uma visão do mercado mundial. A abertura foi realizada por Ronald Van Mynen, vice-presidente

da *Union Carbide Chemicals and Plastics* dos Estados Unidos, e presidida pelo então governador do estado, Wellington Moreira Franco.

Sara Kanter Pinto de Souza, que foi membro da comissão organizadora do I QUIMIFINA e ex-diretora técnica da Alanac, pontua que os anais publicados com a íntegra dos debates são documentos históricos relevantes. Aqueles registros contribuíram para que as informações geradas pelo QUIMIFINA chegassem ao corpo técnico do setor público. E, de maneira “sonhática”, como diz o primeiro presidente da ABIFINA, esses profissionais começaram a colaborar “de forma organizada, pragmática e objetiva pelo crescimento e consolidação do segmento”.



Jornal Retrato do Brasil, abril/1987. Debate promovido na sede da Política Editora. Da esquerda para a direita: Hans, Sartori, Dante Alario, Sara Kanter, Marta Nobrega e José Correia.

A movimentação gerada pela ABIFINA no setor químico também sacudiu a academia. A entidade fazia barulho. Era impossível ignorar. Sua vibração começou a inspirar jovens profissionais ávidos por participação. Esta foi a história de Dirceu Barbano – o estudante que se tornaria um dia diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), após passar por cargos gerenciais no Ministério da Saúde. Barbano relembra os detalhes daquela época:



A ABIFINA foi criada quando eu terminava o terceiro semestre na faculdade de Ciências Farmacêuticas, em Campinas. Em 1986, com 20 anos, eu vivia a euforia da juventude e já me envolvia com os temas de interesse político, como aqueles relacionados ao acesso a medicamentos e sua dinâmica de desenvolvimento, produção e consumo. Naquele ano em que foi eleita a Assembleia Nacional Constituinte, as discussões sobre os rumos dos direitos à saúde estavam no auge. Naturalmente, os temas relacionados à indústria farmacêutica e química entraram na pauta e foi nesse contexto que tive a honra de conhecer algumas dessas personagens da história de 30 anos da ABIFINA. Foi deles que ouvi pela primeira vez expressões como ‘soberania nacional na produção de insumos farmacêuticos’, ‘o direito à saúde não se concretiza sem garantia de acesso a medicamentos’ e ‘a garantia de acesso a medicamentos requer um conjunto de políticas setoriais nas áreas de ciência, tecnologia, indústria e saúde’. A busca pela compreensão daquelas palavras me conduziu a muitos outros personagens importantes que deram novos e ricos significados à minha formação acadêmica, orientando meus primeiros passos na profissão que escolhi e me guiando ao longo desses 30 anos de experiências.



Sérgio Dutti

*Dirceu Barbano*



Confiantes com os apoios recebidos e encorajados pelos resultados tão precocemente alcançados, os fundadores da ABIFINA não imaginavam que o futuro lhes reservaria batalhas ainda maiores. A abrupta abertura comercial dos anos 1990 instalaria um cenário dantesco para a indústria da química fina no Brasil. Os recursos e a energia investidos na década de 1980 seriam postos à prova.

# ATA DA AGO DE CRIAÇÃO DA ABIFINA EM 1986

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS  
INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA - ABIFINA.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS  
JURÍDICAS - 4º OFÍCIO

32 JUL 86 0120112

REGISTRO DE EMPRESAS  
CARTÓRIO MEDEIROS - SÃO PAULO

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e seis, reunidos em primeira convocação, no salão do CROWNE PLAZA HOTEL, à Rua Frei Caneca nº 1360, na cidade de São Paulo/SP, compareceram as empresas: SULFABRÁS S.A.- INDÚSTRIA QUÍMICA, com sede nesta Capital na Rua Ouvidor Peleja nº 277, representada por seu Diretor Presidente, Sr. José Correia da Silva; SULPAQUIM QUÍMICA FINA LTDA, com sede nesta Capital na Rua Ouvidor Peleja nº 277, representada por seu Diretor, Sr. Celso Fukuda; BLANVER FARMOQUÍMICA LTDA, com sede nesta Capital na Rua Lúcia nº 2 - Parque São Jorge - Quadra A - Granja Viana, representada por seu Gerente Técnico, Sr. Valdemir Corrêa Passos; INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS S.A., com sede em Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ferreira Penteado nº 1023, representada por seu Diretor Presidente, Sr. Renato Negrão; INTERLAB-DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS CIENTÍFICOS S.A., com sede nesta Capital na Rua Luiz Góes nº 853/859, representada por seu Gerente de Vendas, Sr. Franco Giorgi; PAN-AMERICANA S.A.- INDÚSTRIAS QUÍMICAS, com sede nesta Capital na Avenida Indianópolis nº 1967 - Indianópolis, representada por seu Diretor, Sr. Sérgio Cosulich; INDÚSTRIA QUÍMICA TAUBATÉ S.A., com sede em Taubaté, no Estado de São Paulo, na Rua Irmãos Albernaz nº 300 - Vila Costa - Taubaté, representada por seu Diretor, Sr. Ademar Vieira da Rocha; RDM FARMACÉUTICA S.A., com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Chaves de Faria nº 364 - São Cristóvão, representada por seu Diretor Presidente, Sr. Claudio Fioravanti; SINTOGRAM INDÚSTRIA QUÍMICA S.A., com sede nesta Capital na Rua Sergipe nº 120, representada por seu Diretor Superintendente, Sr. Richard Robert Bórgers Júnior; SESPO QUÍMICA FINA LTDA, com sede nesta Capital na Avenida Paulista nº 807 - 15º andar - cj.1506 representada por seu Sócio-Gerente, Sr. Walter Sägesser; VETEC QUÍMICA FINA LTDA, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Viúva Claudio nº 153-Jacaré, representada por seu Diretor Presidente, Sr. Sérgio Cabral; BILLI FARMACÉUTICA LTDA, com sede nesta Capital na Rua Vieira de Moraes nº 443, representada por seu Gerente de Compras, Sr. Sérgio Paolini; REVELA REPRESENTAÇÕES E VENDAS LATINO - AMERICANAS LTDA, com sede nesta Capital na Rua Tabapuã nº 649 - 1º andar - cj.17, representada por seu Diretor, Sr. Jayme Gurman; PARAQUÍMICA S.A.-INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede nesta Capital na Avenida Guarapiranga nº1640 representada por seu Gerente Geral, Sr. José Carlos Rosolia; LIBBS-LABORATÓRIO BRASILEIRO DE BIOLOGIA E SÍNTESE LTDA, com sede nesta Capital.

ABIFINA foi constituída por Assembleia Geral em 18 de junho de 1986, em São Paulo. Participaram, como fundadoras da entidade, as empresas:

- 1 • Sulfabras S.A. - Indústria Química
- 2 • Sulfaquim Química Fina Ltda
- 3 • Blanver Farmoquímica Ltda
- 4 • Instituto Químico Campinas
- 4 • Interlab - Distribuidora de Produtos Científicos S.A
- 5 • Pan-Americana S.A
- 6 • Indústria Química Taubaté (IQT)
- 7 • RDM Farmacêutica S.A
- 8 • Sintogram Indústria Química S.A
- 9 • Sespo Química Fina Ltda
- 10 • Vetec Química Fina Ltda
- 11 • Billi Farmacêutica Ltda.
- 12 • Revela Representações e Vendas Latino-americanas Ltda
- 13 • Paraquímica S.A. - Indústria e Comércio
- 14 • Libbs - Laboratório Brasileiro de Biologia e Síntese Ltda
- 15 • Formil Química S.A
- 16 • Iperobras - Produtos Sintéticos S.A

# PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DA ABIFINA

José

Correia da Silva



Nelson

Brasil de Oliveira



Roberto

Teixeira



Kurt

Politzer

1986

1988

1988

1991

1991

1993

1993

1995

1995

1997

1997

1999

1999

2001

**Leodonio**  
Francisco Schroeder



**Luiz**  
Claudio Barone



**Ogari**  
de Castro Pacheco



**Luiz Cesar**  
Auvray Guedes



**Jean**  
Daniel Peter

2001  
▼  
2003

2003  
▼  
2006

2006  
▼  
2008

2008  
▼  
2010

2010  
▼  
2012

2012  
▼  
2014

2014  
▼  
2016

1986 ▶ 1988

Presidente **José Correia da Silva**

Vice-presidente Claudio Fioravanti

1988 ▶ 1991

Presidente **Roberto Teixeira**

Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

1991 ▶ 1993

Presidente **Nelson Brasil de Oliveira**

1º Vice-presidente

Marcos Henrique de Castro Oliveira

2º Vice-presidente

Leodonio Francisco Schroeder

1993 ▶ 1995

Presidente **Kurt Politzer**

Vice-presidente “Holdings” e Intermediários

Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente Farmoquímico

João Alexandre Viegas

Vice-presidente Farmacêutico

Fernando Marques

Vice-presidente Biotecnologia - cumulativamente

Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente Aditivos, Corantes e Catalisadores

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente Defensivos Agrícolas

Leodonio Francisco Schroeder

1995 ▶ 1997

Presidente **Kurt Politzer**

Vice-presidente “Holdings” e Intermediários

Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente Farmoquímico

João Alexandre Viegas

Vice-presidente Farmacêutico

Fernando Marques

Vice-presidente Aditivos, Corantes e Catalisadores

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente Defensivos Agrícolas

Leodonio Francisco Schroeder

1997 ▶ 1999

Presidente **Leodonio Francisco Schroeder**

Vice-presidente Fernando de Castro Marques

Vice-presidente João Alexandre Viegas

Vice-presidente Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente Kurt Politzer

1999 ▶ 2001

Presidente **Luiz Cesar Auvray Guedes**

Vice-presidente Leodonio Francisco Schroeder

Vice-presidente Kurt Politzer

Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente Fernando de Castro Marques

Vice-presidente Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente João Alexandre Viegas

2001 ▶ 2003

Presidente **Luiz Cesar Auvray Guedes**

Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira  
Vice-presidente Fernando de Castro Marques  
Vice-presidente Kurt Politzer  
Vice-presidente Leodonio Francisco Schroeder  
Vice-presidente Marcos Henrique de Castro Oliveira  
Vice-presidente João Alexandre Viegas

2003 ▶ 2006

Presidente **Luiz Cesar Auvray Guedes**

Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira  
Vice-presidente Fernando de Castro Marques  
Vice-presidente Jorge Alberto V. Studart Gomes  
Vice-presidente Kurt Politzer  
Vice-presidente Leodonio Francisco Schroeder  
Vice-presidente Marcos Henrique de Castro Oliveira

2006 ▶ 2008

Presidente **Luiz Cesar Auvray Guedes**

1º Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira  
Vice-presidente de Estudos e Planejamento  
Marcos Henrique de Castro Oliveira  
Vice-presidente Segmento Químico  
Kurt Politzer  
Vice-presidente Segmento Farmacêutico  
Dante Alario Junior  
Vice-presidente Segmento Agroquímico  
Carlos Alberto Studart  
Vice-presidente Segmento Farmoquímico  
Alberto Ramy Mansur

2008 ▶ 2010

Presidente **Luiz Claudio Barone**

1º Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente de Estudos e Planejamento

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente

Luiz Cesar Auvray Guedes

Vice-presidente Segmento Farmacêutico

Dante Alario Junior

Vice-presidente Segmento Agroquímico

Marcos Souza Lobo

Vice-presidente Segmento Farmoquímico

Alberto Ramy Mansur

2010 ▶ 2012

Presidente **Jean Daniel Peter**

1º Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente de Estudos e Planejamento

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidentes Segmento Farmacêutico

Dante Alario Junior

Ogari de Castro Pacheco

Vice-presidentes Segmento Agroquímico

Tarciso Mauro Bonachela

Henrique Rahmeier

Vice-presidente Segmento Farmoquímico

Nicolau Pires Lages

Vice-presidente da Cadeia Química

Lélio Augusto Maçaira

2012 ▶ 2014

Presidente **Ogari de Castro Pacheco**

1º Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

Vice-presidente de Estudos e Planejamento

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidentes Segmento Farmacêutico

Dante Alario Junior

Peter Martin Andersen

Vice-presidentes Segmento Farmoquímico

Jean Daniel Peter

Nicolau Pires Lages

Vice-presidente Segmento Agroquímico

Luis Henrique Rahmeier

Vice-presidente Segmento da Cadeia Química

Lélio Augusto Maçaira

2014 ▶ 2016

Presidente **Ogari de Castro Pacheco**

1º Vice-presidente Nelson Brasil de Oliveira

2º Vice-presidente Reinaldo Felipe Nery Guimarães

Vice-presidente de Estudos e Planejamento

Marcos Henrique de Castro Oliveira

Vice-presidente Segmento Farmacêutico

Dante Alario Junior

Vice-presidente de Biodiversidade

Peter Martin Andersen

Vice-presidentes Segmento Farmoquímico

Jean Daniel Peter

Nicolau Pires Lages

Vice-presidente da Cadeia Química

Lélio Augusto Maçaira

Vice-presidente de Biotecnologia

Akira Homma

# A DESILUSÃO DOS ANOS 1990

3

A globalização chegou para o tudo ou nada. A terceira revolução industrial, com a abertura de mercados à competição internacional e o emprego intensivo da tecnologia, foi imperativa: quem não inovasse morreria na guerra dos mercados globalizados. As mudanças eram muitas, e velozes: os computadores popularizavam-se, a internet começava a conectar as pessoas, as descobertas científicas fascinavam. A ovelha Dolly, primeiro mamífero clonado, foi ícone da década de 1990. A esperança renascia: com a evolução dos antirretrovirais, a Aids deixou de ser uma sentença de morte. O que estava por trás daquelas grandes transformações era o conhecimento ter-se tornado o principal valor comercial em mercados abertos à competição internacional. Obter direitos sobre esse valioso bem intangível virou o objetivo primeiro das nações desenvolvidas.

Essa nova fase brasileira teve seu marco em janeiro de 1990, quando tomou posse Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito do País após a redemocratização. Seu governo começou a implantar um programa econômico totalmente oposto ao vigente até então. Collor criou o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) para acumular as funções dos Ministérios da Indústria e do Comércio, da Fazenda e da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), que foram desativados. Foram extintas também a CPA, a Cacex e o CDI, cujas funções passaram a ser exercidas por secretarias do MEFP, além do Departamento de Comércio Exterior (Decex). O governo também iniciou o desmonte de toda a estrutura de suporte à política industrial e de comércio exterior. A nova configuração evidenciou a tentativa de quebrar o relacionamento das associações empresariais com as agências de governo, como ocorria no âmbito da CPA e da Cacex.

Com essas medidas, Collor começou a implantar no Brasil os ditames do Consenso de Washington, lançado em 1989. Essa era, também, a cartilha adotada pelo FMI e imposta aos países que precisaram pegar empréstimos para pagar suas dívidas externas, como o Brasil. A regra era clara: liberalização total da economia, com abertura do mercado

nacional e as privatizações. Outros países emergentes – Índia, Taiwan, Coreia do Sul e, mais recentemente, China – realizaram uma abertura comercial gradativa, orientados por um projeto de Estado de longo prazo. As unidades produtivas locais foram adaptadas para concorrerem em um mercado internacional altamente competitivo.

Aconteceu o oposto no Brasil. A onda neoliberal inundou de forma abrupta o mercado interno com produtos importados, dificultando ou até inviabilizando as chances de as indústrias nacionais fazerem frente à concorrência. Não houve projeto de Estado para desenvolver o Brasil como nação, situação ainda não revertida até hoje, a despeito de algumas medidas adotadas a partir do ano de 2003. No País, “planejamento” apenas dá nome ao Ministério, que na prática atua como um simples ministério do orçamento público.

Segundo Fernando Sandroni, ex-diretor da Norquisa, nos anos 1990 a ABIFINA teve relevante atuação no sentido de enfrentar o grande retrocesso político e econômico que se iniciavam:



O fato de a Norquisa ter empresas fortes associadas à ABIFINA contribuiu para que a entidade resistisse. Empresas que estavam amortizando seus grandes investimentos não puderam competir nesse mercado aberto, contando com juros absolutamente desenfreados e a inflação, antes do Plano Real, chegando a 100% ao ano. Empresas nascentes em elevado número fecharam suas instalações no Brasil e passaram a suprir o mercado brasileiro através de importações e, no caso das multinacionais, de suas instalações no exterior,



Guarim de Lorena

pois era absolutamente impossível competir quando o capital de giro tinha custos altíssimos contra importações com seus custos reduzidos. Para ilustrar, a agricultura somente compra e vende sendo financiada, pois o agricultor planta hoje para colher e comercializar seis meses depois. Mas se a indústria de defensivos agrícolas no Brasil tinha que pagar um capital de giro altíssimo, não poderia competir com as empresas estrangeiras importadoras. Algumas até praticavam *dumping*.

Fernando Sandroni



No novo cenário, as antigas proteções tarifárias foram abolidas e, com isso, as multinacionais instaladas em solo brasileiro importavam maciçamente produtos finais para venda em nosso mercado interno. Ou importavam os insumos ativos de suas matrizes no exterior, valendo-se de preços abaixo do mercado para fabricar o produto final mais barato no Brasil. Em uma primeira reação para enfrentar esse cenário, a ABI-FINA mudou seu foco. Além de fabricantes de intermediários, passou a associar empresas atuantes no mercado final do complexo industrial da química fina, especialmente medicamentos e defensivos agrícolas formulados. Essa mudança mostrou-se de relevante valor estratégico.

Antes da abertura comercial nos anos 1990, a entidade buscava a verticalização da cadeia produtiva do setor de baixo para cima, partindo das matérias-primas disponíveis no Brasil. Dessa forma, seria possível verticalizar a cadeia até se atingir o mercado final, que na época contava com barreiras tarifárias para dificultar o ingresso de similares importados no País. Com a abertura, a ABIFINA começou a defender que a integração vertical da indústria brasileira de química fina deveria ser feita no sentido inverso, de cima para baixo. Isso significava que o Brasil precisaria desenvolver insumos ativos com tecnologia própria, a partir do apoio de políticas públicas. A estratégia consistiria em fornecê-los para os fabricantes de produtos finais do complexo industrial da química fina.

Seria a chance de as empresas nacionais fazerem frente aos importados e garantirem sua sobrevivência.

A ABIFINA conseguiu mobilizar apoios dos associados, de outras entidades da indústria, de empresas, da academia e do governo. Essa capacidade de unir forças deve-se ao que aponta Odnir Finotti, presidente da *joint venture* de biotecnologia farmacêutica Bionovis: “a ABIFINA sempre esteve presente na defesa dos interesses do setor, apresentando suas críticas e, sobretudo, apontando alternativas e propostas para soluções, jamais se omitindo”. Para o ex-vice-presidente da ABIFINA Alberto Ramy Mansur, um dos fundadores e atual presidente do Conselho Administrativo da Nortec Química, a entidade desenvolveu características peculiares que lhe permitiram reunir apoiadores. Essa liderança a colocou no time dos grandes defensores da indústria brasileira, como conta Mansur:



Nos anos 1990, especialmente a partir de 1995 (ano em que o Botafogo conquistou o título de campeão brasileiro), a ABIFINA desenvolveu duas importantes características de gestão de planejamento estratégico, peculiares, específicas e inovativas para uma entidade de classe que sempre teve como premissa valorizar a criação tecnológica no Brasil e a conseqüente valorização e apoio às empresas de capital nacional. A primeira foi a busca de sua institucionalização por meio da abertura de canais harmoniosos de convivência, comunicação e aproximação com entidades do governo brasileiro, quer sejam ministérios, secretarias executivas, agências reguladoras e empresas



estatais de fomento à indústria, ciência e tecnologia. Claro que essa institucionalização foi, e continua sendo, uma sólida e difícil conquista que valorizou a marca ABIFINA. Mas como a entidade atingiu essa conquista? Foi alicerçando toda a sua estratégia de comunicação e de opinião baseada em sólida argumentação técnica, plena de conhecimentos tecnológicos. A ABIFINA sempre escolheu ‘a dedo’ seus pareceristas e formadores de opinião, com posicionamentos estritamente técnicos, baseados nas melhores publicações bibliográficas e acadêmicas internacionais, mas sustentados em importantes casos de sucesso empresarial. A segunda característica da entidade, constituída de meados de 1990 para adiante, foi criar uma equipe de profissionais (como o time do Botafogo) próprios, seguros e atuantes, extremamente comprometidos com as metas da entidade. Tais contratações começaram com pessoas como Claudia Craveiro, Luciana Bitencourt e Washington Soares formadas por quem sabe ser líder e técnico de equipe, como Nelson Brasil.

*Alberto Mansur*



O tenente-brigadeiro-do-ar Sergio Xavier Ferolla, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar, acrescenta uma perspectiva nacionalista. Enquanto um dos grandes críticos da incorporação do modelo liberal pelo Brasil, Ferolla considera que as lutas dos dirigentes da entidade foram um contraponto vital a essa tendência neoliberal:



Graças à visão de futuro e ao esforço de insígnies patriotas, balizando correta trajetória para os ambicionados setores da tecnologia e da indústria, segundo um modelo que prestigiasse a inteligência nacional, alguns resultados concretos

foram alcançados. Constituem motivo de orgulho nacional as meritórias conquistas da ABIFINA no complexo empresarial que esta entidade representa.

*Sergio Ferolla*



Ao longo dos anos 1990, a ABIFINA concentrou-se na busca incessante de preservar o nascente complexo industrial da química fina, cuja estruturação iniciou-se na década anterior. A entidade defendeu a criação de medidas de proteção da indústria nacional contra as importações predatórias. Já em 1991, a ABIFINA mobilizava-se no Legislativo, quando o Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico na indústria brasileira. Os trabalhos dessa Comissão Parlamentar foram presididos pelo senador Mário Covas e secretariados pela deputada Irma Passoni. Entre maio e setembro daquele ano, a Comissão colheu depoimentos de representantes de vários setores industriais, inclusive químico e farmacêutico, tendo a ABIFINA contribuído para sugestões incorporadas no relatório da Comissão.

A renúncia de Collor em 1992 no momento em que seria aprovado seu impeachment não afetou a Comissão. Sob o governo de Itamar Franco, vice que assumiu a Presidência, foi promulgada a Lei 8.661, de 2 de junho de 1993, instituindo os Programas de Desenvolvimento de Tecnologia Industrial (PDTI) e de Tecnologia Agropecuária (PDTA). Eles seriam executados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Essa iniciativa foi motivada pelos resultados colhidos pela CPMI, cujo relatório final foi publicado em 1994.

Ainda no Legislativo, a ABIFINA lutou contra a Emenda Constitucional nº 6 – a que suprimiu o artigo 171, tão arduamente incluído na Constituição de 1988 com apoio da entidade e que definia como empresa brasileira aquelas constituídas por capital nacional. Mas a posição neoliberal prevaleceu. Para se adequar à nova realidade, a ABIFINA alterou

seu estatuto. Antes, sua atuação restringia-se às “empresas nacionais”, depois, passou a enfatizar as “empresas com fabricação local”.

Durante todo o período desindustrializante dos anos 1990, a ABIFINA denunciou que a queda da produção industrial brasileira, em particular no setor químico, resultava da abertura comercial indiscriminada que teve início em 1990 e aprofundou-se a partir de 1996. Contribuiu para esse processo a desindexação da economia. Este fato teve como efeito colateral a quebra de muitas indústrias. Isso porque o real foi mantido em paridade com o dólar, favorecendo ainda mais as importações decorrentes da abertura comercial. Resultado: a balança comercial brasileira deteriorou-se exponencialmente. No setor químico, cresceram de forma assustadora as importações de medicamentos, fármacos e defensivos agrícolas, em detrimento da produção nacional. Como parte das ações para dar visibilidade ao problema, a ABIFINA publicou, entre 1990 e 1995, três anuários sobre o desenvolvimento das indústrias de química fina em operação no País. As publicações sensibilizavam os formadores de opinião para a tragédia já anunciada – a desindustrialização que se abatia sobre o setor.

Na área de comércio exterior, as ações dos governos nesse período visaram à criação de um sistema tarifário para importações com alíquotas extremamente reduzidas ou zeradas, inclusive em negociações de acordos multilaterais de comércio internacional. Nesse quadro, a atuação da ABIFINA buscou alcançar, em um primeiro momento, alíquotas tarifárias mais elevadas, com reduções graduais ao longo do tempo. Essa proposta seria viável, uma vez que estava contemplada no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), sob o mecanismo conhecido pelo nome “período de graça”.

A entidade também lutou pela instituição de um sistema tarifário que crescesse de acordo com a agregação de valor do produto fabricado no Brasil, como permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), criada pelo GATT. No entanto, apesar das lutas em que se envolveram as

indústrias locais com ampla participação da ABIFINA, o Brasil tornou-se um dos países que realizaram maiores concessões, inclusive desnecessárias, no comércio externo, como não utilizar o “período de graça” (até 15 anos para se adaptar às regras do acordo). Índia, China, Coreia e outros emergentes valeram-se desse mecanismo.

A ABIFINA atuou nas negociações do GATT desde 1986, durante a Rodada Uruguai. Os principais países do mundo negociavam um ambicioso programa de facilitação do comércio internacional, que incluía serviços, compras governamentais, subsídios agrícolas, propriedade intelectual e outros. Desde o primeiro momento da Rodada Uruguai, a entidade defendia sem arrefecer que os direitos de propriedade intelectual não poderiam conferir proteção excessiva, pois inviabilizaria o desenvolvimento da indústria nacional.

Para tentar influenciar posições mais moderadas pelo Brasil, em 1989 a ABIFINA integrou uma missão empresarial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que foi à Genebra para debater temas da Rodada Uruguai. Além da ABIFINA, participava como representante do setor químico a Abiquim. Outros setores industriais foram incluídos, assim como o governo.

A delegação brasileira debateu com representantes dos diversos países escolhidos pelo embaixador Rubens Ricúpero. Nas reuniões, os setores industriais brasileiros concordavam em quase todas as suas posições. A única discordância relevante deu-se entre ABIFINA e Abiquim no sempre controverso tema da propriedade intelectual.

Para definir o posicionamento brasileiro, o embaixador Ricúpero convidou as duas entidades para uma reunião privada ao fim da missão empresarial. Ele apresentou o esboço preliminar do Relatório Dunkell (relato final das negociações do GATT elaborado por seu diretor-geral, Arthur Dunkell). Quase todos os tópicos desse relatório atendiam à visão de propriedade intelectual da ABIFINA. Já a Abiquim defendeu uma

adoção mais abrangente das patentes no Brasil. Até então, a legislação brasileira, assim como a de outros países emergentes, era mais restritiva quanto a esse direito, que confere monopólio temporário de mercado ao titular da patente. O exemplo mais significativo é que o Brasil, segundo a lei antiga, não concedia patentes farmacêuticas.

Logo após aquele encontro, o embaixador Ricúpero informou que o Brasil estaria alinhado às posições defendidas pela ABIFINA. Assim, o Brasil assinou em 1994 o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs, na sigla em inglês). TRIPs fazia parte dos 12 acordos, contendo diferentes temas que compunham o acordo GATT, incluindo aquele que criou a OMC.

Em uma troca desmedida, os países desenvolvidos concederam, pelo GATT, algumas reduções em suas tarifas de importação principalmente de produtos agrícolas e têxteis, ampliando o acesso dos emergentes a esses mercados. Em contrapartida, obtiveram maior proteção de propriedade intelectual para suas empresas nos mercados emergentes, garantindo para si o melhor quinhão. Além disso, o desfecho do GATT criou uma situação acachapante: para aderir à recém-criada OMC, era obrigatório aceitar as condições desfavoráveis de TRIPs.

Para a ABIFINA, o texto final de TRIPs não era o desejável. Mas poderia ter sido pior sem a atuação das representações da indústria brasileira durante suas negociações. O Brasil não aderiu aos acordos componentes do GATT relacionados ao poder de compra do Estado e a investimentos. Uma nova batalha continuaria depois, para a internalização do acordo na legislação nacional. O Brasil assumiu o ideário liberalizante ao querer adotar TRIPs com conteúdo superior às exigências do acordo, o que ficou conhecido como medidas TRIPs Plus. Prevendo o que viria pela frente, a ABIFINA havia-se antecipado ao encerramento do GATT e adotado uma ação pioneira. Em 1990, a entidade apresentou ao Congresso Nacional, por meio do deputado federal Luiz Henrique da Silveira, uma proposta para alterar o Código de Propriedade Industrial que era vigente no Brasil desde 1971.

Posteriormente, o presidente Fernando Collor enviou em caráter de urgência urgentíssima outra proposta para o Congresso, contendo preceitos contrários aos interesses nacionais. Contando com o apoio da Alanac e de deputados da oposição, a firme oposição da ABIFINA a esse projeto resultou na rejeição da urgência urgentíssima para o exame da matéria. Com isso, os debates sobre o projeto foram estendidos. Já com o apoio do governo Itamar Franco, a Câmara dos Deputados aprovou por consenso, em 1993, um projeto de lei (PL) centrado nas sugestões da ABIFINA. Nessa época, os deputados Irma Passoni e Aldo Rebelo foram expoentes na defesa das posições da entidade.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, o Senado alterou o PL aprovado pela Câmara dos Deputados. Nessa nova versão, referendada no mesmo dia pela Câmara, foram abrigados requisitos tipo TRIPs Plus, ou seja, contendo obrigações adicionais àquelas que constavam do acordo TRIPs assinado pelo Brasil. Desta forma, foi sancionada em 1996 a Lei da Propriedade Industrial (no 9.279). Sara Kanter Pinto de Souza, ex-diretora técnica da Alanac, relembra como foi o processo de tramitação da lei:



O tema patentes industriais mereceu a dedicação dos diferentes setores – industriais, científicos, da agricultura, trabalhadores, universidades – e a reunião de 350 entidades da sociedade civil no Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, coordenado, entre outros, pela Alanac. Nos debates e estudos, a ABIFINA mantinha posições técnicas e políticas ponderadas, enquanto o Fórum promovia debates acalorados e contra, principalmente, o patenteamento da vida e a retroatividade da Lei. Foram anos



de desassombro e declarações de independência da nação que não encontraram guarida na maior parte dos legisladores e governantes, além da pressão das empresas estrangeiras.

*Sara Kanter*



O médico-sanitarista Eduardo de Azeredo Costa, que acumula ampla atuação em diversos órgãos públicos na área da saúde, registra que o resultado da nova Lei da Propriedade Industrial foi avassalador, não só para a indústria nacional, como para as políticas públicas de saúde:



Havia uma pressão muito forte dos Estados Unidos para que os países aderissem ao tratado internacional envolvendo o reconhecimento de patentes industriais ligadas principalmente à nutrição e à área da saúde. E a Lei de Patentes acabou sendo aprovada de uma forma muito prejudicial ao País.

Uma competente oposição ao que estava acontecendo foi feita pela ABIFINA. Eu participei pela Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do estado do Rio. Claro que algumas de nossas críticas foram contempladas na lei. Por exemplo, argumentávamos que o direito da patente não podia sobrepor-se ao direito à saúde – uma visão herdada dos debates sobre saúde na Assembleia Constituinte. Foi assim que incluíram nessa lei a possibilidade da licença compulsória, de maneira que a patente pudesse ser reconsiderada em caso de necessidade da saúde pública. Por outro lado, o mecanismo do pipeline (segundo o qual, pelo período de um ano, uma patente concedida no exterior



ARGUINO ABIFINA

era automaticamente válida no Brasil, se o titular requisitasse) permaneceu na lei. No fim das contas, o impacto dessa lei sobre as indústrias foi só dor. Derrubou quase tudo que o País tinha. Vários conhecimentos que não podiam ser usados aqui – pois estavam sob as patentes de outros países – foram levados para a Índia, que desenvolveu grande parte do que tem hoje com colaboração nossa. Nesse primeiro período, ficamos sem nada, destruímos nossas indústrias.

*Eduardo Costa*



Até aquele momento, a indústria farmacêutica multinacional instalada no País estava ganhando. Mas a oposição perseverava, sustentando os duros embates entre as visões nacionalista e liberal da economia, característicos da década de 1990. A ABIFINA contribuiu ao manter suas defesas nas negociações de acordos de comércio internacional nesse período, com destaque para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Durante as negociações da Alca, a ABIFINA atuou como porta-voz da CNI no tema propriedade intelectual. Lançada pelos Estados Unidos, um dos principais objetivos da Alca era recuperar posições não alcançadas com o GATT, em especial nas áreas de propriedade intelectual, investimentos e compras governamentais. O Brasil não havia assinado os acordos do GATT nessas duas últimas áreas e a ABIFINA faria resistência à proposta de adesão tardia.

Apesar da firmeza que a situação exigia, a ABIFINA conseguia sustentar seus argumentos sem abrir mão da negociação. Se não pudesse alcançar o resultado ideal, que viesse o possível – como aconteceu no caso de TRIPs. Foi essa característica institucional que levou Sandra Rios, quando chefe da área de Comércio Exterior na CNI, a indicar a entidade como porta-voz nas missões empresariais. Juntamente com Pedro Motta Veiga, ex-consultor da CNI, Sandra lembra que, mesmo nos embates com atores de visões diferentes, a ABIFINA tinha postura cautelosa e aberta ao diálogo. Sandra descreve suas impressões na época:



A partir de 1993 ou 1994, comecei a acompanhar mais de perto a atuação do vice-presidente da entidade, Nelson Brasil. Dois temas interessavam mais à ABIFINA: o primeiro – e talvez mais relevante no momento – era a propriedade intelectual. Na verdade, a ABIFINA já havia participado formalmente dos debates sobre propriedade intelectual na Rodada Uruguai. A entidade tinha uma participação bastante ativa no tema, que era relevante para a química fina brasileira, principalmente para o setor farmacêutico. A entidade, de modo geral, tinha uma participação bastante firme. Depois disso, vieram as negociações da Alca, e entre Mercosul e União Europeia. A ABIFINA era a entidade setorial no Brasil com visão mais estruturada sobre a questão da propriedade intelectual.

Era interessante ver os debates entre os representantes da ABIFINA, autoridades governamentais e outros participantes, porque eram sempre baseados na preocupação com a defesa do espaço para o desenvolvimento da indústria brasileira, mas com argumentos bastante sólidos.

Na negociação da Alca, os Estados Unidos queriam ir além do que o GATT tinha estabelecido e isso gerava uma nova preocupação para a ABIFINA. De certa maneira, a Alca atualizou essa tensão com o tema de propriedade intelectual. Mas aí surgiu a preocupação com compras governamentais. Como essa era uma questão que fazia parte da agenda da Alca, virou tema de muito interesse para a ABIFINA. A química fina é um segmento que vende muito para órgãos e entidades governamentais. Então a preocupação de que os acordos não eliminassem as eventuais preferências que o governo poderia conceder à indústria brasileira em relação aos concorrentes internacionais ganhou espaço maior na agenda da ABIFINA.

As posições defendidas pela entidade para o setor até hoje acabaram prevalecendo no processo negociador. Portanto, acho que a ABIFINA teve a capacidade de defender bem seus pontos de vista e, de alguma maneira, plasmar esses pontos de vista nas políticas públicas brasileiras. A ABIFINA tem tido um poder de influência relevante na legislação do Brasil, bem como nas posições que o governo brasileiro assume nos fóruns internacionais que tratam de propriedade intelectual.



*Sandra Rios*



Ao defender os interesses nacionais no âmbito da Alca, a ABIFINA contribuiu para arrefecer o ânimo norte-americano, que abandonou a tentativa de acordo no início dos anos 2000. Isso aconteceu, em grande parte, devido aos Estados Unidos não terem atingido seus objetivos. O ex-ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, expõe sua visão sobre as negociações na época:



A firme posição da ABIFINA foi sempre fator fundamental na resistência às pressões em favor de um sistema de propriedade intelectual que não desamparasse totalmente a indústria brasileira. Desde meu tempo no Ministério da Ciência e Tecnologia, compartilhei com a ABIFINA a defesa de um sistema de patentes que não obstruísse nosso desenvolvimento, mesmo sob a ameaça de sanções unilaterais, como ocorreu notadamente em 1988 pelos países desenvolvidos. No acordo da Rodada

Uruguai, logramos, apesar da avassaladora pressão da ideologia neoliberal, preservar pelo menos alguma ambiguidade em relação à licença compulsória. Esta ambiguidade revelou-se útil quando, anos mais tarde, os EUA intentaram uma ação (afinal abandonada) contra o Brasil na OMC (como infrator das regras da Organização Mundial do Comércio). Nessa época, entre 2000 e 2001, eu era embaixador em Genebra e acompanhei de perto a questão. Com a ajuda de outros diplomatas (inclusive o atual diretor-geral da OMC, Roberto Azevedo), encontramos, na legislação norte-americana sobre apoio governamental à pesquisa, disposições que potencialmente violariam acordos da OMC (TRIMs e TRIPS), o que, a meu ver, contribuiu para que Washington desistisse do pedido de painel. Já antes, no governo Itamar, a possibilidade de uma contrarretaliação, amparada nas normas do GATT, paralisou a disposição dos EUA de uma ação unilateral contra o Brasil. As negociações de TRIPS *and Health*, em 2001, em Doha, já são partes dos livros de História (Paul Blustin, entre outros) e dispensam elaboração. Elas consolidaram-se em 2003 com acordo na OMC. Quanto à Alca, a tentativa de “driblar” a OMC não se encerrou em 2002. Ela esteve no centro da discussão, ao longo de 2003, conforme relato em um dos capítulos do meu livro ‘Breves Narrativas Diplomáticas’, intitulado ‘Alca: Fim de Linha’. Mesmo após a ministerial de Miami, em novembro de 2003, os norte-americanos continuaram a insistir em trazer os temas de direitos de propriedade intelectual, especialmente solução de controvérsias e padrões mais rígidos, para o âmbito hemisférico. Digo, sem hesitação, que nossa firmeza nesse ponto (a despeito



da atitude flexível da grande maioria de nossos vizinhos) foi um dos fatores que levaram os EUA a se desinteressarem da Alca. Mas isso só ficou claro ao longo de 2004/2005. Em todos os momentos, saber do apoio da ABIFINA foi de grande importância para a condução política do tema pela diplomacia brasileira.

*Celso Amorim*



Em retrospecto a esses acontecimentos, José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI, acrescenta que “o envolvimento da ABIFINA na criação da Coalizão Empresarial Brasileira foi decisivo para mudar a forma de interação do setor privado com o governo nesses temas”. A Coalizão foi um movimento iniciado em 1996 e coordenado pela CNI para acompanhar as negociações internacionais do Brasil.

Apesar do esforço conjunto das entidades representativas da indústria, não foi possível conter a desindustrialização no setor nacional. Para a química fina, o saldo da abertura comercial dos anos 1990 foi o fechamento de cerca de mil unidades produtivas e o cancelamento de mais de 500 projetos industriais em execução. Akira Homma, presidente do Conselho Político e Estratégico de Bio-Manguinhos, confirma que a atuação da ABIFINA ajudou a minimizar os impactos da política liberal:



Suas iniciativas ao longo do tempo foram ousadas e, nos anos 1990, contribuíram para evitar a quase extinção da indústria farmoquímica brasileira. A atuação da ABIFINA na frente política, junto ao Congresso Nacional e ao governo, possibilitou a articulação estratégica de entidades na regulação sanitária, de propriedade intelectual e industrial, e de financiamento.

*Akira Homma*



## Produções paralisadas ou projetos não implantados entre 1989 e 1999

Discriminação	Nº de produtos		Total
	Com produção paralisada	Com projeto suspenso	
Intermediários de Química Fina	241	208	449
Farmoquímicos	407	110	517
Princípios Ativos para Defensivos Agrícolas	73	10	83
Aditivos, Corantes e Aromatizantes	385	27	412
Total	1106	355	1461

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Com o grave quadro do setor, a ABIFINA passou a lutar por uma retomada de políticas públicas dedicadas à reindustrialização no complexo industrial da química fina. No final da década, a entidade promoveu campanha por uma política de desenvolvimento calcada na inovação e não apenas na substituição de importações. O entendimento da importância da inovação tecnológica ganhou corpo nas esferas técnicas do governo e a ABIFINA fez parte desse movimento. O IBGE iniciou em 1998 a coleta de dados para a Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec), cujos resultados foram publicados em 2000. A pesquisa exigiu a atualização da Classificação Nacional das Atividades Econômicas, que teve a colaboração da ABIFINA.

Também em 1998, o governo ampliou a atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao instituir os fundos setoriais e ampliar suas receitas, posição apoiada pela entidade. No ano seguinte, foi sancionada a Lei 9.787, que alterou as normas da vigilância sanitária e criou o medicamento genérico. Nesse período, a ABIFINA apoiou a criação da Sociedade Pró-Inovação Tecnológica (Protec). As duas entidades estudariam e defenderiam perante os Três Poderes os mecanismos mais eficazes para o País criar uma cultura de inovação. O apoio do Estado ao desenvolvimento econômico seria novamente colocado na ordem do dia.

POLÍTICA NOVA,  
VIDA NOVA.  
A RETOMADA DO  
CRESCIMENTO

4

O impensável inaugurou o século XXI: os atentados terroristas às Torres Gêmeas do World Trade Center, nos Estados Unidos. Naquele 11 de setembro de 2001, o mundo assistiu, ao vivo, às cenas que pareciam anunciar o fim dos tempos. O conseqüente esforço de guerra norte-americano para o combate ao terror no Oriente Médio contribuiu, em parte, para a crise financeira mundial em 2008. O Brasil conseguiu atravessar esse período com queda expressiva no PIB apenas em 2009, retomando seu crescimento em 2010. Era um momento próspero. Após anos de demanda reprimida, o poder de compra aumentou e a população consumia bens e serviços antes inacessíveis.

Entre 2008 e 2010, período crítico para a economia mundial, o mundo voltava os olhos para as grandes promessas do desenvolvimento econômico no Brasil e na emergente China. Esta última com seu PIB galopante, acelerado pelos baixos custos de produção que fizeram o País inundar os mercados globais com seus produtos, em muitos casos quebrando a concorrência.

No Brasil, o crescimento econômico dos anos 2000 decorreu, entre outros fatores, da retomada dos investimentos do Estado em infraestrutura. O neoliberalismo dos anos 1990 enfim arrefecia. Primeiro representante da classe trabalhadora eleito no País em 2002, o presidente Luís Inácio Lula da Silva reacendeu a esperança dos brasileiros por um futuro melhor. Ao mesmo tempo, em nível global, a inovação tornou-se a aposta para a solução dos problemas de sustentabilidade do planeta. Mais que isso. Em um mercado ávido por novidades, a inovação virou a mola propulsora da competitividade e uma nova oportunidade para a indústria brasileira.

A partir de 2003, ano de posse do presidente Lula, recomeçaram as discussões sobre políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento industrial, as quais tinham sido vistas nos anos 1990 como “intervencionismo intolerável” por um mercado inteiramente livre. A visão era de conciliar crescimento econômico com distribuição de renda. A “mão visível” do Estado voltaria a atuar e dessa vez encerraria a dicotomia

com o mercado: os dois lados – mercado e Estado – deveriam trabalhar juntos para a prosperidade do País.

Esse retorno do Estado indutor do desenvolvimento proporcionou à ABIFINA ampliar expressivamente sua atuação. As pressões relacionadas aos acordos de livre comércio internacional foram pacificadas e as negociações colocadas sob uma nova ótica desenvolvimentista – apoio à produção local. Assim, a entidade concentrou seus últimos 15 anos de atividade em uma agenda eminentemente positiva, focada em suscitar políticas públicas de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação tecnológica nas indústrias nacionais. A entidade também estimulou o uso mais amplo do poder de compra do Estado para atrair novos investimentos, especialmente na fabricação de produtos para a área da saúde. O objetivo final permanecia o mesmo: aumentar, em médio e longo prazos, a competitividade da produção local. Em todas essas pautas, a ABIFINA teve consideráveis êxitos.

Na área de comércio exterior, a entidade manteve-se alerta no sentido de preservar as posições conquistadas para a indústria nacional na década anterior, quando atuou na Rodada Uruguaí do GATT e nas discussões envolvendo a criação da Alca. A ABIFINA também sustentou, em negociações bilaterais e multilaterais, que o sistema de tarifas de importação deveria beneficiar a produção local.

Em 2004, o governo lançou a Política Industrial e de Comércio Exterior (PITCE), tendo por objetivo alcançar o desenvolvimento econômico com base no incentivo à capacidade inovadora das empresas. A PITCE durou até 2008, estruturada em três eixos. O primeiro eram as linhas de atuação horizontais: inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa e exportações, modernização industrial, melhora do ambiente institucional. O segundo eram as atividades portadoras de futuro: biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis. No terceiro eixo, foram definidas indústrias estratégicas para o desenvolvimento do País, a partir de diagnósticos setoriais realizados com subsídios de mercado nacional

aportados pela ABIFINA e outras entidades. As prioridades eleitas foram *softwares*, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos.



Arquivo ABIFINA

Da esquerda para a direita: Alessandro Teixeira, Roberto Jaguaibe, Luiz Guedes, Dirceu Raposo e Luis Antônio Barreto de Castro. Encontro empresarial realizado pela ABIFINA em parceria com a Firjan, em março de 2006.

Durante a estruturação e as revisões da PITCE, a ABIFINA recomendou a elaboração de programas de subvenção econômica e de financiamento voltados para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional. Outra forte proposta era que o governo estabelecesse preferências, nas compras públicas, para segmentos produtivos localizados no País. Essa estratégia é comumente chamada de “uso do poder de compra do Estado”. Como grande comprador, o Estado poderia garantir por determinado prazo a demanda para as indústrias nacionais, que assim ganhariam fôlego para se estruturarem e partirem para a competição no mercado privado nacional e internacional.

Nem todas as sugestões da ABIFINA foram incorporadas de imediato. Tempo e perseverança fariam com que fossem progressivamente adotadas mais tarde. A primeira grande conquista do período inaugurou uma série de transformações positivas para a indústria de química fina nacional: a entidade apoiou entusiasticamente o laboratório oficial Farmanguinhos a

realizar em 2006 uma licitação pública inovadora. Pela primeira vez, o laboratório contratava a fabricação local de insumos farmacêuticos ativos para os medicamentos que produzia. Isso em vez de valer-se do sistema vigente desde 1993, que seria a aquisição de produtos via licitações internacionais, no qual o produtor brasileiro não tinha condições de competir. Os insumos indianos e chineses, produzidos a custos muito inferiores e beneficiados pelo real valorizado, chegavam com valores imbatíveis. Apresentavam também qualidade inferior: muitas vezes precisavam ser reprocessados ou devolvidos ao exterior, fato que representava um enorme problema no atendimento à demanda pública. Naquele momento, era necessário produzir os antirretrovirais lidovudina e zidovudina, que compõem o coquetel antiaids distribuído pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A ousadia de Farmanguinhos foi desafiar o entendimento que havia até então, segundo o qual apenas uma licitação internacional para compra do insumo pronto – que acabava sempre vencida pelos asiáticos – atenderia à Lei de Licitações. A iniciativa de licitar um serviço de fabricação foi uma mudança de paradigma. Com isso, o laboratório respeitava a Lei de Licitações, ao mesmo tempo que poderia garantir a qualidade dos produtos e o prazo para sua entrega, pois acompanhava localmente a realização de todo o processo produtivo. A contestação judicial obviamente foi imediata. Verificou-se uma nítida tentativa de revolta da opinião pública através de páginas com destaque dominical compradas por representantes de interesses escusos em jornais nacionais. Nenhum deles levou em consideração os benefícios advindos para os cofres públicos e para a saúde pública brasileira.

Aquela pequena revolução iniciada com a medida no complexo industrial da saúde muito se deve à linha de pensamento formada na Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ali se abrigava uma geração de pesquisadores dedicada a entender as implicações mútuas entre saúde, economia, desenvolvimento e políticas públicas, visando ampliar o acesso ao sistema de saúde. Um dos principais estudiosos oriundos dessa área era o diretor de Farmanguinhos à

época, Eduardo de Azeredo Costa, parceiro da ABIFINA desde a tramitação da Lei de Patentes durante os anos 1990. Costa alimentava a ideia de um projeto de inovação e desenvolvimento da produção nacional, tendo encontrado sempre apoio na entidade para viabilizá-lo.



O Brasil precisava modernizar os laboratórios públicos e fazer parcerias com o setor privado, aproveitando o ambiente que se configurou a partir da nova política industrial. O desafio era fabricar lamivudina e produtos básicos para o programa de Aids. Mas não conseguíamos produzir no prazo. O Ministério Público queria multar Farmanguinhos por não entregar remédio em Santa Catarina. Minha primeira observação foi que aquele era um problema de matéria-prima, pois o princípio ativo era importado através de licitações internacionais pelo menor preço. Na hora de produzir o medicamento, os IFAs recebidos estavam com a qualidade inadequada ou não eram adequados às máquinas de Farmanguinhos. Isso atrasava muito a produção, uma vez que era necessário devolvê-los ao produtor chinês ou indiano.

Em uma reunião na ABIFINA para discutir inovação e patente, expliquei o problema: se a matéria-prima fosse de boa qualidade, poderíamos pagar até 50% mais caro que ainda sairíamos ganhando, considerando as perdas que existiam no processo de ida e vinda dos produtos importados do leste asiático. Então pensamos assim: precisamos de uma assessoria jurídica mais eficiente. Reunimos apoio nesta área. Discutimos, juntamos ideias e procuramos o apoio do Luiz Antonio Elias, no Ministério da Ciência e Tecnologia *[naquela época o órgão ainda não havia ganhado 'inovação' no nome]*.

Descobrimos que seria possível promover uma mudança no comportamento em relação à licitação. Todas as empresas

privadas têm um fornecedor fixo que manda o produto sempre no mesmo padrão. Já as licitações públicas eram um desastre, porque a cada ano você recebia um produto com qualidade diferente e sua máquina não servia para todos os tipos de insumo. Então mudei a forma de licitação em Farmanguinhos: passei a licitar a contratação do serviço de fabricação local de IFA. Não era mais a simples compra de um produto. O serviço deveria ser feito em território nacional para que pudéssemos acompanhar a qualidade em toda a cadeia produtiva. Também era importante a produção nacional, para que nossa economia ficasse mais independente de importações.

A juíza que foi responsável pelo caso ajuizado na primeira instância entendeu o problema e, no final, disse para mim: ‘Dr. Eduardo, se licitação pública não é boa nem para comprar uma caneta – e jogou a caneta que estava usando no lixo, pois não funcionava –, o que será de nós se for usada para comprar princípios ativos de medicamentos?’ Fomos para a segunda instância e ganhamos sem muito esforço. Passei também pelo Ministério Público e pela Corregedoria-Geral da União (CGU), oferecendo explicações para todo lado. Só depois que respondemos à última equipe dos órgãos de controle, conseguimos uma nota no jornal ‘O Globo’ com trechos de cartas minhas e do Nelson Brasil (vice-presidente da ABIFINA) explicando que se tratava de uma importante política pública.

Até que veio um grupo do Tribunal de Contas da União (TCU) conversar comigo. Pensei que seria uma ‘varrida’ em Farmanguinhos. Mas foi uma reunião para saber como poderiam replicar o caso em outros processos. Foi quando a gente considerou que havia ganhado a questão. A aquisição de lamivudina e zidovudina sob novos procedimentos foi o primeiro passo importante para a parceria com o setor produtivo dos IFAs que ainda restava no Brasil. A primeira empresa nacional fabricante

de IFAs que contatamos foi a Nortec, depois surgiram outras. Mas o grande acordo com essas empresas nacionais aconteceu mesmo quando veio a licença compulsória do efavirenz.

Eduardo Costa



O caso do efavirenz muito se deve às argumentações da ABIFINA para que a Lei da Propriedade Industrial preservasse as flexibilidades permitidas por TRIPs. Uma delas diz que a exclusividade na exploração da patente pode ser suspensa em situações como: interesse público, falta de exploração da patente ou emergência nacional. Assim, em 14 de maio de 2007, o presidente Lula assinou o Decreto nº 6.108, concedendo o licenciamento compulsório, por interesse público, de patentes industriais referentes ao processo de produção do efavirenz. A motivação era o uso público não comercial no Programa Nacional de DST/Aids. É importante desfazer uma confusão comum: quando a patente é licenciada, os direitos da proteção devem ser pagos, mesmo que com preços mais convenientes, como fez o Estado brasileiro.



Fiocruz fabrica 1º lote de Efavirenz. Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 2009.

Nesse contexto, foi constituída uma parceria público-privada. Os laboratórios oficiais responderiam pela formulação do medicamento, que seria produzido com o princípio ativo fabricado por empresas privadas reunidas em consórcio. O licenciamento compulsório atendeu à corajosa proposta do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que também vem da tradição de pensamento da Fiocruz:



O efavirenz era um medicamento importante e havia uma expectativa de ampliar o número de pacientes tratados com essa droga. Existia uma equação econômico-financeira complexa, na medida em que estava sendo negociada a redução do preço com o laboratório produtor, o Merck, que não recuava. Quando isso me foi colocado pela equipe técnica do programa de Aids, solicitei que preparasse um documento, colocando de maneira bastante clara todas as implicações dessa questão. Levei o documento para o presidente Lula, que me delegou resolver aquela questão da maneira mais adequada do ponto de vista da saúde brasileira: o licenciamento compulsório da patente industrial, na forma da lei brasileira.

O licenciamento compulsório para conseguir descontos mais vantajosos vinha sendo insinuado em gestões anteriores, principalmente na do ministro José Serra, mas nunca se concretizava. O laboratório produtor do efavirenz apostou nisso. Como não houve mudança na postura da empresa e o preço colocado ameaçava a sustentabilidade financeira do programa de Aids, tomamos a decisão de fazer, de fato, o licenciamento compulsório. É claro que isso envolveu uma complexa operação. O Ministério criou um grupo de trabalho que envolveu Controladoria-Geral da União, Advocacia Geral da União, Tribunal de Contas, vários ministérios, o Itamaraty.

Verticalizar a produção desse medicamento no Brasil, para termos algum grau de autossuficiência, era também uma preocupação nossa.

Essa é uma marca da ABIFINA, como instituição que não se guia apenas pelo conjuntural, mas está sempre olhando para o estrutural, olhando para um Brasil independente com economia forte, que visa à diminuição das desigualdades e à ampliação do acesso às tecnologias.

A ABIFINA, ao longo dessas décadas, foi um ator fundamental, construindo conhecimento, debatendo, divulgando, mantendo uma visão crítica na defesa da saúde pública e da empresa brasileira. Evidentemente todo esse acúmulo de conhecimento e militância foi apropriado por nós ao desenharmos a nova política.

*José Gomes Temporão*



Mais uma vez, Farmanguinhos estava no centro dos acontecimentos, com Eduardo Costa à frente. Segundo ele, além de não querer reduzir os preços do medicamento, a Merck oferecia uma proposta de transferência de tecnologia que só seria efetivada após a patente expirar. Ou seja, teria resultado nulo. Portanto, Farmanguinhos contribuiu para fundamentar o licenciamento compulsório, tendo sido o laboratório responsável pela formulação do efavirenz. Costa detalha o processo de seleção das empresas parceiras:



Criamos uma verdadeira banca examinadora com dez pessoas de campos diferentes, incluindo a ABIFINA. Analisamos as propostas e consideramos que as mais viáveis eram as da Nortec, do Cristália e da Globe Química. Então decidimos formar um consórcio e estabelecer o preço mais baixo oferecido

por eles nos projetos de execução. As empresas aceitaram e conseguimos produzir. Esta foi mais uma ‘parceria não escrita’ com a ABIFINA.

*Eduardo Costa*



A segunda fase da PITCE, denominada Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), reforçou o papel estratégico do complexo industrial da saúde, incluindo as indústrias farmoquímica e farmacêutica. Executada entre 2008 e 2010, a PDP teve o mote “inovar e investir para sustentar o crescimento”. Vinte setores produtivos foram identificados para receber apoio a seus investimentos. Luiz Antonio Elias, que atualmente representa o BNDES em Brasília, observa que, tanto na PDP como na PITCE, a ABIFINA lançou luz sobre a necessidade de se reduzir a brecha tecnológica existente no mercado brasileiro.



Foi muito importante o papel da ABIFINA na construção da PDP. A entidade sempre se posicionou sobre pontos importantes como produção local, desenvolvimento tecnológico e compras governamentais, à semelhança do que praticam os países desenvolvidos, os quais permanentemente apresentam gastos de P&D em relação ao PIB significativos e estão na fronteira do conhecimento. Então, se percebermos como os países constroem seus sistemas de inovação, eles na verdade não se diferenciam muito. A necessidade é sempre aumentar a competitividade industrial de forma contínua, respondendo ao que a sociedade exige, reduzindo os custos de produção e, no caso da farmoquímica, reduzindo o preço do medicamento na ponta.



Aniré Teles

Outro regramento da ABIFINA diz respeito à atração de investimentos externos diretos associados à produção e à pesquisa. Ou seja, a ideia de que é importante internacionalizar os centros de P&D locais, inserindo-os nas redes internacionais de pesquisa. É importante que esse conhecimento gerado tenha sua primeira patente no Brasil e não no exterior, para que não se comprometa o balanço de pagamento tecnológico.

A entidade teve ainda importante papel na construção de instrumentos e mecanismos executados, por exemplo, pela Finep e pelo BNDES. Ou seja, reforçando o conteúdo local, a aquisição ou geração de conhecimento e a formação de recursos humanos.

*Luiz Antonio Elias*



Em 2011, uma nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior foi lançada: o Plano Brasil Maior. Os compromissos eram sustentar o crescimento econômico promovendo a inclusão social e reposicionar o Brasil na economia mundial. O cenário ainda era turbulento após a crise dos títulos imobiliários norte-americanos em 2008. Para que o País aproveitasse aquele momento para ganhar mercados, o Plano promoveria a inovação e o adensamento produtivo. Nesse contexto, foram fortalecidas as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) – parcerias público-privadas voltadas para a fabricação nacional de insumos e medicamentos para o SUS.

Para conferir maior segurança jurídica e regulatória para suas ações, o governo federal editou uma série de leis e normas. Os laboratórios oficiais passaram a obrigatoriamente dar preferência, em suas compras, aos fármacos e medicamentos fabricados no País. A dispensa de licitação em produtos estratégicos para o SUS foi permitida quando houvesse transferência de tecnologia. E produtos e serviços desenvolvidos tecnologicamente no País poderiam ter margens de preferência nas licitações

públicas. A ABIFINA deu efetiva contribuição nesses embates públicos, com presença constante no Grupo Executivo do Complexo Industrial (Gecis), criado pelo Ministério da Saúde em 2008 para aprimorar a regulação brasileira na área.

Eliane de Souza Fontes, ex-diretora de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, lembra a atuação da ABIFINA a partir de meados dos anos 1990:



Um dos últimos trabalhos importantes dos quais participei com a ABIFINA – nos quais a entidade exerceu nítida liderança – foi o grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Saúde para estabelecer as bases da concessão de margem de preferência em licitações e compras públicas para os fármacos e medicamentos nacionais. Essa política pública representou estímulos à produção e à produtividade das empresas nacionais por meio da utilização do poder de compra do Estado.

*Eliane Fontes*



Durante a eficiente gestão do presidente Luciano Coutinho à frente do BNDES, Pedro Palmeira, então chefe do Departamento de Produtos para Saúde (Defarma), acompanhou a criação das políticas industriais nos anos 2000. Ele revela uma memória afetiva do intercâmbio de informações, vivências e opiniões com a ABIFINA:



Há quase 18 anos, reorientei minha vida profissional e recomecei no setor público, mais especificamente no BNDES. Esse movimento trouxe para minha vida inúmeras oportunidades e transformações. Sem dúvida, a maior delas foi a

oportunidade de viver ‘por dentro’ a aventura da retomada de uma política industrial ativa no Brasil a partir de 2003 e poder conviver, dialogar e aprender com instituições e pessoas maravilhosas, como a ABIFINA e o Dr. Nelson Brasil.

O ‘guerreiro’ Dr. Nelson, de quem tinha tanto ouvido falar, apresentou-se para mim no Fórum de Competitividade da Cadeia Farmacêutica, coordenado pelo então ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan. Ao longo das inúmeras reuniões no âmbito do Fórum, a ABIFINA sempre apresentou voz ativa, sonhando com uma indústria de química fina nacional e diversificada. Em situações em que as discussões em torno das alternativas de políticas para esse objetivo eram propositadamente distorcidas com argumentos ‘traíçoeiros’, a ABIFINA estava lá, sempre presente para defender os interesses de uma base produtiva nacional forte e proporcional à grandeza de nosso País.

A formulação do BNDES-Profarma (programa de apoio ao desenvolvimento do complexo industrial da saúde) deve-se muito a algumas associações e atores individuais. Aqui destaco a Febrafarma, a Alanac e, principalmente, a ABIFINA. Minhas primeiras conversas com a entidade deram-se em torno de sugestões para o Profarma. As portas sempre estiveram abertas para o BNDES e para mim, fosse para apresentar fatos, para propor melhorias no Programa ou apenas para ouvir conselhos em estimulantes reuniões em que buscávamos uma ‘conspiração do bem’, com o objetivo de transformar nosso País a partir de nossa base comum de luta, ou seja, a cadeia de química fina.

*Pedro Palmeira*



Paralelamente às articulações no âmbito das políticas públicas, a ABIFINA trabalhava no Legislativo para a aprovação da Lei no 10.973, o que aconteceu em 2004. Conhecida como Lei da Inovação, ela criou a subvenção econômica e as encomendas tecnológicas (base das PDPs). Em 2005, os trabalhos concentraram-se na Lei do Bem (no 11.196), que estabeleceu incentivos fiscais para as empresas que investissem em pesquisa e desenvolvimento. Nestas duas ações, a entidade atuou com a Protec. Ex-diretor da Carbonor e atual vice-presidente do Conselho de Administração da Nortec Química, Nicolau Pires Lages relata:



A ABIFINA foi convidada para comparar o projeto de lei proposto pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e a versão da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A ABIFINA apresentou as vantagens da versão da CNI, que em boa parte foi contemplada pelo governo ao publicar a Lei do Bem. Seus incentivos na forma de renúncia fiscal eram bastante expressivos, chegando a atingir 30% de todo o investimento da empresa em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

*Nicolau Lages*



Outra bandeira encampada pela ABIFINA foi a construção do Marco Legal da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015). Esse era um problema que se arrastava desde 2001, quando foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 2.186-16. A norma criou grande insegurança jurídica nas atividades de pesquisa e desenvolvimento com material da biodiversidade brasileira. Também não definia como os lucros da comercialização deveriam ser compartilhados com as comunidades tradicionais, que emprestam seus conhecimentos para aquelas pesquisas. Para mudar esse quadro, a ABIFINA mobilizou-se ao lado de representações da indústria, academia e sociedade civil. Liderou discussões no Congresso Nacional.

Executou um extenso trabalho de convencimento do governo sobre a necessidade do novo marco legal, que acabou sendo aprovado.

A criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 1999 abriu uma nova frente de atuação. A entidade conseguiu alcançar grande parte dos seus objetivos junto ao órgão. Um dos mais importantes foi a obrigatoriedade de cadastro e registro de produtos farmoquímicos, em 2009. Antes, a medida só era exigida para medicamentos. Para concretizar a mudança, a ABIFINA integrou um grupo de trabalho informal criado pelo presidente da Anvisa à época, Dirceu Barbano. O objetivo era levantar dados sobre produtos farmoquímicos já fabricados no Brasil ou com base produtiva local. Em seguida, eles seriam ranqueados segundo sua prioridade para registro na Anvisa, sob critérios de interesse público. De uma listagem inicial de quase mil, restaram 300 produtos. Os 20 primeiros iniciariam o processo de registro no País. O efeito dessa medida era estabelecer uma barreira sanitária para os concorrentes importados, como pontua Barbano:



Os fabricantes brasileiros produziam um determinado insumo que conseguiam vender para a Suíça, mas não no Brasil, pois os laboratórios nacionais o compravam mais barato da Índia. Eu não entendia como isso era possível. Então me explicaram que, em países como a Suíça, existia um padrão de qualidade inexistente no Brasil, no qual muitos desses concorrentes não se enquadravam. Então achei a ‘saída’. Como Anvisa, eu não podia criar uma barreira econômica contra produtos indianos ou chineses, mas poderia criar uma barreira sanitária. Como fazer isso? Passaríamos a registrar o insumo, estabelecendo para isso um limite mínimo de qualidade. Se o produto do Brasil era bom, este seria nosso limite de qualidade. Portanto, qualquer coisa que viesse abaixo dessa qualidade não entraria no País.

A ABIFINA me sensibilizou quanto à necessidade do registro de insumos farmacêuticos ativos, à importância do papel das empresas nacionais e à necessidade que elas tinham de suporte, por conta da concorrência desigual devido aos critérios que não eram aplicados aos insumos vindos de fora. Crédito à ABIFINA o ‘start’ desse processo. A Associação colocou esse tema no gabinete do presidente da Anvisa.

*Dirceu Barbano*



Graças ao reforço de uma equipe técnica capacitada, a diversidade de ações cobertas pela ABIFINA não prejudicaram as atividades na área de propriedade intelectual. Pelo contrário, reforçaram-nas. Com a nova legislação de PI estabelecida, as empresas multinacionais tornaram a Justiça sua nova arena de batalha. Em 2006, ante a crescente judicialização do tema, a entidade criou o Grupo de Apoio Jurídico (GAJ), que até hoje acompanha e monitora processos judiciais, especialmente sobre concessão de patentes.



Arquivo ABIFINA

Primeira reunião do Grupo de Apoio Jurídico (GAJ), em 2006.

A ação do GAJ visava não apenas às questões judiciais das empresas. Mirava também aquelas em que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) estivesse envolvido e que tivessem repercussão na política de PI defendida pela ABIFINA. Essas ações judiciais estabeleceram um ataque ao INPI, ao contestar atos administrativos corretos do Instituto na concessão ou indeferimento de patentes. Em última instância, o que as multinacionais pretendiam era estender seus direitos de patente além do determinado pela lei, o que se traduz em maior tempo de monopólio do mercado. O trabalho do GAJ buscava combater essas ações ao lado do INPI, com o qual a ABIFINA manteve especial parceria nas gestões de Mauro Arruda e Roberto Jaguaribe. O procurador-chefe do Instituto na época da formação do GAJ era Mauro Sodré Maia, atual vice-presidente do Instituto, que se expressa a seguir:



Fábio Chiappe

O INPI, através da Procuradoria, por mais que se dedicasse – e como nos entregamos a essas causas! –, percebia que ainda faltava uma força lateral nas ações judiciais. E começamos a submeter essa preocupação para a Advocacia-Geral da União, ao Ministério Público e, também, à ABIFINA, em razão de suas atribuições e competências. Na ocasião, essa percepção também se deu dentro da Associação, que optou por contribuir na condição de *amicus curiae*. A ABIFINA realmente levou para as ações judiciais entendimentos que estavam alinhados com os entendimentos do INPI, que eram na verdade defendidos pela Procuradoria, e isso deu um suporte, robusteceu todos os argumentos levados ao judiciário.

Depois, em um segundo plano, não menos trabalhoso, tivemos que promover o mesmo trabalho junto aos Tribunais Superiores, porque lá também havia decisões desfavoráveis ao INPI. A ABIFINA contribuiu muito, com atuações sólidas que permitiram a correção daquele cenário que estava repercutindo negativamente no interesse público, notadamente nas patentes relacionadas a produtos farmacêuticos.

Mauro Maia



A linha de ação adotada pelo GAJ foi tornar-se *amicus curiae* – “amigo da corte”, uma terceira parte interessada no processo judicial, que oferece pareceres técnicos para auxiliar o juízo a tomar sua decisão. No início, a atitude da ABIFINA foi vista com certa desconfiança pelo Judiciário, por tratar-se de uma entidade empresarial. Com o tempo, a entidade foi reconhecida como instituição ética e interessada em contribuir para decisões mais justas para o consumidor.

Do ponto de vista da ABIFINA, as causas de interesse do País no campo das patentes eram aquelas que interferissem no acesso à tecnologia e à saúde. A preocupação era que as patentes de invenção fossem bem empregadas, sem inviabilizar a concorrência ou dificultar o consumo de produtos essenciais para a saúde, porém caros em decorrência da proteção por um prazo excessivo.

Pedro Barbosa, consultor jurídico da ABIFINA à frente do GAJ, e Vânia Lindoso, procuradora federal aposentada e ex-chefe do contencioso do INPI, explicam que o apoio fornecido pela entidade aumentou o número de decisões favoráveis ao escritório de patentes. Claro que havia situações em que as duas instituições tinham entendimentos diferentes e, portanto, atuavam separadamente, pontua Vânia. Ela reforça que a ABIFINA mudou o entendimento do Judiciário no tema de patentes industriais:

“

Mudar a legislação às vezes é uma ação visionária e muito difícil. Fazer uma interpretação condizente com os interesses do País é mais factível. Este foi o trabalho executado, inclusive nas instâncias máximas da Justiça: o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ).



A ABIFINA trouxe aos juízos uma noção dos aspectos socioeconômicos envolvidos em cada decisão judicial: qual era a droga, quanto custava, há quanto tempo não havia licitação, se havia um monopólio fático ou não. Muitos dos medicamentos protegidos por patente não têm sequer equivalentes.

*Vânia Lindoso*

”

Atualmente, o GAJ é municiado por estudos e análises do Comitê de Propriedade Intelectual da ABIFINA. Em 2008, o Grupo ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4234) que versa sobre a extinção do instituto do pipeline no Brasil. Tal mecanismo foi criado a serviço das multinacionais garantindo que, entre 1996 (ano de criação da Lei de Propriedade Industrial) e 1997, as patentes depositadas no exterior fossem automaticamente validadas no Brasil, quando solicitado pelo titular. Essas patentes vigoram até 2017.

Se o pipeline consiste em distorção absurda, o artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial é ainda mais grave. Segundo esse artigo, caso o

INPI leve mais de dez anos para conceder uma patente, esta terá seu prazo ampliado para além dos 20 anos de proteção conferidos pela lei. Isso acontece com quase todas as patentes farmacêuticas, considerando os atrasos no exame do INPI. Diante desse quadro, a ABIFINA protocolou em 2013 a Adin 5061, cujo objetivo é declarar inconstitucional o artigo 40.

Grande parte das iniciativas da Associação em propriedade intelectual foram gestadas no seu Seminário Internacional sobre Propriedade Intelectual e Desenvolvimento (Sipid). A primeira edição do Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento foi em novembro de 2006, em parceria com a Firjan. O evento chegou à sexta edição em 2015, quando o GAJ completou dez anos, com grandes resultados. O grupo alcançou a marca de cem decisões favoráveis em ações de *amicus curiae*.



Marcos Oliveira na abertura do I Sipid, em novembro de 2006.

Ao revisitar as conquistas da ABIFINA ao longo da primeira década dos anos 2000, Zich Moyses Junior conclui que as ações da entidade ganharam maior abrangência desde 1990:



A ABIFINA apresentou e vem apresentando propostas de legislação compatíveis com os interesses brasileiros, sem deixar de reconhecer e de efetivar políticas de cooperação com outras entidades afins, no sentido de o Brasil adotar uma política moderna e efetiva, respeitando os acordos internacionais e os interesses brasileiros. Saliento ainda o papel dinâmico da ABIFINA em moldar sua atuação de acordo com as características dos segmentos da química fina, da necessidade de ver o setor integrado, desde a fabricação de seu insumo até o produto final disponibilizado para a sociedade.



Arquivo ABIFINA

Zich Moyses



Dentro desse perfil, a ABIFINA ampliou as atividades na área dos defensivos agrícolas. A entidade participou do Fórum de Competitividade da Cadeia Agroquímica e de reuniões da Casa Civil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) deste ministério. Grandes debates envolviam condições para o registro sanitário, impostos de importação, comercialização no âmbito do Mercosul, financiamento e a necessidade de mais recursos para a fiscalização de insumos agrícolas.

Em 2007, o reconhecido comprometimento da ABIFINA com as causas nacionais lhe garantiu assento nas discussões para aperfeiçoar o registro de agroquímicos no Ibama, Anvisa e Mapa. No ano seguinte, o Comitê Agroquímico da entidade, articulado com outras associações setoriais,

contribuiu para acelerar a liberação de registros de produtos genéricos na Anvisa.

Ao longo dos últimos anos, a ABIFINA verificou que a abertura de novos programas de incentivo à inovação criou nas empresas a necessidade de suporte técnico especializado. Essa foi uma forte marca da entidade a partir de 2005, quando implantou o Centro de Informação para a Inovação na Empresa (CIPI-qf), em colaboração com a Protec.

Em 2012, a ABIFINA iniciou o Projeto de Treinamento e Capacitação de Pessoal. Redação de patentes, análise de patenteabilidade, gestão do conhecimento, preparação de projetos de inovação para editais de fomento são apenas alguns dos temas que a Associação oferece para associados e o mercado, inclusive ministrando aulas nas sedes das empresas. Muitas das atividades são oferecidas também como serviços.

O corpo técnico da ABIFINA dedicou-se ainda a estruturar e coordenar o Comitê Fito, em 2012, e o Comitê Nano, em 2015. Eles podem ser considerados “polos de promoção de soluções”. Em reuniões periódicas com os associados, os Comitês analisam todos os temas sensíveis de seus setores, em especial o regulatório, e elaboram propostas para o governo.

Já o Grupo de Trabalho Técnico de Biológicos, de 2015, tem objetivo mais específico: promover a regulação e o desenvolvimento tecnológico na área. Esse GTT já encaminhou para a Anvisa uma lista de pleitos, cuja prioridade é criar uma normativa para os medicamentos biológicos de menor complexidade, visando simplificar o registro.

Todas as batalhas travadas pela ABIFINA ganham visibilidade desde 2006 em um veículo de comunicação exclusivo. Por meio de reportagens em profundidade, destinadas a formadores de opinião em todo o País, a revista FACTO ABIFINA vem intensificando seus alertas sobre o processo de desindustrialização em curso no País.



Letícia Covesi, gerente de marcas e patentes da EMS, opina sobre o desempenho da entidade ao longo do tempo:



A atuação da ABIFINA não se restringe ao contexto político. Ela mostra competência técnica e estratégica para viabilizar o acesso a medicamentos, além de promover oficinas e cursos nas empresas a fim de contribuir para a ampliação do conhecimento na área e fortalecer a inovação no Brasil.

*Letícia Covesi*



Se hoje a ABIFINA é referência em promoção da soberania, do desenvolvimento, da inovação e da produção local, isso decorre da atuação simbiótica com seus associados. Desde a definição do ideário da entidade até a participação nas mesas de negociação, tudo é feito pelos associados e para os associados. Eles são causa e consequência da ABIFINA existir. Participando da Associação, sobreviveram às tempestades e souberam prosperar na bonança. Criaram oportunidades para novas empresas despontarem no mercado. Mostraram para o Brasil que um setor tradicional da indústria pode reinventar-se.

# O LEGADO

**5**

Diante de tantas incertezas neste mundo em constante transformação, ao menos uma certeza permanece: inovar é o imperativo do futuro. Do ponto de vista mercadológico, inovação é sobrevivência. Para o consumidor, benefício. Para a sociedade, a oportunidade de promover saúde e compartilhar riqueza. Se, contrariando Fukuyama, a História não acabou, ela agora é escrita com recursos tecnológicos avançados. As indústrias nacionais de química fina também estão escrevendo essa nova História. Unidas por meio da ABIFINA, desbravaram no passado caminhos inóspitos até constituírem o legado desses 30 anos: não apenas a sobrevivência do setor, mas as condições políticas e econômicas para as empresas inovarem.

Hoje os associados simbolizam a indústria nacional dos novos tempos. Investem em pesquisa e desenvolvimento, lançam produtos inovadores, acumulam patentes, instalam fábricas de padrão mundial e retêm no País alguns dos profissionais mais capacitados. Entre o corpo social, há empresas tradicionais, mais antigas que a própria ABIFINA, e que são modelos de gestão inovadora. Por outro lado, empresas nasceram e associaram-se à entidade nos recentes anos 2000, também buscando uma forma de contribuir para políticas públicas que viabilizassem o desenvolvimento industrial brasileiro. Fazer a história brasileira com indústrias de ponta é uma construção coletiva que une ABIFINA e associados, pois a agenda da entidade é a agenda de suas empresas participantes.

Mais antiga associada da ABIFINA, a Libbs demonstra que esses 30 anos de história promoveram o crescimento conjunto da entidade, da empresa e do setor industrial brasileiro. Do alto de seus 58 anos, a Libbs vale-se de larga experiência, ao mesmo tempo que preserva espírito jovem, para desenvolver produtos na fronteira do conhecimento. Uma estratégia da qual o Brasil não pode abrir mão, como sempre defendeu a empresa no âmbito da ABIFINA. A Libbs tanto sustentou como cumpriu a agenda programática proposta pela entidade, em especial a da inovação, como expressa Márcia Martini Bueno, diretora de relações institucionais da empresa:



Arquivo Libbs

Fachada da Unidade Farmacêutica no Complexo Industrial da Libbs em Embu das Artes (SP).



Estamos ano a ano aumentando nossos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Em 2016, investiremos 17% do nosso faturamento em P&D, contemplando diferentes áreas, como inovação radical (novas moléculas) e incremental, aumento e manutenção de portfólio, assim como ampliação e modernização do parque fabril. Nosso complexo industrial foi projetado para absorver as tecnologias mais avançadas nas áreas farmacêutica, biotecnológica e química.

Para estimular o ecossistema de inovação, estamos trabalhando no projeto do Centro Tecnológico Libbs, que será construído no Parque Tecnológico do Jaguaré, em São Paulo, região próxima à maior universidade do País (USP) e dos Institutos Butantan (IB) e de Pesquisa e Tecnologia (IPT). Aproximaremos nossas áreas de P&D das áreas de negócios e também da acadêmico-científica.

Estamos ainda investindo no desenvolvimento de quatro novas moléculas em parceria com universidades e institutos de pesquisa internacionais. Nossa inserção nas redes de pesquisa internacionais é condição essencial para alavancar o desenvolvimento da nossa indústria. Esses projetos encontram-se em diferentes etapas de desenvolvimento, de fase pré-clínica até pesquisa clínica fase II concluída.

Nos projetos de biotecnologia, estamos bem avançados, com a produção dos primeiros lotes dos anticorpos monoclonais biossimilares já acontecendo em solo nacional e dois estudos clínicos de anticorpos monoclonais biossimilares, com a participação de muitos centros de pesquisa brasileiros, em fase de conclusão. A produção no País de anticorpos monoclonais biossimilares é apenas o primeiro passo da Libbs na biotecnologia.

É também um exemplo exitoso de trabalho em rede para a ampliação de acesso a medicamentos de última geração e integração tecnológica. A transferência de tecnologia é feita pela MAbxience, pertencente ao grupo Chemo (empresa hispanoargentina). Os parceiros públicos Instituto Butantan e BahiaFarma recebem, com a Libbs, a tecnologia e produzirão no Brasil. Fornecedores estratégicos de equipamentos e tecnologias trabalham em conjunto para a operacionalização do parque fabril e institutos de pesquisa trabalham em conjunto na condução dos estudos clínicos, um círculo virtuoso incentivado por políticas públicas integradas entre os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além da Anvisa e de órgãos de fomento como BNDES e Finep.

Outro ponto importante é que, como nosso setor é dependente de conhecimento técnico-científico, os recursos humanos da Libbs devem ser desenvolvidos de forma estratégica para estarem à frente de seu tempo.

Nossa inserção internacional, bem como nacional, é fortalecida pelas sólidas parcerias com laboratórios públicos nacionais, universidades, centros de pesquisa, fornecedores e clientes. Assim, inseridos em uma grande rede global, estamos sendo capazes de trazer para o País conhecimento e tecnologia de ponta, que se refletem diretamente na ampliação do acesso a medicamentos de última geração, na aceleração da curva de aprendizado e na geração de empregos de alto valor agregado.

Nosso desafio é ampliar cada vez mais nossa inserção nas redes mundiais de inovação, estimulando e apoiando empresas *startups* e o empreendedorismo.

Márcia Bueno



A integração empresa-universidade também é a base da Microbiológica (MB), que assim conseguiu atravessar décadas de adversidades, sempre inovando. A companhia expressa a importância de o Brasil ter indústrias nacionais capacitadas tecnologicamente para enfrentar emergências nacionais de saúde pública, como os surtos de dengue e zika. Anos antes, a empresa encarou situação similar à atual, com o aparecimento do vírus da Aids. Como conta seu sócio-fundador Jaime Rabi, a MB contribuiu para esse desafio:



Divulgação Microbiológica



A Microbiológica (MB) é uma empresa brasileira fundada em 1981 por professores pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que acreditaram ser possível, no Brasil da época, expressar o saber acadêmico na forma de tecnologia. ‘O que fazer?’, ‘por que fazer?’ e ‘como fazer?’ foram conseqüentemente as perguntas que nos fizemos. As respostas a essas indagações foram precipitadas com o surgimento da Aids, na década de 1980, e a descoberta de que o AZT inibia a reprodução do vírus HIV *in vivo*. A grande experiência acadêmica já acumulada em ácidos nucléicos e as necessidades urgentes de se desenvolverem novas terapias para essa nova doença – incontrolável na época – serviram para nos orientar pelo caminho dos antivirais baseados em análogos de nucleosídeos. Fizemos o ‘AZT brasileiro’, demonstrando que a ciência, quando aplicada corretamente, poderia causar impacto de grande relevância econômica e social, e demonstramos que o Brasil estava capacitado para enfrentar a fabricação de produtos de alta complexidade sintética.

Ao AZT seguiram-se a estavudina e a lamivudina, que fabricamos de forma verticalizada em toneladas, contribuindo significativamente para as bases do Programa Nacional de AIDS iniciado em dezembro de 1996. O desenvolvimento desses projetos nos permitiu construir a infraestrutura física e de recursos humanos necessária para abraçarmos as oportunidades que o mercado nos abria. Assim, nosso ímpeto pela inovação e a nossa experiência em pesquisa, desenvolvimento e fabricação de nucleosídeos em escala industrial nos aproximaram naturalmente de empresas emergentes nos Estados Unidos dedicadas à descoberta de novas terapias antivirais, mas que não possuíam experiência na fabricação de nucleosídeos em larga escala.

A projeção internacional da Microbiológica aumentou com o estabelecimento de alianças estratégicas com a Pharmasset e a Idenix Pharmaceuticals. O envolvimento com a Idenix culminou com o lançamento no mercado, em 2006, do Tyzeka, cujo IFA é a *L*-timidina, para a qual a MB detém um procedimento de manufatura patenteado, assim como na criação da *L*-2'-desoxicitidina e da 3'-valil-*L*-2'-desoxicitidina, de grande atividade contra o vírus da hepatite B. Com a Pharmasset, participamos do desenvolvimento de processos sintéticos para um elenco de nucleosídeos, incluindo o Racivir e outros 2'-desoxi-nucleosídeos ativos contra o HIV e a hepatite B.

Estivemos envolvidos também no desenvolvimento de tecnologia sintética para o tratamento da hepatite C, culminando na síntese, para a Idenix, da valopicitabina e na investigação inicial para a Pharmasset. É de grande relevância mencionar que essa substância, quando transformada, mostrou-se ativa contra todos os genótipos do vírus da hepatite C. Esse antiviral é hoje comercializado como sofosbuvir (Sovaldi) e representa uma revolução no tratamento da doença, sendo distribuído pelo SUS desde dezembro de 2015.

Vemos, então, que nucleosídeos ou suas pró-drogas são a espinha dorsal dos coquetéis utilizados no tratamento de diversas infecções virais. Assim, a plataforma tecnológica construída pela Microbiológica ao longo dos últimos 30 anos representa uma competência essencial de grande valor para o Brasil. Com a Fundação Ezequiel Dias (Funed), a MB participa de uma PDP para a fabricação do entecavir (nucleosídeo mais ativo contra hepatite B). Como parte da nossa contribuição para a obtenção de pró-drogas de nucleosídeos mais biodisponíveis, estamos desenvolvendo procedimentos inovadores e muito brandos para a ativação de aminoácidos e sua transferência régio-específica. Adicionalmente, todo o esforço da MB

no desenvolvimento de novos processos e produtos incorpora conceitos de qualidade que asseguram robustez e reprodutibilidade: procedimentos sintéticos e métodos analíticos validados, síntese de substâncias relacionadas, prescrições de manufatura, qualificação de fornecedores, auditorias e revisões etc. Nossa empresa tem EDMFs registrados na Europa, para onde exporta parte das suas produções. Em suma, nosso empenho continuará focado no desenvolvimento dos 2'-metilnucleosídeos, pois estes são ativos não somente contra o vírus da hepatite C, mas também contra outros vírus da família Flaviviridae, incluindo o da dengue e o da zika, responsável pela microcefalia intrauterina. Já temos evidências de que alguns de nossos nucleosídeos são ativos contra esses vírus. É nessa fronteira tecnológica que a Microbiológica continuará delineando o seu futuro.

*Jaime Rabi*



A PDP mencionada por Jaime Rabi faz parte de uma política pública que a ABIFINA ajudou a estruturar e está entre as mais bem-sucedidas do Estado brasileiro. As PDPs permitiram que o Ministério da Saúde economizasse, de 2010 até meados de 2015, cerca de R\$ 2,5 bilhões na compra de produtos por meio dessas parcerias. Ao mesmo tempo, elas vêm permitindo o desenvolvimento tecnológico e industrial do País. Portanto, as PDPs constituíram-se em janela de oportunidade. A Globe Química, um dos associados mais atuantes na criação dessa política, também é desenvolvedora de insumos farmacêuticos ativos para uma PDP. O Diretor Comercial da empresa, Robert Caggiano, comenta as principais capacitações acumuladas pela empresa que permitiram essa participação, assim como o desenvolvimento de produtos para o mercado privado:



Divulgação Globe Química



A Globe Química S.A. é uma das maiores farmoquímicas da América do Sul e figura entre as poucas produtoras de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs) no Brasil com Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF/Anvisa).

O setor de P&D da Globe Química atua de maneira efetiva em pesquisa aplicada voltada à síntese de IFAs de várias classes terapêuticas, entre as quais se destacam antirretrovirais, oncológicos, antipsicóticos, nootrópicos, antidepressivos, antiarrítmicos, analgésicos e anti-hipertensivos. Atualmente conta com uma equipe com vasta experiência em síntese orgânica, na qual mais de 80% de seus colaboradores possuem nível superior. O setor desenvolve até quatro produtos por ano, tendo recentemente finalizado o desenvolvimento dos ativos fumarato de tenofovir, desoproxila, topiramato, rivastigmina e mesilato de imatinibe. Encontram-se em desenvolvimento os fármacos capecitabina, tamoxifeno e hidroxiuréia, todos para medicamentos oncológicos.

Podemos destacar alguns resultados dos intensos investimentos em P&D nos últimos anos. A lamivudina é um deles. Na busca constante da eficiência e melhoria da qualidade nos processos produtivos, a Globe Química desenvolveu e implantou, em escala industrial, um novo processo de isolamento e purificação do antirretroviral lamivudina. Esse novo processo apresenta inúmeras vantagens em relação aos processos descritos: redução do número de etapas de síntese e, conseqüentemente, redução em 30% do tempo de processo; utilização de apenas um solvente e, portanto, menor consumo de solventes, o que é ambientalmente favorável; maior rendimento do processo; redução de efluentes, com reciclo total de solventes e águas-mães. Uma patente do processo foi depositada no INPI e no escritório de patentes da China.

Na área de produtos de alta potência (PAP), tivemos outras inovações. Através das pesquisas para definição da rota de síntese a ser utilizada na produção do ativo mesilato de imatinibe, a Globe Química pôde definir os parâmetros para projetar e construir uma unidade dedicada à produção de insumos ativos para medicamentos oncológicos, tornando-se pioneira nesta área. A nova planta foi concluída em tempo recorde e, em 2012, a empresa sintetizou os primeiros lotes de mesilato de imatinibe, produto nacional utilizado no tratamento da leucemia mielóide crônica. Esse produto faz parte de uma PDP da área farmacêutica e já foi formulado pelo EMS em parceria com o Instituto Vital Brazil (IVB) e distribuído na rede pública. A planta é dedicada à produção de produtos de alta potência com conceito inovador em uma farmoquímica brasileira, compreendendo áreas segregadas, com fluxo controlado, e sistema de descontaminação do vestuário dos operadores. Todo esse conjunto de equipamentos visa não só a um melhor controle das etapas produtivas, como

evitar a contaminação dos operadores e do meio ambiente. Os efluentes gerados são recolhidos e enviados para incineração em empresa especializada para tal.

Outros PAP foram desenvolvidos recentemente: capecitabina, hidroxiuréia e tamoxifeno. A dedicação da Globe no desenvolvimento dessa linha de produtos resulta na expertise do corpo técnico envolvido e redução de custo produtivo.

A Globe desenvolveu também um processo de síntese verticalizado para a produção do topiramato, utilizado na terapia de epilepsia refratária. Neste processo, que partiu da frutose, uma molécula abundante na natureza, o controle das potenciais impurezas ocorre a cada etapa, conduzindo a um produto de qualidade superior em relação ao produto importado.

*Robert Caggiano*



Verticalizar a produção no País é uma pauta histórica da ABIFINA e seus associados. A Globe fez isso “dentro de casa”. O mesmo foi possível no Cristália, laboratório farmacêutico que se destaca por produzir aproximadamente 50% dos insumos farmoquímicos que utiliza. A empresa também investe em inovação incremental, outra agenda da entidade. Mas a inovação radical está igualmente presente no portfólio. Ogari Pacheco, presidente do Conselho Administrativo do Cristália, garante que, nesses 30 anos, a entidade e a empresa avançaram juntos. Para o executivo, as negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a alteração do Código de Propriedade Industrial e a elaboração das políticas industriais foram marcos estruturantes do que ambas instituições são hoje:



Divulgação: Cristália



Quando a ABIFINA nasceu, em 1986, vivíamos um período que ficou conhecido na história do País como a ‘década perdida’. Se no lado político havíamos acabado de entrar na era da redemocratização, no aspecto econômico um verdadeiro abismo nos separava do que chamávamos de Primeiro Mundo.

Nossa indústria era sucateada. Víamos novas tecnologias em química fina e biotecnologia nascerem na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, e tínhamos poucas perspectivas de um dia alcançá-las. Nesse contexto, foi fundada a ABIFINA, com o objetivo de incentivar a capacitação tecnológica das empresas do segmento e promover a inovação e a competitividade da indústria brasileira.

Desde o início, a ABIFINA teve uma atuação reconhecidamente relevante no trato de políticas visando à industrialização do País, ao desenvolvimento tecnológico e ao comércio exterior.

Destaco a missão empresarial à Genebra, em 1989, quando a atuação da entidade foi imprescindível nos debates do acordo internacional conhecido pela sigla GATT, que resultou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994. Em 1990 a entidade foi pioneira ao apresentar ao Congresso Nacional proposta de alteração do Código de Propriedade Industrial, vigente desde 1971.

Entre 2007 e 2010, visando à reversão do cenário de desindustrialização do País, o Ministério da Saúde, com a articulação da ABIFINA, incentivou os laboratórios oficiais a contratarem a fabricação local de fármacos, favorecendo o nosso mercado. Com base na experiência de sucesso realizada por Farmanguinhos, contando com a ação da ABIFINA para articular empresas nacionais e tendo por guia o modelo das parcerias público-privadas definidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Ministério da Saúde implantou o sistema de PDPs no Complexo Industrial da Saúde (CIS), iniciativa que promoveu a união de forças, visando à inovação em prol da saúde dos brasileiros.

No Laboratório Cristália temos um forte DNA para pesquisa e inovação. Ao longo desse período, conquistamos 89 patentes, no Brasil e no exterior, o que demonstra o reconhecimento das agências de propriedade intelectual em relação ao nosso trabalho inovador. Se hoje somos capazes de fabricar 50% dos insumos farmacêuticos necessários para a produção de nossos próprios medicamentos, é porque seguimos a proposta de criar para inovar.

Podemos citar alguns exemplos. Um dos maiores orgulhos do Cristália foi a criação da primeira molécula da síntese produzida no País, desde a concepção até a obtenção do registro e autorização para comercialização: o carbonato de iodenafila,

princípio ativo do Helleva, para o tratamento da disfunção erétil. No segmento de anestésicos, desenvolvemos a cetamina s+ (cloridrato de dextrocetamina), hoje um dos principais produtos do laboratório, na forma do anestésico endovenoso Ketamin, mais eficaz e com menos efeitos adversos que a cetamina. Ainda em anestesia, criamos o Novabupi (cloridrato de levobupivacaína), uma formulação especial mais segura para o paciente. As duas inovações conquistaram patente mundial. Vale ressaltar a contribuição do Dantrolen (dantroleno sódico), relaxante muscular para o tratamento da hipertermia maligna, um efeito colateral que raramente ocorre durante a anestesia, mas que pode ser fatal.

Muitas vezes a inovação não está em um novo insumo, mas em uma apresentação que facilite a administração e a aceitação do paciente. É o caso de Alimax, uma heparina que vem com um nebulizador para facilitar o tratamento de queimados, também patenteado. Outro exemplo é o adjuvante sílica mesoporosa, que permite a aplicação oral de vacinas que até então só podiam ser aplicadas por via parenteral. Ou ainda o Sterile-pack, estojo de proteção do frasco de medicamento, que evita infecções hospitalares recorrentes do manuseio de embalagens não esterilizadas.

De todas as mudanças ocorridas no País nesses 30 anos, uma das mais expressivas para o futuro é o desenvolvimento da biotecnologia brasileira, que se encontra na fronteira do conhecimento. Por uma grande felicidade, justamente neste momento em que a ABIFINA alcança a terceira década de trabalho árduo e ininterrupto, o Cristália obteve da Anvisa o registro do primeiro IFA biológico derivado da biodiversidade brasileira e com desenvolvimento 100% nacional. Trata-se da Colagenase Cristália, enzima utilizada na produção de pomadas para o debridamento enzimático. O insumo será empregado na nova

Kollagenase, pomada utilizada em larga escala por pacientes brasileiros para o tratamento de feridas e lesões.

Ogari Pacheco



Inovação também foi o que guiou a trajetória da Biolab, que sempre defendeu essa pauta inclusive no âmbito da ABIFINA perante os poderes públicos. Já consolidada em território nacional, a Biolab começa a investir no mercado externo, como relata Dante Alario, presidente de P,D&I dessa empresa:



Divulgação Biolab



**biolab**  
FARMACÊUTICA

Com os pés no hoje, mas sem jamais perder de vista o amanhã, a ABIFINA sempre dedicou parte do seu trabalho às questões relativas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Motivada por essa visão real e futurista da entidade e também porque acredita que sem PD&I

não há possibilidade de perenizar a empresa, a Biolab vem dedicando-se há mais de 20 anos a essas atividades. Ao longo do caminho, colheu inúmeros frutos (medicamentos) que a auxiliaram a galgar exitosa posição de destaque no cenário industrial farmacêutico brasileiro.

Inicialmente com formulações diferenciadas – inovações incrementais –, que foram tornando-se mais complexas com a geração e o acúmulo de novos conhecimentos, a Biolab hoje trabalha na fronteira do conhecimento em algumas áreas, como a de nanotecnologia, além de inúmeras outras. A Biolab possui dois produtos com nanotecnologia no mercado (o primeiro protetor solar fator 100 e um hidratante) e um terceiro (o primeiro nano anestésico tópico com patente mundial), em análise para registro na Anvisa.

Esse aumento de conhecimento obtido através das inovações incrementais levou a um passo ainda maior: trilhar pelos desconhecidos e difíceis caminhos da inovação radical. Optamos por estruturar nossa equipe de síntese de novas moléculas com jovens doutores que poderiam ser moldados dentro de uma sistemática de trabalho que acreditamos ser a mais adequada para a Biolab. E assim o fizemos.

Com cerca de dez anos de trabalho em inovação radical, a Biolab possui quase 300 patentes de novas moléculas depositadas e mais de 60 concedidas em todo o mundo. A primeira nova molécula, que já se encontra em análise para registro na Anvisa, foi totalmente modelada, sintetizada e levada a produto final (medicamento) exclusivamente pela equipe da Biolab, sendo que os ensaios pré-clínicos e clínicos foram orientados e executados sob monitoramento da empresa, em trabalho com a universidade – o que gerou um mestrado e um doutorado.

Neste momento, a Biolab avança mais um passo para estabelecer um segundo PDI, agora no Canadá. A proposta lá é desenvolver os testes que as agências regulatórias internacionais exigem para os mercados americano e europeu, além dos demais países que poderão importar nossos produtos. Para complementarmos essa ação de internacionalização, estamos erigindo uma nova unidade industrial em Minas Gerais, voltada não só para o aumento de nossa capacidade produtiva, como também para atender a todos os requisitos de exportação.

Tudo isso foi possível porque a Biolab entendeu, desde o início, a necessidade de inovar. A empresa aceitou esse desafio por acreditar que a única opção para crescer com segurança e vigor em um mercado altamente competitivo é a partir da qualidade que os produtos para a saúde carregam intrinsecamente.

Dante Alario



A internacionalização também está sendo o caminho da Eurofarma, conta Maurizio Billi, atual presidente da empresa e herdeiro da antiga Billi Farmacêutica:



Arquivo Eurofarma



Desde a fundação do Grupo Eurofarma, há 44 anos, nossa empresa vem trilhando o caminho da inovação e do pioneirismo em todas as suas atividades. Somos a primeira e única multinacional farmacêutica com capital 100% brasileiro, um motivo de muito orgulho para nós.

Nascemos com a missão de promover o acesso à saúde e à qualidade de vida com tratamentos a preço justo em operação rentável, que assegure o crescimento sustentável da empresa e o compartilhamento do valor gerado com colaboradores e sociedade. E é justamente isso que viemos buscando ao longo de nossa trajetória.

Presente na América Latina e África, a companhia mira mercados globais. Além do Brasil, conta com operações próprias em 15 países – Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai – e escritórios no Equador, México, Moçambique, Paraguai e Venezuela.

Temos um portfólio com mais de 280 produtos comercializados por meio das unidades de negócios: Prescrição Médica, Medicamentos Isentos de Prescrição, Hospitalar, Genéricos, Licitações, Oncologia, Veterinária, Serviços a Terceiros, Euroglass e Exportação. Nossa produção anual é superior a 250 milhões de unidades. Um de nossos maiores orgulhos é saber que contamos com a maior força de propaganda médica do mercado, com 2.888 colaboradores.

O compromisso e a busca por inovação norteiam marcos importantes na trajetória de nossa empresa, como o lançamento

do primeiro produto genérico de uso oncológico no País, no início dos anos 2000, e, pouco tempo depois, de genéricos contraceptivos orais e injetáveis, à frente da concorrência. Nossa entrada no mercado de medicamentos genéricos foi em 2001 e, atualmente, já ocupamos a 3ª posição no ranking de genéricos, com seis medicamentos lançados em 2015. Genéricos representam 10,7% de nosso negócio.

Reforçando nosso compromisso com a inovação, também em 2015 alcançamos nossa primeira conquista internacional, com o desenvolvimento e registro do primeiro medicamento biossimilar da América Latina, o Fiprima (filgrastim), indicado para pacientes em tratamento de câncer. Para se ter uma ideia da dimensão desta conquista, em todo o mundo existem apenas 20 biossimilares, sendo 19 na Europa e um nos Estados Unidos. Foi a primeira vez que uma empresa brasileira conseguiu desenvolver um medicamento deste perfil utilizando apenas tecnologia interna. Do início do projeto ao lançamento do Fiprima, foram nove anos de pesquisa e desenvolvimento e R\$ 25 milhões investidos.

A visão empreendedora orienta nossa empresa também nas parcerias de negócios nacionais e internacionais, em diferentes modelos de cooperação, como prestação de serviços na área produtiva, licenças, acordos de distribuição, joint ventures, co-desenvolvimento, entre outros.

Prova disso é a nossa Visão 2020, que tem o objetivo de consolidar nossas operações da América Latina e expandir para os principais mercados globais, buscando o reconhecimento de médicos e comunidades, alavancados pelo lançamento de novos produtos e com rentabilidade que permita o crescimento sustentável da companhia, nos próximos quatro anos.

O perfil empreendedor da Eurofarma manifesta-se também em sua expansão internacional. Além da presença no mercado latino-americano, nossa empresa mantém participação acionária na norte-americana Melinta Therapeutics.

Dinamismo e simplicidade fazem parte do nosso DNA e, para nos mantermos competitivos, esses atributos devem estar presentes em todas as operações e processos da nossa companhia.

Para nos anteciparmos ao futuro, criamos novas e melhores formas de conduzir a empresa, indo além da inovação inerente às atividades de P&D. Nossas lideranças estão abertas ao 'novo' e mantêm o espírito vanguardista da companhia.

Maurizio Billi



Não somente os segmentos farmoquímico e farmacêutico estão internacionalizando-se. É o que mostra o caso da Blanver, empresa que representa o setor de excipientes dentro da ABIFINA. O diretor Sergio Frangioni explica como foi o desenvolvimento da companhia, que tem mais de 30 anos:





Nossa unidade de negócio mais antiga e, portanto, mais conhecida mundialmente é a de Excipientes. Em Excipientes, começamos a exportar ainda na década de 1980 e hoje nossos produtos são comercializados em aproximadamente cem países.

O caminho para atingir o mercado externo foi bastante difícil e desafiador, mas muito recompensador, não só pela oportunidade de ganho de escala e diversificação de risco, mas também pelo fato de ter colocado a empresa em um novo patamar de qualidade e atendimento mediante contato com as principais redes de conhecimento e rígidos requisitos globais, o que proporciona até hoje benefícios em melhoria de produto, serviço e no posicionamento global de mercado.

Em Excipientes, um dos destaques foi o desenvolvimento de um processo exclusivo e patenteado de produção. Tendo como diferencial seu forte apelo sustentável, esse novo processo proporcionou uma redução expressiva no consumo de insumos como água, energia, etanol e gás natural.

Esta e várias outras iniciativas elevaram consideravelmente nosso nível de competitividade global, permitindo alcançar novos e promissores mercados, inclusive os mais tradicionalmente sensíveis a preço, como a China, a Índia e outros países do continente Asiático.

Os esforços têm sido feitos não só na proteção dos mercados atuais, mas também na ampliação de participação e entrada em novos mercados e segmentos, através de melhoria de produto, aumento da capacidade produtiva, investimento em marca, prospecção e melhoria de competitividade.

A unidade Farmacêutica, presente no mercado há cerca de 20 anos, e inicialmente voltada à prestação de serviço através de terceirização de produção de medicamentos, agora rumo ao desenvolvimento, produção e comercialização de produtos próprios, tendo como um dos pilares as PDPs com o Ministério da Saúde e os laboratórios oficiais.

Outro pilar que vem sendo trabalhado em nosso planejamento estratégico é o aproveitamento do conhecimento adquirido na unidade de Excipientes para internacionalizar também nossa unidade Farmacêutica. Altos investimentos estão sendo destinados a infraestrutura, pessoas e P&DI, com o objetivo de ampliação de portfólio, obtenção das principais certificações internacionais e construção de parcerias e alianças estratégicas internacionais.

A aquisição da empresa CYG Biotech no início de 2016 foi bastante estratégica e nos apoiará muito nesse processo de crescimento da empresa.

Nossa expectativa com todas essas ações é crescer e estar entre as 500 maiores empresas do Brasil até 2023, ampliando acesso da população a novos medicamentos, gerando riqueza, emprego, conhecimento e contribuindo para um posicionamento cada vez mais importante do País no cenário internacional.

*Sergio Frangioni*



É interessante destacar que uma das forças da ABIFINA é a presença de laboratórios públicos entre os associados. Isso traz diferentes visões para os debates e reforça a articulação entre o setor privado e o governo. O Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), criado em 1999 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o governo do estado, tem como principais finalidades o desenvolvimento tecnológico e a inovação na área da

saúde, em consonância com os objetivos da ABIFINA. Trata-se de um novo foco, diferente das fases iniciais do IBMP, quando destinou suas atividades à ciência aplicada e à formação de quadros técnicos, de acordo com Mario Santos Moreira, coordenador de Gestão do Instituto:



A partir de 2009, o IBMP iniciou uma nova fase, com a inauguração da Fábrica de Desenvolvimento e Produção de Insumos, tendo como produto inicial um dos componentes do teste molecular para detecção de HIV e hepatite C no sangue doado na rede pública. Em 2016 foi superada a marca de 12 milhões de bolsas controladas em todo o País por esse produto.

Pioneiro no Brasil, o teste NAT HIV HCV é resultado de uma encomenda tecnológica apresentada pelo Ministério da Saúde à Fiocruz em 2007. O projeto de nacionalização desse produto consumiu quatro anos, desde a elaboração do projeto de engenharia, obras e certificação de Boas Práticas de Validação até o registro e início da produção industrial, em 2010. Essa moderna fábrica contou com recursos federais (FINEP, Ministério da Saúde e Fiocruz) e estaduais (Tecpar e Fundo Paraná). Para sua operação, o IBMP reconvertiu suas atividades para a inovação e produção industrial. Seu legado de ciência e ensino foi assimilado pelo Instituto Carlos Chagas, inaugurado também em 2009.

O rápido e constante desenvolvimento institucional experimentado pelo IBMP nos últimos anos levou à consolidação do instituto como centro de referência em desenvolvimento, inovação e produção no campo da saúde, em especial em testes laboratoriais. Desde 2009, o instituto aprovou inúmeros projetos com BNDES, Finep, CNPq e Fundação Araucária.

Além de produzir o módulo de amplificação do Kit NAT, agora detectando também o HBV, além de HIV e HCV, o IBMP mantém um pipeline de projetos na vanguarda tecnológica e, para tal, participa de uma extensa rede de colaboração com universidades, Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas do setor produtivo, público e privado. Todos os seus projetos visam ao desenvolvimento de novos insumos, produtos e plataforma tecnológica. No âmbito internacional, trabalha em parceria com órgãos como o CDC (*Centers for Disease Control and Prevention*) e o FDA (*Food and Drug Administration*), dos Estados Unidos, a Fundação Fraunhofer, o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e outras instituições estrangeiras.

Os projetos de desenvolvimento tecnológico são, em sua maioria, objeto de encomendas tecnológicas do Ministério da Saúde e da Fiocruz, pelas agências de fomento federais e estaduais.

Em seu pipeline, destacam-se projetos de desenvolvimento de testes moleculares e sorológicos, laboratoriais e *point-of-care* para diagnóstico simples e múltiplo de doenças infectocontagiosas. Mais recentemente, o IBMP iniciou projetos para desenvolvimento de testes baseados na plataforma de *next generation sequence* para diagnóstico e prognóstico ligados a doenças crônico-degenerativas, tendo câncer como alvo principal.

A biotecnologia em saúde têm-se mostrado como um dos setores mais dinâmicos da econômica mundial. O IBMP tem direcionado esforços e recursos para se localizar próximo à fronteira tecnológica. No campo do diagnóstico, aposta no avanço da biologia molecular, nas plataformas de biologia sintética, de aptâmeros, de sequenciamento e da nanotecnologia para o desenvolvimento de novos, mais precisos e rápidos dispositivos diagnósticos.

Também aposta em novas plataformas tecnológicas e industriais para desenvolvimento e produção de biofármacos, dentre os quais novos sistemas de cultivo celular, anticorpos monoclonais desenvolvidos na plataforma *checkpoint pathways* e associação de biofármacos com nanocompósitos para desenvolvimento de *targeted drug delivery systems*.

Mario Moreira



A inovação tem sido marcante também no segmento de intermediários químicos, no qual a Oxiteno atua utilizando fontes renováveis de matérias-primas brasileiras. O diretor da empresa João Parolin explica esta experiência:



Pisoco Del Galiso



É com muita satisfação que a Oxiteno testemunha as comemorações dos 30 anos da ABIFINA, entidade que tem contribuído com o setor de química fina também através da valorização da inovação tecnológica. Inovação não é somente um dos princi-

pais atributos da marca Oxiteno, é também um dos alicerces do nosso negócio. Afinal, temos a missão de desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras para a vida das pessoas. Não à toa, destinamos cerca de 1,5% do faturamento anual para Pesquisa e Desenvolvimento, área em que trabalha um em cada dez dos nossos colaboradores.

Graças ao nosso investimento em P&D, renovamos cerca de um terço do nosso portfólio com a introdução de novos produtos nos últimos cinco anos. Nossas soluções de produtos cada vez mais utilizam ingredientes renováveis – atualmente 20% das matérias-primas utilizadas pela Oxiteno são provenientes de fontes renováveis e 35% dos produtos em linha utilizam ingredientes renováveis.

A Oxiteno é líder de mercado de tensoativos e especialidades químicas na América Latina. Está presente em nove países das Américas, Europa e Ásia e conta com 12 unidades industriais no Brasil, Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela, além de escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia.

Temos cinco centros de P&D, distribuídos por Brasil, México, Venezuela, Estados Unidos e Uruguai. Todos contam com pesquisadores dedicados exclusivamente ao desenvolvimento de novas soluções. Em nossos modernos laboratórios podemos testar o produto na sua aplicação final, aumentando o grau de assertividade, a agilidade no desenvolvimento e, muitas vezes, apoiando os clientes por meio de projetos de cooperação e cocriação. Além disso, realizamos intercâmbios com cientistas e pesquisadores de importantes universidades e centros de pesquisa pelo Brasil e por todo o mundo.

Essas iniciativas mostram que a inovação é parte efetiva do dia a dia da Oxiteno. E continuará sendo. É o compromisso

que temos com nossos clientes, nossos colaboradores e com a sociedade em geral e contamos com a ABIFINA para continuar suportando os interesses da indústria do nosso País e valorizando a inovação tecnológica.

João Parolin



Na área de extração e fabricação de produtos derivados da biodiversidade, tem expressiva atuação no País o Grupo Centroflora, associado ativo nas definições do novo Marco Legal da Biodiversidade e sua futura regulamentação, lançando propostas do ponto de vista de quem vivencia diretamente as questões do segmento. O presidente Peter Andersen comenta a atuação do Grupo:



Ricardo Garcia Marques



A Centroflora é uma empresa que enxerga a inovação, considerando as três dimensões da sustentabilidade – social, ambiental e econômica. A empresa busca a competitividade por

meio do desenvolvimento de produtos novos ou modificados, serviços, processos e negócios inovadores, com base nas dimensões sociais, ambientais e econômicas. Ela combina duas características essenciais, ou seja, ser inovadora e orientada para a sustentabilidade.

Para continuar crescendo de forma competitiva, foram identificados pilares estratégicos para o desenvolvimento tecnológico sustentável da Centroflora, fomentando a inovação no estabelecimento de cadeias produtivas totalmente verticalizadas, a modernização do parque fabril visando a eficiência de processo e agregação de valor, e a criação de extratos vegetais diferenciados, com qualidade, segurança e eficácia atestadas. Para isso, conta com uma forte rede de parceiros, como universidades de renome internacional e agências de fomento governamental voltadas para a inovação, além de participar do Movimento Empresarial pela Inovação (MEI).

Além de buscar a excelência em seus extratos, a Centroflora oferece também apoio no âmbito da propriedade intelectual e do acesso ao patrimônio genético e da repartição de benefícios potencialmente gerada a partir do processo de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Centroflora trabalha ativamente apoiando a inovação de seus clientes, utilizando seu conhecimento na transposição de escala para fabricação de extratos diferenciados e na viabilização de toda a cadeia de fornecimento voltada para estes extratos.

*Peter Andersen*



A Phytobios é uma empresa de sociedade limitada que faz parte do Grupo Centroflora, voltada para pesquisa e desenvolvimento de ativos

naturais de alto valor agregado, um setor em crescimento no mundo e que está na mira das ações futuras da ABIFINA. A CEO da Phytobios, Cristina Ropke, explica o modelo de negócio:



A Phytobios atua no desenvolvimento de tecnologias para as áreas farmacêutica, cosmética, de alimentos e tecnologias naturais, realizando desde a fase de pesquisa até o desenvolvimento de protótipos, com o uso de produtos e processos sustentáveis, oriundos da biodiversidade e/ou de rotas biotecnológicas, sempre respeitando a legislação de acesso ao patrimônio genético. Em janeiro de 2014, foi inaugurada a Phytobios Nordeste, uma filial no município de Parnaíba, no Piauí, que conta com o Laboratório de Inovação em Produtos Naturais (Lipron). O Lipron atua na obtenção de extrato/ativos de alto valor, em escala de bancada, para pesquisa e desenvolvimento a partir da biodiversidade, para as mais diversas finalidades ligadas a tecnologias naturais e biotecnologia. A empresa acredita na busca contínua por geração de valor pela inovação tecnológica, bem como na criação de uma forte marca de inovação baseada em biodiversidade, por meio da geração de valor em tecnologias proprietárias.

A empresa tem como estratégia atuar por meio de redes de colaboração. Ao longo dos anos, vem firmando parcerias importantes para o desenvolvimento conjunto de propriedade intelectual baseada em biodiversidade, tendo parceiros como o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), o Núcleo de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia (Biotec) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade de Brasília (UnB), onde integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Nanobiotecnologia, e a Embrapa Meio-Norte.



Com orgulho, anunciamos a primeira biblioteca química LNBio-Phytobios Mata Atlântica e Cerrado, que foi obtida em 2015, contendo 1.500 amostras químicas. Ao longo da montagem dessa biblioteca, foram realizados três ensaios biológicos *in vitro*, representando modelos para a identificação de compostos químicos com ação anticâncer, antidepressiva e antibacteriana. A parceria será expandida para os demais biomas brasileiros em 2016.

Cristina Ropke



A ABIFINA faz-se presente em outro segmento da química fina: o de catalisadores. A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. (FCC) é fruto do empreendedorismo da Petrobras e, graças à sua origem, está estruturada para atender o mercado interno e externo com soluções inovadoras. O diretor-superintendente Patrick Fairon explica a atuação da empresa:



Marco Antonio Teixeira



A Fábrica Carioca de Catalisadores S.A é fruto do empreendedorismo da Petrobras. São mais de 30 anos de aprendizado que conferiram à fábrica relacionamentos de grande confiança com seus clientes. O desafio permanente da FCC será continuar a oferecer as melhores soluções em produtos e serviços ao mercado e principalmente aos nossos clientes.

Atualmente temos três prioridades: atendimento ao cliente com produtos e serviços adequados às necessidades individuais de cada unidade; capacidade de resposta tecnológica às novas demandas do mercado e assistência técnica aos clientes com nível de excelência; e continuar investindo nos novos líderes e nas pessoas ligadas à tecnologia.

A sociedade entre Petrobras e Albemarle Corporation privilegiou a FCC na medida em que nossos controladores complementam-se em suas competências. A Petrobras, com grande conhecimento tecnológico, principalmente de aplicação, e a Albemarle, presente fortemente no mercado de tecnologia e inovação no mundo de catalisadores, deram-nos acesso a novos desenvolvimentos. O sucesso dessa complementaridade contribui muito para o processo de inovação dos nossos produtos e serviços.

A FCC é uma empresa química que, para a fabricação de seus produtos, depende de algumas matérias-primas importadas. A variação do câmbio introduz volatilidade nas margens do negócio, podendo impactar a capacidade da fábrica de investir para estar sempre tecnologicamente e com a produção atualizadas às demandas do mercado. Esperamos continuar sendo competitivos, investindo continuamente na escala de produção, no conhecimento técnico e na tecnologia de produtos e serviços,

sem, entretanto, descuidar de aspectos essenciais como segurança e meio ambiente. Então, a estratégia para atender a nossos clientes com preço e qualidade competitivos é estarmos atentos às inovações e ao retorno dado por nossos produtos aos nossos clientes. Essa é a estratégia para nos diferenciarmos.

A questão de termos parcerias fortalecidas com nossos clientes tem como base o próprio vínculo estabelecido com a Petrobras desde que começamos a operar e a produzir em território brasileiro. Evidentemente que a equação que permite um pacote de produtos e serviços para um determinado cliente, que seja percebido por ele e que leve ao retorno desejado, também permitirá a expansão dessa nossa forma de atuação para outros países da América Latina, como é o caso da Colômbia, onde hoje a FCC supre em 100% a demanda por catalisadores de craqueamento catalítico de Ecopetrol.

Temos uma cultura que consideramos valiosa para o sucesso. As pessoas acreditam naquilo que fazem e, por isso, a empresa diferencia-se. Pretendemos manter essas qualidades para superar os próximos desafios. O sucesso alcançado ao longo da jornada de 31 anos só nos confere uma responsabilidade maior para planejar os próximos 30 anos. Nosso foco será seguir acreditando e investindo nas pessoas para superar os próximos desafios.

*Patrick Fairon*



O surgimento de novas empresas no mercado reflete um melhor ambiente de negócio consolidado no Brasil a partir, em boa parte, da intensa defesa da ABIFINA. A Hygeia Biotecnologia S.A. exemplifica tal situação. A empresa de base tecnológica, fundada em 2007 como

*spin-off* acadêmica da UFRJ, realiza atividades de pesquisa e desenvolvimento na área de saúde humana. A companhia organiza-se em três áreas de negócio: proteínas recombinantes, peptídeos e formulações farmacêuticas micro e nanoencapsuladas.

Clarice Pires, sócia da Hygeia, conta a história da empresa:



Arquivo Hygeia

Equipe Hygeia.



A Hygeia caracteriza-se fortemente como uma empresa que se formou estudando o cenário do setor do qual faz parte e, consequentemente, os estímulos e incentivos apresentados nesse mercado. Assim, algumas dessas ferramentas foram amplamente utilizadas na estruturação do seu modelo de negócio, como a Lei de Inovação Tecnológica, editais de subvenção econômica, portarias do Ministério da Saúde, entre outras.

A criação do mercado de terceirização de P&D no Brasil está intimamente ligada às políticas governamentais para o setor e

ao quadro legal correspondente, estimulado, sobretudo, pela Lei de Inovação. O aproveitamento dessas oportunidades pela Hygeia dá-se através de um quadro científico altamente especializado e parcerias estratégicas com institutos de pesquisa, iniciativa privada e profissionais nas áreas financeira e jurídica, a fim de se criar um diferencial. Esse cenário oferece um conjunto de benefícios e incentivos que estimulam a criação de um ambiente cooperativo entre empresas e academia, de forma a promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

Existe atualmente grande número de insumos de natureza biotecnológica de uso clínico e industrial que correspondem a oportunidades de negócios na área de saúde humana. Estes vêm no sentido de atender diretamente ao Ministério da Saúde, através dos entes produtores de medicamentos para o setor público, o que cria mais oportunidade para o desenvolvimento de tecnologia nacional, no intuito de suprir a demanda interna, mormente no âmbito do SUS, de produtos farmacêuticos de alto valor agregado.

A Hygeia hoje possui um portfólio capaz de mesclar projetos inovadores com projetos de internalização de tecnologias que contribuem para a estruturação financeira da empresa e criam um modelo sustentável capaz de gerar capacidade de reinvestimento e alimentar os projetos que demandam mais tempo de maturação. Ao mesmo tempo, são projetos que visam contribuir diretamente para a política nacional de inovação e o desenvolvimento de setores estratégicos da economia brasileira, como o farmoquímico e o (bio)tecnológico.

Através das formas de colaboração previstas na Lei de Inovação, a Hygeia está totalmente inserida no ambiente da

universidade, tendo como um de seus diferenciais a interação harmônica e saudável de sua equipe com pesquisadores de diversos institutos do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFRJ para o desenvolvimento de tecnologias. Esse modelo permite que a companhia alcance seu objetivo de atuar na transposição da escala de pesquisa para a industrial, em parceria com entes produtivos públicos e privados.

Entre os anos de 2012 e 2013, a Hygeia finalizou com sucesso sua etapa de captação de recursos próprios através de operações de *equity* (venda de ações). Sua primeira instituição investidora foi a Agência de Fomento do Rio de Janeiro (Agerio), seguida pelo Laboratório Cristália, que aportou, além de capital, a capacidade produtiva necessária para levar a mercado os produtos por ela desenvolvidos e garantir a sustentabilidade no longo prazo do modelo de negócio proposto.

Essa rede de parcerias criada pela Hygeia, através da inovação em modelo de negócio, permitiu o desenvolvimento de projetos que não são apenas de interesse da iniciativa privada, mas que, sobretudo, estão em consonância com políticas públicas. Assim, são capazes de gerar retorno aos empresários e também a universidades, centros de pesquisa, laboratórios públicos e, principalmente, à sociedade brasileira como um todo.

Clarice Pires



Além de produtos inovadores, associados da ABIFINA destacam-se em medicamentos genéricos, como mostra Luiz Carlos Borgonovi, presidente da EMS:



Divulgação EMS



A EMS nasceu a partir de uma pequena farmácia criada pelo empresário Emiliano Sanchez em meados de 1950, transformando-se em laboratório fabricante de medicamentos na década seguinte. Sob o comando de Carlos Sanchez, filho mais novo de Emiliano, a EMS foi o primeiro laboratório do País a apostar nos genéricos, em 2000. Em 2001, ocupava a 13ª posição entre as principais farmacêuticas do setor. Em 2006, a empresa alcançou a liderança – posição que ocupa há uma década. Para manter o pioneirismo, a empresa tem a inovação e a tecnologia norteando seus passos, tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto da pesquisa e desenvolvimento, sendo considerada atualmente uma Big Pharma e um dos principais destaques do Grupo NC, ao qual a EMS pertence. O Grupo NC é um dos 170 maiores conglomerados nacionais.

Como exemplo dos investimentos que vêm sendo realizados, destaca-se a Novamed, inaugurada em 2014, localizada em Manaus (AM). A fábrica de medicamentos sólidos é considerada uma das maiores e mais modernas do mundo, contando com um exclusivo sistema robotizado de pesagem de matéria-prima e programas integrados que permitem a reprodução ainda mais precisa dos processos, além dos mais modernos equipamentos disponíveis no mercado mundial, importados dos Estados Unidos, Alemanha e Itália. Além disso, o processo de produção dos medicamentos é totalmente automatizado, com máquinas e operações integradas por *softwares* e o acompanhamento em tempo real dos procedimentos. Ainda, a Novamed conta com sistema informatizado de documentos, o que elimina o uso de papel. Além dessa recém-inaugurada unidade fabril, a sede da empresa em Hortolândia possui uma unidade totalmente automatizada para embalagens de medicamentos sólidos, inaugurada em 2013, reforçando a força da EMS e da indústria farmacêutica nacional e equiparando o Brasil aos melhores centros de excelência em medicamentos do mundo.

Consciente de que o mercado farmacêutico está sempre em evolução, a EMS investe consistentemente em medicamentos inovadores. Exemplos dessa atuação vêm sendo concretizados há mais de dez anos, com o lançamento de produtos líderes de mercado, frutos de inovação com tecnologias exclusivas, levando à concessão de patentes em diversos países além do Brasil.

O número de patentes, aliás, não para de crescer, o que resulta no portfólio de produtos inovadores da EMS.

Luiz Borgonovi



No mercado de defensivos agrícolas, a Ourofino Agrociência destaca-se no País por realizar a fabricação verticalizada de sua produção industrial. Norival Bonamichi, CEO da empresa, ressalta os rápidos resultados da Ourofino, que tem 19 produtos no portfólio, além de outros 30 aguardando registro e que chegarão ao mercado nos próximos cinco anos. São herbicidas, fungicidas, inseticidas e maturadores, principalmente para cana-de-açúcar, soja, milho e algodão. Bonamichi revela parte da história da empresa:



Divulgação Ourofino



Dos desafios que permeiam a entrada de uma empresa no mercado, qualidade e credibilidade estão entre os maiores a serem conquistados. A Ourofino Agrociência, empresa 100% brasileira e que completou cinco anos em 2015, já é considerada por clientes e parceiros uma referência no mercado de defensivos agrícolas. Em pouco mais de meia década de história, conseguiu incrementar o seu portfólio, obter novos registros de produtos, oferecer soluções efetivas para crises na lavoura,

além de alcançar aumentos de *market share* e faturamento. O rápido desenvolvimento da Ourofino deve-se à experiência dos colaboradores, atentos aos mínimos detalhes em toda a cadeia produtiva. É um mercado totalmente diferente ao que estamos acostumados, no qual as pedras são maiores e a concorrência, mais pesada. Trabalhamos forte para superar os desafios.

Nessa linha, a empresa adaptou-se ao momento econômico instável do País e adotou novas estratégias de vendas, investiu e reestruturou o organograma e as diretrizes da organização. Dessa forma, ampliará as vendas para usinas e cooperativas, em curto prazo, e buscará novos projetos para comercializar produtos e serviços.

Norival Bonamichi



Marcelo Abdo, diretor financeiro da Ourofino, assim se expressa sobre a situação atual:



Sabemos que 2016 será um ano difícil para a economia brasileira. No entanto, acreditamos que o agronegócio será contra o fluxo. O real desvalorizado deve ajudar na manutenção da competitividade do grão brasileiro e o mercado sucroenergético deve ter um período favorável, ao contrário da crise enfrentada nos últimos anos. Para a Ourofino, tudo isso apresenta-se como oportunidade. Acreditamos que 2016 será de consolidação e que, fazendo a lição de casa bem feita, estaremos estrategicamente posicionados para os próximos anos.

Marcelo Abdo



Jardel Massari, CFO da Ourofino Agrociência, relata sua impressão destes primeiros anos de atuação no mercado de defensivos agrícolas:



O balanço que faço é extremamente positivo. A Ourofino Agrociência traz uma bagagem grande de gestão de processos e pessoas, de se manter atenta à imagem e à qualidade de seus produtos. Acredito que teremos um futuro brilhante pela frente.

Nossa fábrica, localizada em um cinturão químico em Uberaba, no Triângulo Mineiro, está construída em uma área de cerca de 40 mil m<sup>2</sup> e possui capacidade de produção de mais de 100 milhões de litros ao ano.

Com equipamentos modernos, o projeto foi concebido dentro dos padrões *World Class Manufacturing*. A planta é composta por duas fábricas independentes, sendo uma para a produção de herbicidas e outra destinada a fungicidas, inseticidas, espalhantes adesivos e óleo mineral, o que evita riscos de contaminação cruzada. O processo de produção é altamente automatizado, focado em segurança do trabalho, qualidade dos processos, saúde dos funcionários e cuidado com o meio ambiente.

Outro diferencial da empresa é o espaço criado para teste e desenvolvimento das soluções: o Centro de Pesquisa Agronômica, certificado pelo governo brasileiro através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Nessa fazenda experimental, localizada em Guataparará, em São Paulo, todas as soluções são testadas e desenvolvidas por uma equipe altamente qualificada para, posteriormente, os produtos serem liberados no campo.

Jardel Massari



Thaís Clemente, gerente-executiva da área Regulatória da Ourofino, destaca que um dos principais diferenciais da empresa é estar credenciada

no Ministério da Agricultura e poder emitir laudos oficiais, o que confere agilidade aos processos. Ela ressalta ainda as certificações da Ourofino em práticas de fabricação (ISO 9001), gestão ambiental (ISO 14001) e gestão de saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

Luciano Galera, diretor de Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento da empresa, acrescenta:



A Ourofino precisa estar conectada às necessidades dos produtores e às tendências tecnológicas. O objetivo é desenvolver com qualidade e agilidade produtos e serviços que vão ao encontro das necessidades de nossos clientes.

*Luciano Galera*



Como reflexo do amplo espectro que o complexo industrial da química fina abrange, no quadro social da ABIFINA existem empresas fabricantes de produtos do interesse da estratégica área nuclear. A indústria nacional desse segmento industrial fabrica intermediários químicos e especialidades da química fina a partir de matérias-primas e fontes radioativas que são aplicados em especialidades deste complexo industrial – por exemplo, em medicamentos. Esses minerais radioativos, devido ao seu valor estratégico para a defesa e a segurança nacional, têm seu comércio controlado pela União, na forma conferida pela Constituição Federal. Cabe à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), uma autarquia federal, desenvolver a política nacional para essa área.

O Brasil possui consideráveis jazidas de minérios com minerais nucleares, como terras-raras e minérios contendo lítio, como o espodumênio. O lítio é um elemento químico que certamente substituirá o urânio em usinas atômicas no futuro, por ser capaz de produzir energia nuclear limpa, sem deixar resíduos radioativos. Considerando tanto a soberania

nacional na questão energética, como a importância da aplicação de minerais nucleares pelo setor da química fina, a ABIFINA acompanha o tema, cujo contexto é exposto por Paulo Roberto Cruz, coordenador de Matérias-Primas da CNEN:



O Programa Nuclear brasileiro abrange um amplo uso da energia nuclear, sempre voltado para fins pacíficos. Hoje existem cerca de três mil instalações em funcionamento em todo o País, que exploram de alguma maneira a energia nuclear e utilizam materiais ou fontes radioativas como combustíveis para os setores da indústria, da saúde e da pesquisa, principalmente na área química. Ainda assim, a energia nuclear aqui produzida é ínfima, muito pequena em relação, por exemplo, à energia de origem hídrica e, em menor proporção, à de origem térmica.

O Brasil é um grande consumidor de energia elétrica, ficando atrás de Alemanha, Suíça, Estados Unidos e outros países, o que equivale dizer que boa parte da população tem acesso precário ou não tem acesso à mesma. Ao constatarmos isso, forçosamente concluímos que se impõe a utilização da energia nuclear como opção para aumentar a disponibilidade da energia elétrica à população. Vale lembrar que o País possui a sexta maior reserva de urânio do mundo, elemento indispensável à produção de energia nuclear, e que a produção de energia hidroelétrica cobra um alto preço no aspecto ambiental, devido à implantação das fundações das hidrelétricas, à alteração dos cursos de rios, ao alagamento de grandes áreas e ao desmatamento no entorno do represamento das águas.

Atualmente o Brasil possui apenas duas usinas em operação: Angra 1 e Angra 2, instaladas no município de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, com potencial de geração de 2 mil mega-

watts. A inauguração da usina Angra 3, prevista para o final de 2018, adicionará mais 1080 megawatts de energia elétrica ao sistema.

No imenso e complexo universo da indústria nuclear, inúmeros elementos químicos são considerados estratégicos para o País e dentre eles destacamos o lítio e alguns elementos do grupo das terras-raras.

O lítio encontra várias aplicações importantes na indústria nuclear, tanto na sua forma isotópica natural como sob a forma enriquecida de seus isótopos, com diferentes aplicações nucleares, como na produção de detectores de neutrons, no controle da acidez da água de refrigeração dos reatores de potência e na produção do trítio para a fusão nuclear, capaz de gerar uma reação que é vislumbrada como a fonte futura de energia inesgotável.

O isótopo lítio-6 pode ser usado como blindagem contra os efeitos da radiação e também em aplicações no controle de reatores nucleares, uma vez que tem elevada seção de choque para absorção de neutrons térmicos. Seu uso como blindagem contra radiações tem a enorme vantagem de absorver neutrons, sem contudo emitir raios gama, o que torna desnecessária a instalação de proteção secundária. Este isótopo gera também muito interesse devido à possibilidade de funcionar como combustível nuclear ou como fonte para a geração de energia por via da reação termonuclear controlada, a fusão. Essa aplicação decorre do fato de que as reações nucleares entre lítio-6 e deutério e também entre deutério e trítio – este produzido a partir do lítio-6 – são consideradas os mais prováveis mecanismos para a fusão controlada. É estimado que um quilograma do isótopo lítio-6 forneça a energia equivalente a 60 mil barris de petróleo.

O isótopo lítio-7 pode ser utilizado como arrefecedor nos reatores de alta temperatura, pois combina excelentes características termodinâmicas e de transferência de calor com uma baixa seção de choque para neutrons térmicos. Para efeito de segurança, nos reatores nucleares costuma-se adicionar ácido bórico, como moderador para o controle da radiatividade dos reatores. Considerações físicas de operação e grau de queima do combustível determinam a faixa de concentração do ácido bórico. Como consequência, o ácido bórico abaixa o pH da água, o que é inconveniente devido a problemas de corrosão. Esse problema é resolvido, então, utilizando-se um metal alcalino através do emprego do hidróxido de lítio, no caso dos reatores tipo PWR (*pressurized water reactor*), que é o tipo de reator de potência mais utilizado no mundo.

Na indústria nuclear o lítio, através de seus variados compostos, existe ainda outra série de aplicações, como no repro-



Arquivo ABIFINA

Mineração de espodumênio para extração de lítio.

cessamento do combustível de reatores de sais fundidos, uso do hidróxido de lítio na fabricação de vidros especiais para contenção de rejeitos radioativos, utilização em dosímetros termoluminescentes com emprego do tetraborato de lítio dopado com túlio, extração com solventes de actinídeos com emprego de sais de lítio etc.

Além disso, o lítio, na forma de carbonato, tem expressivo emprego de mercado na produção de alumínio e de ligas que substituem o aço com vantagem. Serve ainda como matéria-prima básica para a fabricação de graxas e lubrificantes de alto desempenho, para motores aeronáuticos e de transporte militar – e, nestes casos, sob a forma de hidróxido. É também utilizado na fabricação de baterias e pilhas de alta eficiência. O lítio-metálico é largamente empregado nas indústrias de vidro e cerâmica, bem como na obtenção das ligas de alumínio-lítio.

As terras-raras apresentam propriedades químicas, magnéticas e luminescentes sem igual e nenhum deles encontra substitutivos à altura.

Os lantanídeos, mais o ítrio e o escândio constituem um conjunto de 17 elementos designados por elementos de terras-raras e são cada vez mais usados na indústria nuclear e em outras indústrias ligadas à produção de energia, na produção de ímãs permanentes, carros híbridos, turbinas eólicas, células fotovoltaicas, fósforos, eletrônica fina, trens de alta velocidade, telecomunicações, fabricação de vidros, cerâmicas, craqueamento do petróleo, entre outros. Na indústria nuclear, destacamos, dentre esses 17 elementos, os mais utilizados em diferentes aplicações no setor: disprosio, érbio, hólmio, promécio, samário, ítrio e escândio.

Em razão do vasto espectro de aplicação do lítio e das terras-raras na indústria nuclear e em outros setores da tecnologia de ponta, com papel destacado no desenvolvimento econômico, podemos afirmar a importância estratégica desses elementos, em razão do seu enorme potencial de demanda.

Paulo Cruz



Nos seus 30 anos de história, a ABIFINA cumpriu a missão institucional de “congregar empresas, institutos e entidades sem fins lucrativos, visando promover o desenvolvimento industrial brasileiro na área da química fina, da biotecnologia e de suas especialidades”. Quase contraditoriamente, a entidade não considera sua missão completa. O Brasil ainda tem uma das maiores taxas de juros e carga tributária do mundo. A balança comercial permanece deficitária. O parque industrial que era relativamente pujante e em fase de crescimento nos anos 1970 e 1980 desestruturou-se, resultando em um grave problema de desindustrialização crescente até hoje. Com isso, o País alimenta a dependência de medicamentos e insumos importados. A inovação tecnológica está restrita a poucas empresas nacionais, a exemplo dos associados da ABIFINA, que ainda acreditam na reversão desse insidioso processo desindustrializante do País. As *spin-offs* e *startups* de sucesso rapidamente são compradas por multinacionais – e o Brasil perde seu capital intelectual. A lista de desafios é suficiente para preencher outro livro. Certamente, renderá novos capítulos na história da ABIFINA.

PARA O FUTURO,  
MAIS SOBERANIA  
E PRESENÇA GLOBAL

6



Arquivo ABIFINA

## OS PRÓXIMOS 30 ANOS

Não é trivial o patrimônio de ideias e de orientação política que a ABIFINA produziu nesses 30 anos de vida que hoje comemora. Ao lado de acompanhar as mudanças operadas na política e na economia nacional e global, esse patrimônio revela fundamentalmente um sentido de coerência que deve continuar a governar sua atuação nos próximos tempos. A defesa da indústria nacional, entendida como aquela que possui instalações fabris operacionais no Brasil, talvez seja o vetor de orientação mais geral que podemos identificar nessa trajetória de lutas e ideias. Numa perspectiva de comentar os desafios colocados para os próximos 30 anos da nossa associação, cabe, em primeiro lugar, diagnosticar a perda de espaço de nossa indústria

no cenário geral da produção de riqueza. Mais especificamente no terreno da química fina, essa perda de espaço apresenta-se com absoluta nitidez. Aqui, o cruzamento de financeirização, desnacionalização e encerramento de unidades produtivas, que ocorreu de modo geral em todo o parque industrial, incidiu de maneira particularmente perversa. Neste momento em que o País encontra-se numa difícil encruzilhada, na qual está sendo posto em tela de juízo um conjunto muito extenso de políticas que foram instituídas no processo de redemocratização e que foram expressos na Constituição Federal de 1988, vale a pena refletir sobre os tempos que virão e sobre o papel da ABIFINA.

Parece ser consensual, hoje em dia, a compreensão de que, nos últimos 30 anos, o ajuste mais importante ocorrido na indústria global vem sendo a proeminência da inovação tecnológica como motor de desenvolvimento e sucesso da mesma. No Brasil, mimetizando o nosso tardio processo de industrialização, a compreensão e a construção de políticas que coloquem a inovação como variável central do desenvolvimento industrial também estão sendo incorporadas com bastante atraso. Isso sugere que, nos anos vindouros, a principal contribuição da ABIFINA para o amadurecimento de um sistema setorial de inovação no setor de química fina e biotecnologia deva ser o seu principal componente de missão.

Nesse sistema setorial, a inovação deve escapar das simplificações hoje em dia bastante disseminadas no Brasil. Por exemplo, a concepção de que o amadurecimento desse sistema num país como o Brasil deva seguir literal e completamente a trajetória ocorrida nos países ricos de industrialização precoce. Diferentemente, as trajetórias que vieram e continuam a vir de países asiáticos de industrialização mais recente oferecem alternativas mais realistas para uma trajetória desejável. E, nestes, a intensidade e o modo das políticas educacionais e da intervenção do

Estado no processo de construção e amadurecimento de sistemas de inovação deveriam ser exemplos mais produtivos para nós.

Outra simplificação bastante comum no processo de amadurecimento dos sistemas de inovação tem sido a relação entre a proteção da propriedade intelectual mediante patentes e políticas para a inovação. Sistemas de inovação são articulações complexas, multi-institucionais, cuja arquitetura vai muito além do estímulo à invenção mediante a proteção do invento por patentes. De resto, como uma crescente bibliografia sugere, o exagero nas regras de patenteabilidade pode ter um efeito contrário ao desenvolvimento da inovação, pela inibição da concorrência. Para um país que tem um sistema de inovação em fase de amadurecimento, como é o nosso caso, isso pode ser mortal para a indústria com produção no País.

Mas há outros componentes de missão da ABIFINA nos próximos anos que, fundados na tradição e na atenção para as transformações observadas na indústria, devem ser enfatizados.

O primeiro deles afirma que, a despeito da globalização econômica e financeira, cabe aos Estados Nacionais uma posição soberana na definição de suas políticas industriais, recusando-se a existência de *duplos-standards* jurídico-legais nessas políticas, como os que estão habitualmente presentes nos acordos bilaterais e plurilaterais de livre comércio celebrados nos últimos anos. O corolário dessa premissa é reiterar a relevância da arquitetura multilateral de solução de controvérsias representada pela Organização das Nações Unidas e, em especial no caso em tela, pela Organização Mundial do Comércio e pela Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Isso, naturalmente, não implica ignorar os movimentos bilaterais e plurilaterais em curso e os que virão.

Também compõe a missão da ABIFINA para o futuro a importante tarefa de se lutar para uma integração adequada da indústria brasileira de química fina e biotecnologia às cadeias produtivas globais, procurando sempre abraçar os elos das cadeias que detenham maior agregação de valor.

Além disso, é necessária a reafirmação do compromisso de estimular e defender a produção local como um traço essencial para o desenvolvimento da química fina e da biotecnologia no Brasil. Nesse particular, adquire especial importância a eleição prioritária para a produção local daquelas etapas tecnológicas e produtivas que possam colocar, sempre que possível, as empresas nacionais no comando ou em posições privilegiadas em termos de agregação de valor nas cadeias produtivas internacionalizadas.

Tornando à questão da inovação, é importante compreender a inovação tecnológica como um processo *sine qua non* para o desenvolvimento industrial contemporâneo, no qual cabe às empresas um papel central, determinante e insubstituível. Mais ainda, urge compreendê-lo de forma ampla e adequada ao estado de desenvolvimento atual da química fina e da biotecnologia nacionais, no qual as inovações incrementais possuem uma enorme relevância.

No que se refere mais especificamente à política de propriedade intelectual, a convicção de que o que foi estabelecido no acordo TRIPs, em 1994, e na Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPs e a Saúde Pública, em 2001, permanece como limite o bastante para balizar um regime de patentes, marcas e *copyright* que seja capaz de promover o equilíbrio entre interesse comercial, interesse público, monopólio e concorrência e que, portanto, governe as obrigações internacionais e a legislação brasileira de proteção à propriedade intelectual.

Como bem sentenciou Johann Wolfgang Goethe, “a teoria é cinza e verde é a dourada árvore da vida”. Essas notas sobre os próximos 30 anos da ABIFINA representam uma enorme simplificação e não dão conta da riqueza de novos desafios que, certamente, a vida colocará para a indústria de química fina e biotecnologia no Brasil. Mas estou certo de que os pontos esboçados acima estarão entre eles.

**Reinaldo Guimarães**

2º Vice-presidente da ABIFINA

Apesar de todo o desenvolvimento tecnológico e comercial conquistado, o setor de química fina brasileiro ainda está ausente das grandes cadeias globais. Os dados da ABIFINA demonstram essa distância. De um faturamento total próximo de US\$ 45 bilhões, apenas 5% são de exportações. A balança comercial do setor também revela a excessiva dependência das importações, que somam quase US\$ 12 bilhões, contra exportações de US\$ 2,3 bilhões – ou seja, um déficit superior a US\$ 9,5 bilhões. O grande desafio é integrar o setor à economia global, não apenas trazendo divisas para o País, como também possibilitando a troca de experiências e tecnologias, o que elevará os padrões nacionais de qualidade e produtividade. Esse é o compromisso para o futuro assumido pelas empresas nacionais de química fina associadas à ABIFINA. O presidente da EMS, Luiz Carlos Borgonovi, enfatiza que essa é uma prioridade da empresa:



Fazendo jus a um dos pilares que sustentam os valores da empresa, a ousadia, um dos objetivos da EMS é aumentar a presença em mercados internacionais. Dessa maneira, a empresa irá competir de igual para igual com multinacionais em seus países de origem.

E, não por acaso, a EMS fundou a Brace Pharma nos EUA, em 2013, com a finalidade de investir em empresas que desenvolvem terapias inovadoras aos pacientes, sendo a primeira do Brasil a apostar no mercado americano de inovação radical. Dessa maneira, a EMS visa também ao reconhecimento global pela sua qualidade e excelência.

Assim como a EMS, a ABIFINA tem como característica essencial o empreendedorismo, contribuindo sempre para a

expansão do acesso da população à saúde, levando terapias inovadoras aos quatro cantos do País.

Há muito a comemorar, mas ainda muito a realizar. Neste sentido, nossa parceria constitui uma eficiente maneira de unir a visão inovadora da EMS e a forte atuação da ABIFINA frente à melhoria e ao rápido acesso das tecnologias inovadoras e com o menor custo à população.

*Luiz Carlos Borgonovi*



Para se estabelecer outra perspectiva de desenvolvimento para o Brasil, é preciso ir além das questões domésticas. Devem-se encarar as mudanças no modo de operar das empresas globais e no papel do Estado como gestor das políticas industriais.

Frente a esse cenário, a ABIFINA seguirá três diretrizes fundamentais em seu conteúdo programático nos próximos anos. A primeira delas é afirmar a soberania do Estado Nacional brasileiro na definição das políticas industriais, que jamais podem ser sobrepujadas por acordos bilaterais e plurilaterais já firmados, ou que ainda o venham a ser. A segunda diretriz consiste em contribuir para a inserção adequada das empresas brasileiras de química fina nas cadeias produtivas globais, especialmente os segmentos com maior agregação de valor. A terceira orientação é reforçar o compromisso com a defesa da produção local, fator que permitirá o desenvolvimento industrial da química fina no Brasil.

A partir desse posicionamento, a ABIFINA compromete-se, em suas linhas de ação para os próximos anos, a buscar as melhores oportunidades de investimentos para o complexo industrial da química fina. Uma das pautas mais prementes é a regulamentação da Lei de Acesso ao Patrimônio Genético (Lei nº 13.123/2015). A entidade persistirá no trabalho iniciado com a formulação do marco legal. Além disso, a ABIFINA

pretende propor incentivos fiscais para as empresas que usem a biodiversidade nacional para desenvolver processos e produtos no Brasil.

Para o ex-presidente da ABIFINA e atual presidente da Globe Química, Jean Peter, a entidade tem como desafio futuro justamente intensificar a ação no Legislativo e a articulação política, de forma a levar adiante os pleitos dos associados:



A ABIFINA tem desenvolvido um grande esforço nessa área. Inclusive participo representando a entidade em um conselho de empresários perante a Câmara de Deputados. A ABIFINA é nossa última esperança de representatividade da química fina. Portanto, temos que trabalhar e persistir conjuntamente.

*Jean Peter*



Com os órgãos governamentais, as relações da ABIFINA têm sido historicamente de independência e colaboração. Essa via de mão dupla entre os setores público e privado é a tendência para solucionar os desafios do desenvolvimento. Por isso, a Associação permanecerá nesse caminho acertado, fortalecendo seu trabalho especialmente com os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Saúde (MS), da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e de Relações Exteriores (MRE). Também estão no raio de ação o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Agência Nacional de Saúde (ANS) e outros órgãos do Poder Executivo.

Nessa relação com o governo, a ABIFINA é representada por seus dirigentes ou associados relacionados à matéria em questão. O presidente do Cristália e também presidente da entidade, Ogari Pacheco, participa

desses debates e considera que um tema forte para os próximos anos serão as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs):



Como entidade que sempre olhou para o futuro, a ABIFINA mira os próximos 30 anos. Ainda temos muito trabalho pela frente. Consideramos que as PDPs poderão viver um momento de reformulação na política de execução. Nessa reformulação, o foco principal é assegurar o acesso da população a medicamentos de ponta, mais eficientes, com menos efeitos colaterais e mais seguros. E, nesse sentido, estamos juntos e no caminho certo.

*Ogari Pacheco*



A articulação com as demais entidades representativas da cadeia de química fina e de setores relacionados é outra frente empreendida pela ABIFINA para robustecer seus pleitos. A proposta é aprofundar o terreno programático comum e o ambiente de diálogo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica (Abiquifi), Grupo Farmabrazil, Associação Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac), Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) e outras.

Além do diálogo com as entidades, os Comitês Setoriais e Temáticos da ABIFINA deverão ser atualizados e reformulados, conforme as demandas de mercado. Esses são os fóruns em que a Associação constrói suas posições de cunho técnico e regulatório, sempre unindo forças com profissionais especializados, associados e governo em rodadas de estudo visando à tomada de decisões pela entidade. Os temas de maior relevância, ou aqueles que não tenham reunido consenso nos Comitês, são levados para deliberação pelo Conselho Administrativo da ABIFINA.



Arquivo ABIFINA

Reunião dos Comitês Bio e Farmo, realizada em junho de 2015.

As áreas consideradas portadoras de futuro passam a ter especial ênfase nos programas dos Comitês. A biotecnologia, apesar de não ser exatamente nova tecnologia, ainda encontra barreiras técnicas e regulatórias em todo o mundo. Portanto, é reservada ao Brasil uma grande chance para fazer frente à concorrência externa.

Um dos maiores entraves ao desenvolvimento dessa área é a regulamentação da Lei da Biodiversidade. As demais questões estão no âmbito da regulação sanitária e serão apreciadas pelo Comitê Bio da entidade. Uma das medidas a se propor à Anvisa será voltada para a aceleração do registro de medicamentos biológicos de baixa complexidade. O Comitê Bio intensificará ainda estudos na área de biotecnologia e articulará ações com órgãos de fomento visando à melhoria de seus programas.

Empregando seu capital intelectual e de relacionamentos, a ABIFINA buscará, pelo Comitê Bio, instigar negócios entre seus associados na área de biotecnologia, além de sugerir e acompanhar projetos de P&D com universidades e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). O presidente da Laborvida, Lélío Maçaira, que participou da criação da Cibran (fábrica brasileira de antibióticos, a maior da América Latina na década de 1970), concorda que a biotecnologia deve ser tema prioritário:



A agenda dos biológicos coloca-se como nova pauta para a ABIFINA. Já estamos propondo novas decisões nessa área. Uma proposta é que, em vez de tentar criar grandes empresas, valorizemos o desenvolvimento industrial de tecnologias novas que se encontram disponíveis em pequenas empresas *spin-offs*, localizadas em países menores como Coreia e Polônia. Todos os órgãos brasileiros de fomento à tecnologia ouvem sugestões da ABIFINA, que sempre busca atender à produção nacional verticalizada, gerando tecnologia, emprego e renda no País. A linha de atuação futura da entidade deve continuar a ser a defesa dos mesmos princípios, que são perfeitos e corretos. Muita coisa já melhorou, mas ainda temos muitos dos velhos problemas. Portanto, a ABIFINA continua atual no que defende.



Fábio Chieppe

Lélio Maçaira



Ainda na linha de trabalhar na fronteira do conhecimento, a ABIFINA vai finalizar a estruturação do jovem Comitê Nano, criado em 2015. A entidade apostará na parceria com especialistas da área para poder auxiliar as empresas associadas em questões técnicas. Também desenvolverá pleitos para o governo visando tratar das principais dificuldades regulatórias, de mercado, de segurança e de eficácia encontradas pelas empresas, além de acompanhar os principais projetos de lei sobre o tema. Para isso, contará com a parceria de associados ativos no segmento.

Áreas mais tradicionais também acumulam passivos e estarão no foco da ABIFINA. No caso da indústria de fitoterápicos, há um mercado promissor negligenciado pelo País. Segundo o “Diagnóstico dos desafios e oportunidades no mercado de plantas medicinais e fitoterápicos brasileiro”<sup>1</sup>, publicado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) em 2009, a indústria mundial de suplementos alimentares e fitoterápicos movimentou US\$ 50,6 bilhões em 2002. Apesar de o Brasil contar com a maior biodiversidade do planeta, as principais empresas do segmento estão na Alemanha, França e Itália. Essa lacuna é tratada pelo Comitê Fito, cujos planos contemplam a retomada das discussões sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), hoje praticamente paralisadas. No regulatório, serão acompanhadas as ações da Gerência de Fitoterápicos da Anvisa e a harmonização internacional em marcadores vegetais. Outra pauta fundamental é a inclusão de insumos farmacêuticos ativos vegetais na lista de registro prioritário da Anvisa.

Para o segmento agroquímico, a visão da ABIFINA é buscar políticas públicas de incentivo condizentes com a importância deste setor no Brasil, um dos maiores países produtores agrícolas do mundo. A questão é de necessidade básica: apenas com uma indústria agroquímica forte será possível garantir o sustento de 11,2 bilhões de pessoas. Este deve ser o tamanho da população do planeta até 2100, um crescimento de 53% em relação a hoje, segundo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2015.

Nesse cenário, o Comitê Agro da ABIFINA, que conta com forte atuação da associada Ourofino – empresa presente também no Conselho Administrativo da entidade –, planeja implantar uma agenda de encontros periódicos com o Ministério da Agricultura, Ibama e Anvisa, contando

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.ie.ufrj.br/images/inovacao/trabalhos\\_tecnicos/Publicacao\\_Fitoterpicos.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/inovacao/trabalhos_tecnicos/Publicacao_Fitoterpicos.pdf)

com a participação do quadro social. O objetivo é acompanhar de perto minutas e consultas públicas sobre novas leis e regulamentos, em especial visando obter medidas desburocratizantes. A entidade também pretende participar do processo de reavaliação de produtos pelos órgãos competentes, participando de forças-tarefas criadas com outras entidades do setor para definir as ações no segmento agroquímico.

No Comitê Farmo, a batalha continua no sentido de estruturar a cadeia produtiva farmacêutica. Os principais desafios consistem em intensificar a participação nas reuniões técnicas e da Diretoria Colegiada da Anvisa. Aqui há uma tripla tarefa: acompanhar as mudanças nas normas, introduzir temas relevantes na Agenda Regulatória da agência e mediar dificuldades encontradas pelos associados. Em todas as consultas públicas de interesse societário, a ABIFINA deverá reunir e encaminhar contribuições de seu corpo social. Mais uma frente de atuação prevista é fortalecer as farmoquímicas nacionais por meio da oferta de cursos específicos com especialistas sugeridos pela Anvisa e pelas empresas.

Partindo da experiência da Globe Química, o presidente Jean Peter espera também que a empresa atue junto à ABIFINA para promover o desenvolvimento de produtos específicos para a realidade brasileira:



Com a capacidade tecnológica e de produção já comprovadas pela história da Globe Química, a maior contribuição para a indústria farmacêutica brasileira nos próximos anos é poder desenvolver produtos específicos que atendam a necessidades especiais, customizadas, para produção de medicamentos com maior qualidade e com características adequadas à população brasileira. A Globe Química acredita que, para termos uma política de saúde pública, devemos ter uma indústria farmoquímica forte no Brasil, para garantia efetiva da

produção de medicamentos de qualidade e estratégicos para o País, sem depender totalmente da importação de ativos, inclusive para produtos negligenciados.

Jean Peter



O sistema de propriedade intelectual é outro que continuará forte na agenda da ABIFINA. A grande expectativa nesta área é quanto à decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade que versa sobre o parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (ADIn 5061). Movida pela ABIFINA, a ação tramita no Supremo Tribunal Federal. Este será um grande enfrentamento, com potencial de mudar completamente a correlação de forças entre as empresas estrangeiras e nacionais. Se o artigo 40 for extinto, acabará a estratégia das multinacionais de tirar proveito dos atrasos do INPI para estender o prazo de validade de suas patentes.



Arquivo ABIFINA

Reunião do Conselho Administrativo da ABIFINA sobre ADIn, em maio de 2015.

O processo da ADIn demonstra a grande debilidade do sistema de propriedade intelectual brasileiro, tanto no lado da formulação como da execução. O reflexo dessa realidade é que, cada vez mais, a briga por mercado desloca-se para o campo judicial. Por isso, o Grupo de Apoio Jurídico (GAJ) conta, desde que foi criado em 2006, com o suporte de um dos principais escritórios brasileiros de advocacia especializada em

litígios concorrenciais. Financiado por um grupo de empresas associadas, o GAJ conquistou grandes vitórias nos tribunais. A entidade persistirá na qualidade dos resultados conquistados nos últimos anos e reforçará o Grupo ampliando seus trabalhos para os segmentos agroquímico e de saúde animal.

Quanto às ações do Comitê de Propriedade Intelectual, a ABIFINA continuará ativa nas principais discussões da área e no pleito de transparência nas diretrizes técnicas emitidas pelo INPI. Também desenvolverá estudos sobre os entraves existentes desde o depósito de patente até a decisão final. O documento com o resultado desses estudos será enviado aos ministérios envolvidos. Além disso, o Comitê atuará com o GAJ para ajudar a solucionar o conflito entre INPI e Anvisa no tocante à anuência prévia de patentes farmacêuticas.

Maurizio Billi, atual presidente da Eurofarma e herdeiro da antiga Billi Farmacêutica, confirma que os planos da ABIFINA estão na linha certa. Ele considera que a atribuição futura da entidade deve ser defender os grandes temas relacionados ao desenvolvimento industrial, além do apoio técnico em áreas portadoras de futuro:



Ainda estamos distantes de sermos um polo da indústria de química fina. Para que possamos ser menos dependentes de importação, é necessário que um plano de médio/longo prazo considere investimentos importantes que extrapolem fronteiras. Mas a iniciativa privada sozinha não consegue transpor todas as barreiras. É preciso que o governo enxergue essa potencialidade, apoie e mude o que for necessário. Quanto às atividades desenvolvidas pela ABIFINA, é de extrema importância o mercado farmacêutico poder contar com uma instituição que vise ao desenvolvimento e à promoção da competitividade e que represente seus associados perante os poderes

públicos. Temos que encontrar um caminho sustentável. Precisamos fomentar o investimento, especialmente em inovação, e atender às questões técnicas e regulatórias. Devemos mirar novas plataformas de desenvolvimento e novas moléculas, para aproveitarmos a potencialidade do grande mercado que segue sendo o Brasil. Para assumirmos o protagonismo na América Latina, é crucial investirmos em pesquisa e estimularmos a capacidade intelectual dos profissionais da área por aqui.

Maurizio Billi



A capacitação profissional e a prestação de consultoria especializada têm sido justamente alguns dos diferenciais da ABIFINA nos últimos anos. Quando empresários nacionais apontam a escassez de recursos humanos tecnicamente qualificados, não estão apenas se referindo à capacitação em conteúdos técnico-científicos. Sobretudo, falam do conhecimento aplicado ao ambiente industrial. Diante disso, a oferta de serviços de capacitação e de consultoria deverá ser ainda mais ampliada pela ABIFINA. O foco seguirá em áreas pouco difundidas em programas de graduação, pós-graduação e extensão. São exemplos: busca de patenteabilidade, redação de depósitos de patentes, elaboração de subsídios técnicos ao exame de patentes no INPI, mapeamentos tecnológicos e relatórios de livre exploração de produtos.



Arquivo ABIFINA

Oficina de capacitação profissional, realizada em maio de 2015.

Para que possa apresentar soluções de qualidade, segundo os planos traçados, a ABIFINA investirá na capacitação de seu próprio corpo técnico e na atração de colaboradores com reconhecida qualificação. Também está nas prioridades futuras envolver novos associados e fontes de receita nas causas defendidas pela entidade.

Leodônio Francisco Schroeder, que foi presidente e também vice-presidente da ABIFINA, afirma:

“A ABIFINA surgiu com muito patriotismo e idealismo. Sempre atuou com ética e transparência em defesa da empresa nacional, visando a seu fortalecimento e desenvolvimento. Ancorada nesses princípios, interage com todos os segmentos da sociedade brasileira. Busca e faz propostas visando a uma política de Estado para o fortalecimento da indústria nacional, da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Defende os interesses de suas associadas sem ser corporativista.”

O objetivo maior da entidade para o futuro é somar pessoas, ideias, motivações, mudanças, sonhos. A ABIFINA, com seus associados, quer promover uma equação cujo resultado comprovadamente é multiplicar conquistas, sobretudo para a sociedade brasileira. Em sua experiência de 30 anos, somar forças traz benefícios bastante tangíveis. Cada vez que um cidadão compra um medicamento genérico, carrega os embates travados pela indústria nacional contra a proteção excessiva de patentes. Os milhares de pacientes que já passaram pelo Programa de DST/Aids tiveram seu atendimento assegurado graças à fabricação local de antirretrovirais, pleiteada, conjuntamente, pelos laboratórios públicos e os fabricantes brasileiros. Centenas de empregos estão sustentados nas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que capacitam tecnologicamente as indústrias para sobreviverem no mercado e garantirem ainda mais postos de trabalho. Para os anos vindouros, a ABIFINA firma o compromisso de se dedicar a este Brasil que soma forças para distribuir riqueza e igualdade social. Pois não deve ser outro o resultado do desenvolvimento econômico.



## PALAVRAS FINAIS

A ABIFINA completou seus 30 anos de existência no dia 18 de junho de 2016 cumprindo, como entidade de classe representante do complexo industrial da química fina, uma trajetória histórica que sempre se caracterizou pela coerência com seus objetivos sociais, integralmente dedicados ao soberano desenvolvimento industrial do Brasil.

Nos anos 1980, realizamos encontros nacionais visando à construção e à divulgação de nosso ideário, em contatos pessoais e sugestões ao governo brasileiro, inclusive durante a Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), dedicando especial atenção à construção do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs).

No período da abertura econômica dos anos 1990, a entidade lutou pela defesa do mercado interno, procurando evitar excessos na aprovação da Lei de Patentes, bem como em todos os encontros internacionais visando à construção da ALCA, como representante da CNI no tema propriedade intelectual.

Ao longo do século XXI, a ABIFINA vem buscando a reconstrução do parque industrial brasileiro da química fina, de forma que este possa competir internacionalmente, através da pesquisa, da inovação tecnológica e da produção local.

No presente livro, está eternizada a bela história da existência da ABIFINA, especialmente por meio de depoimentos prestados por empresários e representantes do setor público, a quem agradecemos as generosas expressões registradas em suas palavras.

E não menos importante, louve-se o excelente trabalho desenvolvido pela equipe permanente da ABIFINA e contratados na produção deste livro, fato que permitiu a conclusão desta bela obra.

**Nelson Brasil de Oliveira**  
1º Vice-presidente da ABIFINA

# GALERIA DE FOTOS

ARQUIVO ABIFINA



# EVOLUÇÃO DA REVISTA ABIFINA EM TRÊS DÉCADAS

**INFORMANDO 01-88**  
ABIFINA NOTÍCIA DA ASSOCIAÇÃO DE QUÍMICA FINA - QUÍMICO

**Processo Administrativo**  
O Ministério da Saúde, através do Departamento de Controle de Qualidade de Alimentos, vem realizando o processo administrativo de licenciamento de produtos químicos para uso em laboratórios de análises químicas, com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos e a segurança dos consumidores. O processo consiste em analisar a documentação técnica dos produtos e a capacidade dos laboratórios para produzir e controlar a qualidade dos produtos. O processo é conduzido pelo Departamento de Controle de Qualidade de Alimentos, em conjunto com o Departamento de Registro de Produtos Químicos, do Ministério da Saúde.

**Programa de Véspera Continuada**  
O Ministério da Saúde, através do Departamento de Controle de Qualidade de Alimentos, vem realizando o Programa de Véspera Continuada, com o objetivo de garantir a qualidade dos produtos e a segurança dos consumidores. O programa consiste em analisar a documentação técnica dos produtos e a capacidade dos laboratórios para produzir e controlar a qualidade dos produtos. O programa é conduzido pelo Departamento de Controle de Qualidade de Alimentos, em conjunto com o Departamento de Registro de Produtos Químicos, do Ministério da Saúde.

**Associação de Química Fina**  
A Associação de Química Fina (ABIFINA) é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1957, com o objetivo de representar os interesses dos químicos finos no Brasil. A ABIFINA atua em diversas áreas, como a defesa dos interesses dos associados, a promoção de estudos e pesquisas, a organização de eventos e a prestação de serviços aos associados.

ABIFINA INFORMANDO

**ABIFINA**  
INFORMANDO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE QUÍMICA FINA (ABIFINA)

**EDITORIAL**

Este mês abordamos um tema de grande importância para a indústria química fina: a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são fundamentais para a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

**Abifina** Informando

**editorial**

O mundo está em constante mudança e a indústria química fina não é exceção. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são fundamentais para a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

**abifina**

**editorial**

A indústria química fina é uma das principais fontes de inovação e desenvolvimento econômico. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são fundamentais para a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

**Abifina**

**informando**

**editorial**

Este mês abordamos um tema de grande importância para a indústria química fina: a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

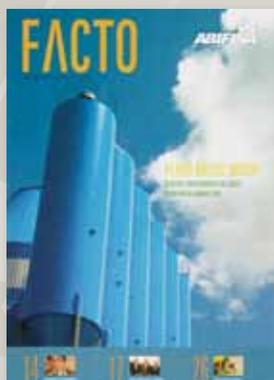
Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são fundamentais para a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

**Informando**

**Globalização tem limites?**

A globalização é um processo que envolve a integração econômica, cultural e política entre os países. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

Os aspectos ambientais, sociais e econômicos são fundamentais para a sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito que envolve a capacidade de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.

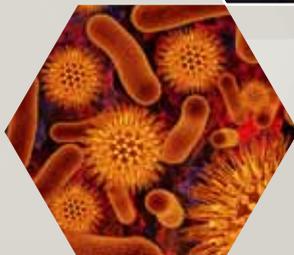


# ENCONTROS EMPRESARIAIS





# CERIMÔNIAS DE POSSE



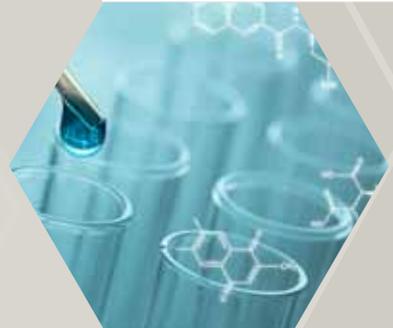


Eleição e Posse dos Conselheiros



# ANIVERSÁRIOS E INAUGURAÇÕES





# SEMINÁRIOS: QUIMIFINA E SIPIID





# OFICINAS DE CAPACITAÇÃO



# VISITAS A EMPRESAS ASOCIADAS



# CONSELHOS, COMITÊS E REPRESENTAÇÕES







# EQUIPE ABIFINA

Uma grande parte do sucesso alcançado pela ABIFINA deve-se à formação e à manutenção de uma excelente e coesa equipe, de caráter permanente, que, assim, faz parte relevante da história da entidade.



Ana Claudia Oliveira, Claudia Craveiro, Fernanda Costa, Judite da Conceição, Luciana Bitencourt, Lucielen Menezes, Marina Moreira e Washington Soares.

André Telles

# EVOLUÇÃO DA MARCA

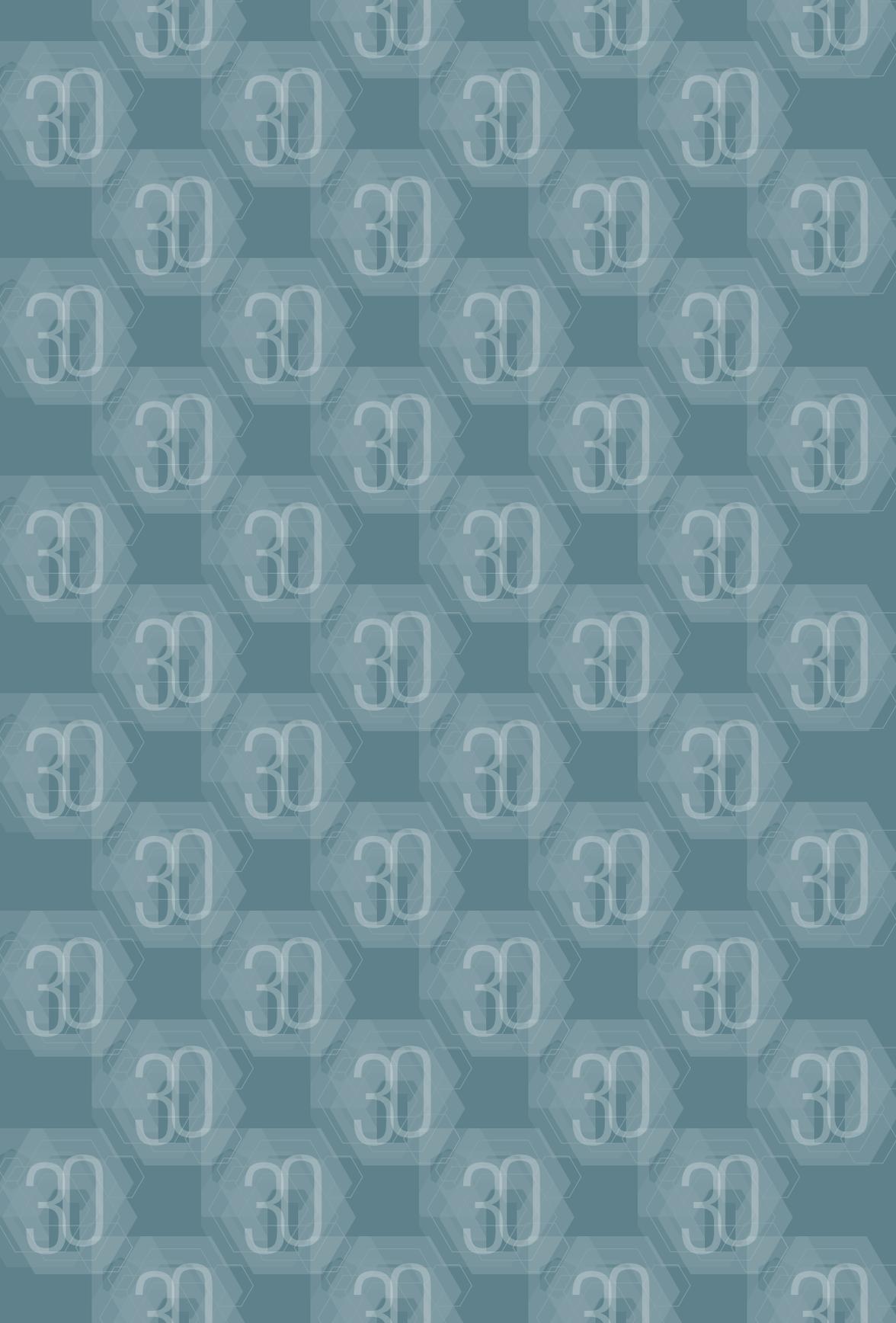


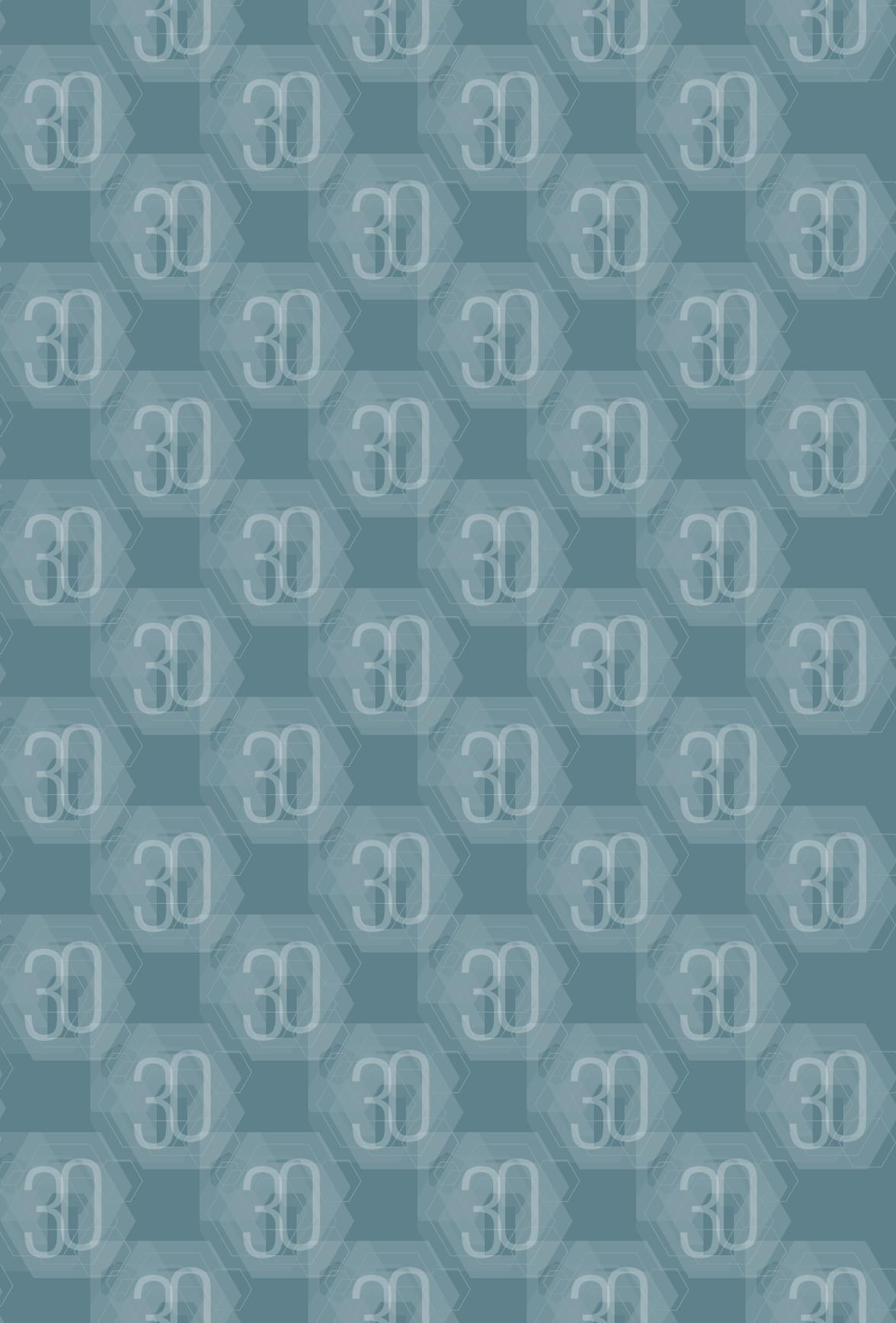
## COMEMORATIVAS



Associados Patrocinadores







**ABIFINA** 